



linguística do texto e do discurso

ANTÓNIA COUTINHO

hnmus

linguística do texto e do discurso

ANTÓNIA COUTINHO

LINGUÍSTICA DO TEXTO E DO DISCURSO

Autora: Antónia Coutinho

Capa: SAL Studio

Paginação: Pedro Panarra

© Edições Húmus, 2023 e Autores

End. Postal: Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V.N. Famalicão

Tel. 926 375 305

E-mail: humus@humus.com.pt

www.edicoeshumus.pt

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V.N. Famalicão

1.ª edição: Março de 2023

Depósito legal: 512267/23

ISBN 978-989-755-872-6

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/LIN/03213/2020 e UIDP/LIN/03213/2020 – Centro de Linguística da Universidade NOVA de Lisboa (CLUNL)

Índice

7	Preâmbulo
9	Introdução
	PARTE I:
11	ENQUADRAMENTO TEÓRICO E EPISTEMOLÓGICO
12	1. Algumas questões sobre pragmática – ou a pragmática em questão
14	1.1. Das conceções de pragmática
19	1.2. Da linguagem na/da pragmática
22	1.3. Do(s) objeto(s) da pragmática
35	1.4. Aberturas e transições
39	2. Uma visão plural: linguística do uso/funcionamento do sistema
40	2.1. Da complexidade textual
48	2.2. Disciplinas (linguísticas) do texto
53	2.3. Linguística Sistémico-Funcional
61	2.4. Análise(s) do discurso
88	3. Interacionismo Sociodiscursivo (ISD): a filiação escolhida
89	3.1. Do Interacionismo social ao ISD
93	3.2. Linguistas interacionistas sociais (breve digressão)
100	3.3. A linguagem: “um « antes » e não um « depois »”
108	3.4. Atividade de linguagem, textos e discursos
113	3.5. Zonas de confronto
120	3.6. Perspetivas (em jeito de interpelação para a linguística)

PARTE II:

123	DESENVOLVIMENTO LOCAL
123	1. Resultados da investigação
126	2. Publicação e desenvolvimento
130	3. Questões em aberto
131	3.1. Signos, macrossignos e o que (não) são unidades textuais
144	3.2. Como descrever a <i>língua em ação</i> ?
153	Referências bibliográficas

Preâmbulo

O texto que se segue resulta do Relatório de unidade curricular apresentado no contexto das provas de agregação na área disciplinar de Linguística | Linguística do Texto e do Discurso, em abril de 2021, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa (NOVA FCSH).

O Relatório incidiu sobre o Seminário de Especialidade em Linguística do Texto e do Discurso, unidade curricular que integra o curso de Doutoramento em Linguística na NOVA FCSH. A versão original foi adaptada, dispensando a terceira parte, relacionada com a apresentação, a organização e o funcionamento da unidade curricular em causa (e fazendo pequenos ajustes pontuais, quando essas questões eram antecipadamente referidas). O texto que se mantém é outro, de qualquer forma: porque se mudam as circunstâncias de leitura e de circulação; mas, sobretudo, porque se descola da dimensão conjuntural que o prendia a uma unidade curricular e se projeta mais longe, como proposta de entendimento sobre uma possível configuração da área da Linguística do Texto e do Discurso.

É uma proposta validada pelas provas de agregação: tornar público o relatório então apresentado torna-se possível pela confirmação e pelo estímulo que o diálogo com os membros do júri me proporcionou. E se o diálogo pode ser, em si mesmo, uma via de conhecimento e de aprofundamento, não posso deixar de agradecer o impulso particular que me proporcionou a possibilidade de interação com um painel tão desafiador como o que me coube: Jean-Paul Bronckart, Joaquim Dolz,

Fátima Oliveira, Fernanda Irene Fonseca, Augusto Soares da Silva e Abel Barros Baptista.

A Linguística do Texto e do Discurso surge aqui configurada através de opções que, não sendo necessariamente consensuais, desenham um espaço de coerência epistemológica que me interessa e me preocupa. Impõe-se-me uma palavra de reconhecimento a cada colega do Departamento de Linguística que, em momentos diferentes e de formas diferentes, aceitou, estimulou e favoreceu as circunstâncias de amadurecimento desta proposta. Do mesmo ponto de vista, é óbvia a importância do CLUNL (Centro de Linguística da Universidade NOVA de Lisboa) e, em particular, o papel da interação desenvolvida no grupo Gramática & Texto, quer em atividades de conjunto, em que cruzamos esforços e perspetivas, quer nos diferentes subgrupos especificamente orientados para questões de texto (como o Pretexto, o Multitext, o já distante Getoc, integrado no Distex, ou o recente DiTo). Mas a mais sentida palavra de agradecimento vai para todas as pessoas, doutoradas ou doutorandas, que quiseram trabalhar comigo em Linguística do Texto e do Discurso (ou em Teoria do Texto). Por terem sido solidárias com as minhas perspetivas pouco lineares – ora forçando-as a aprofundar trabalho de descrição linguística, ora desorientando-as na abertura a outras possibilidades, a outros cruzamentos, a outras dificuldades acrescidas. Por me terem obrigado a repensar o que parecia estabilizado, por me fazerem descobrir questões que não tinha formulado, por me mostrarem que valia a pena insistir, persistir.

Continua a haver muito trabalho por fazer – para fazer – em Linguística do Texto e do Discurso. Esta proposta não é mais, portanto, do que um momento do (meu) percurso. Partilhá-lo é uma forma de insistir, de persistir.

Haverá mais reuniões, outras discussões; cafés sem fim, aqui e ali; conversas ao telefone e à beira de muitos rios; e-mails e mensagens; dúvidas, projetos, angústias; rascunhos e publicações finalmente prontas. Haverá muito trabalho para fazer.

De momento, encerro uma etapa: passo este texto para outras mãos, outras leituras. Que faça o seu caminho e que estimule outros textos.

Introdução

O texto que se segue pretende contribuir para a caracterização da Linguística do Texto e do Discurso como área de especialidade em Linguística – na sequência do trabalho concebido e desenvolvido no âmbito do Seminário de Especialidade em Linguística do Texto e do Discurso, unidade curricular (doravante, UC) que integra o curso de Doutoramento em Linguística na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa (NOVA FCSH)¹.

Não se trata – importa sublinhá-lo – de justificar a existência da Linguística do Texto e do Discurso. Através de designações nem sempre coincidentes e de opções variadas (como, de resto, acontece a nível internacional), a área, globalmente considerada, tem uma história consistente: embora não houvesse então uma parte curricular associada aos doutoramentos, a Linguística do Texto e do Discurso foi precedida, na NOVA FCSH, por Teoria do Texto e Análise do Discurso, enquanto áreas disciplinares para efeitos de concursos e provas académicas. E se a NOVA FCSH

1 De acordo com o Despacho nº 6444/2015 (*Diário da República*, 2ª série – Nº 111, de 9 de junho de 2015), que define a lista de áreas disciplinares para efeitos de concursos e provas académicas.

foi pioneira, neste domínio, sob o impulso de Luísa Soares Opitz, a área tendeu a implantar-se igualmente nas outras universidades nacionais².

A atual formulação, na NOVA FCSH, data de 2010³ e evidencia a necessidade de redimensionar a oferta, dando espaço para novas áreas de especialidade e agrupando outras anteriormente oferecidas. É evidente o carácter conjuntural de uma mudança como esta (que pode, amanhã, ser alvo de uma nova reestruturação). Não discutirei, por isso, eventuais vantagens ou desvantagens da atual designação, relativamente à história passada – privilegiando antes a caracterização da área de especialidade, em termos teóricos e epistemológicos.

Neste sentido, o trabalho que agora se apresenta está organizado em duas partes. Na primeira, mais longa, apresentam-se os diferentes enquadramentos teóricos suscetíveis de serem associados à Linguística do Texto e do Discurso. Se esta parte sustenta uma visão ampla e diversificada da área, tida como fundamental, assumo simultaneamente uma postura crítica e orientada – que progressivamente destaca o quadro teórico e epistemológico que eu própria assumo. A segunda parte dá conta do trabalho desenvolvido na área, no contexto da NOVA FCSH – Centro de Linguística da Universidade NOVA de Lisboa (CLUNL) e Departamento de Linguística (DL). Desta síntese fazem parte tanto os adquiridos como as questões em aberto – assumindo-se que as últimas não são necessariamente menos pertinentes, em termos de investigação.

2 O Doutoramento em Linguística da Universidade de Lisboa inclui uma área de especialidade em Análise do Discurso. O Doutoramento em Ciências da Linguagem da Universidade do Porto não integra nenhuma área de especialidade diretamente relacionada com texto ou discurso mas inclui, como unidades curriculares de opção, Linguística do Texto I e Temas de Pragmática e Análise de Discurso I (para as áreas de especialidade em Linguística, Tradução e Didática de línguas), Linguística do Texto II e Pragmática e Análise de Discurso II (para as áreas de Linguística e Tradução, ficando a área de Didática de línguas apenas com Temas de Pragmática e Análise de Discurso II).

3 Cf. Regulamento nº 225/2010, publicado em Diário da República, 2ª série – Nº 49, de 11 de março de 2010.

PARTE I:

Enquadramento teórico e epistemológico

A questão central, como já atrás foi referido, tem a ver com a caracterização da Linguística do Texto e do Discurso como área da Linguística. Uma das primeiras questões que talvez fosse relevante colocar poderia passar pela eventual vantagem de se usar o plural: linguísticas do texto e do discurso. Neste caso, evidenciar-se-ia a diversidade de enquadramentos teóricos que podem coexistir no âmbito considerado. Inversamente, o facto de se optar pelo singular evidencia a constituição e/ou a preservação de uma identidade – que uma hipotética formulação que usasse o plural de Linguística apagaria. Assim, tal como se fala de Linguística, sabendo que, no seu interior, há paradigmas epistemológicos e metodológicos consideravelmente diferentes, pode falar-se da Linguística do Texto e do Discurso como um espaço de unidade ou, pelo menos, de convergência (a exemplo da opção conjuntural já anteriormente referida que consistiu, na NOVA FCSH, em aglutinar numa só área de especialidade a Teoria do Texto e a Análise do Discurso). Para dar conta dessa convergência, e na sequência de um ponto de vista já anteriormente assumido (Coutinho, 2019, pp. 15-16), poder-se-á recorrer à formulação lapidar de Joaquim Fonseca, quando caracteriza a linguística do uso/funcionamento do sistema, por oposição à linguística do sistema (Fonseca, 1994, p. 95). Esta será efetivamente uma das opções assumida, como a seguir se verá. No entanto, ela não seria suficiente, tendo em conta que se trata de delimitar uma área que convive com a Pragmática – reconhecidamente associada,

também, ao uso e funcionamento do sistema. Apesar disto – e antecipando a discussão que será feita nas páginas que se seguem – importa sublinhar que os trabalhos em pragmática tendem a ficar epistemologicamente mais próximos de uma abordagem modular e cognitivista (como a que é assumida no contexto da gramática generativa) do que dos princípios tendencialmente partilhados pelas diferentes linguísticas do texto e do discurso. Por outro lado, a introdução da problemática da modularidade impunha uma discussão mais ampla, suscetível, nomeadamente, de estabelecer o confronto entre modularidade e paradigma(s) da complexidade. Finalmente, importava criar espaço para o quadro teórico e epistemológico do Interacionismo Sociodiscursivo em que predominantemente tenho desenvolvido investigação, com outras colegas (docentes e investigadoras), no contexto do CLUNL e, de forma mais específica, no âmbito do grupo Gramática & Texto.

Assim sendo, esta Parte I está organizada da seguinte forma:

- a secção 1 dedica-se a questões de pragmática, no sentido de clarificar as divergências entre esta subárea da Linguística e a Linguística do Texto e do Discurso;
- a secção 2 assume, com o título indica, uma visão plural da Linguística do Texto e do Discurso, desdobrando-se, por isso, em quatro subsecções: a primeira prolonga a discussão sobre questões de modularidade, equacionando-as na perspetiva da teoria da complexidade e analisando também, desse ponto de vista, a problemática dos tipos de texto; as subsecções seguintes tratam das disciplinas linguísticas que se ocupam do texto, da linguística sistémico-funcional e das diferentes correntes de análise do discurso;
- a secção 3 centra-se no quadro teórico e epistemológico do Interacionismo Sociodiscursivo, enquanto opção específica no âmbito da Linguística do Texto e do Discurso.

1. Algumas questões sobre pragmática – ou a pragmática em questão

Em linhas gerais, dificilmente se pode hoje excluir a pragmática do campo dos estudos sobre o uso da linguagem em contexto. Apesar disso, o entendimento desta questão está longe de ser simples – constatando-se posicionamentos diversos sobre o tipo de relação entre pragmática e linguística,

ou entre pragmática e gramática. Ainda que não pretenda fazer um levantamento exaustivo destas oscilações, podem apontar-se alguns marcos significativos. Veja-se, para começar, a definição de Moeschler & Reboul (1994, p.17): “D’une manière tout à fait générale, on définira la pragmatique comme l’étude de l’usage du langage, par opposition à l’étude du système linguistique, qui concerne à proprement parler la linguistique”. Trata-se de uma definição muito geral (tal como explicitado) e necessariamente simplificada, tratando-se do início do volume de cerca de quinhentas páginas que é o *Dictionnaire Encyclopédique de Pragmatique*. Apesar disso, é inequívoca a separação entre as duas áreas consideradas. Mas o que se entenda por “estudo do sistema linguístico” ou mesmo por linguística está longe de ser consensual. Se recuarmos até à obra clássica de Levinson (1983), constatamos que, procurando definir pragmática relativamente a sociolinguística, o autor perspetiva a primeira como uma das componentes da gramática (ao contrário da segunda): “(...): sociolinguistics is not a component or level of a grammar in the way that syntax, semantics, phonology and, quite plausibly, pragmatics are.” (Levinson, 1983, p. 29). Na mesma linha parece situar-se van Dijk (2007), ao perspetivar uma “componente pragmática” entendida como extensão do “foco tradicional na sintaxe e na semântica”, para usar os termos do próprio autor. Este acaba, no entanto, por atribuir ao campo disciplinar da pragmática o estudo dos usos da linguagem para além da gramática (como sejam, nomeadamente, as questões de cortesia linguística):

Based on the work of Austin (1962) on *How to Do Things with Words*, it is especially the study of John Searle (1969) on speech acts and an influential essay of H. P. Grice (1975) on conversational maxims that sparked a flow of studies on language use extending the traditional focus on syntax and semantics with a pragmatic component, accounting for the illocutive functions of language in terms of speech acts, implicatures and other aspects of contextually based language use. More generally, Pragmatics has become the discipline that houses many of the studies of language use beyond grammar, such as the influential work on politeness by Penelope Brown and Stephen Levinson (Brown & Levinson, 1987). (van Dijk, 2007, p. xix).

Também no contexto português a relação entre pragmática e gramática permanece ambígua (além de marginal) na *Teoria da Gramática* (Paiva Raposo,

1992). Com efeito, a nota a seguir citada arruma a pragmática do lado da performance mas reconhece simultaneamente uma componente pragmática ao nível da competência (sem explicar como se pode resolver a contradição):

Dada a natureza diversa dos factores extragramaticais que determinam os actos de fala, não podemos falar num único modelo generalizado de performance, mas sim em vários modelos, de acordo com a especificidade e autonomia dos factores em jogo. Por exemplo, o estudo do modo como o contexto discursivo desambigua o sentido das expressões semanticamente ambíguas está na base de uma disciplina específica da performance, a *pragmática*. (Ao atribuir a pragmática à performance, não estamos de modo nenhum a negar a existência de uma possível «competência pragmática» interiorizada na mente do falante.). (Paiva Raposo, 1992, p. 32, nota 10).

Na base das ambiguidades, ou mesmo das contradições, estará seguramente o confronto (mais ou menos implícito) entre concepções de linguagem e/ou modelos descritivos ou explicativos – tal como veremos nos pontos seguintes.

1.1. Das concepções de pragmática

Como atrás se viu, Levinson (1983) perspectiva a pragmática como uma das componentes da gramática (a par da fonologia, da sintaxe e da semântica). A argumentação que o autor desenvolve, a favor da necessidade de uma componente pragmática no interior de uma teoria geral da gramática, também referida como “an integrated theory of linguistic ability” e “an integrated theory of linguistic competence” (Levinson, 1983, p.33; p. 34), centra-se na análise da ordem das componentes da gramática – considerando a não autonomia da semântica em relação à pragmática, por ser esta a permitir a atribuição de valores de verdade (ou a representação semântica correta). Assim, o autor conclui:

This amounts to a concise argument that semantics is not autonomous with respect to pragmatics, and that pragmatics provides part of the necessary input to a semantic theory. But if pragmatics is, on occasions,

logically prior to semantics, a general linguistic theory simply must incorporate pragmatics as a component or level in the overall integrated theory. (Levinson, 1983, p. 35).

Além de assumir uma semântica vericondicional, este ponto de vista partilha de forma evidente a concepção modular que caracteriza o modelo generativista (radicalmente distinto da concepção social da linguagem que aqui assumo e que será desenvolvida à frente). O facto não deixa de ser curioso, uma vez que o autor identifica, entre outras causas para o crescente interesse pela pragmática, uma explicação de carácter histórico, fundamentalmente associada à reação à concepção chomskiana:

There are a number of convergent reasons for the growth of interest in pragmatics in recent years. Some of these are essentially historical: the interest developed in part as a reaction or antidote to Chomsky's treatment of language as an abstract device, or mental ability, dissociable from the uses, users and functions of language (...) (Levinson, 1983, p. 35).

Por sua vez, a teoria da pertinência (Sperber & Wilson, 1986) atribui o tratamento pragmático ao sistema de informação central (não especializado e não modular), a intervir à saída do sistema linguístico (sistema periférico, especializado e modular)⁴:

We do maintain that inferential comprehension involves no specialised mechanisms. In particular, we will argue that the inferential tier of verbal comprehension involves the application of central, unspecialised inference processes to the output of specialised, non-inferential linguistic processes. (Sperber & Wilson, 1986, p. 66)

Trata-se, na verdade, do mesmo enquadramento cognitivista que alimenta debates no quadro generativista, em particular no âmbito das questões relacionadas com a aquisição da linguagem. Veja-se, a título de exemplo:

4 Sobre teorias pragmáticas (lineares, integrada e cognitivista), ver também, Moeschler & Reboul 1994.

Existe, simultaneamente, um amplo debate sobre o estatuto das diferentes propriedades de interface, fruto de evidência empírica que sugere que, por exemplo, propriedades na interface entre a gramática e a pragmática, ou seja, propriedades na interface com sistemas cognitivos externos, poderão ser mais vulneráveis e susceptíveis de atrasos no desenvolvimento que, por exemplo, propriedades relevantes para a interface sintaxe-semântica, ou seja, propriedades que envolvem apenas módulos internos à faculdade da linguagem (Tsimplici & Sorace, 2006; White, 2007). (Madeira, Xavier, & Crispim, 2010, p. 514).

Autores e/ou perspectivas que não se vinculam a uma conceção modular têm problematizado a divisão entre pragmática e semântica ou precognizam mesmo a não diferenciação entre ambas. Curiosamente, observa-se esta tendência em autores que se podem considerar clássicos, para cada uma das áreas – nomeadamente, Searle (1969, 1979) e Lyons (1977).

Situando-se explicitamente, como se sabe, no âmbito da filosofia da linguagem, Searle (1969, p. 17) defende que o estudo dos atos de fala é da ordem da *langue* – na perspetiva do binómio saussuriano *langue / parole*. A justificação apresentada tem a ver com o conhecido princípio de expressibilidade (segundo o qual tudo o que se quer dizer pode ser dito). Poder-se-á sublinhar que, para o justificar, Searle argumenta de forma estranha (para um ponto de vista linguístico), uma vez que invoca a possibilidade de a sintaxe e o vocabulário de determinada língua poderem ser mais (ou menos) ricos do que os de outra⁵. Seja como for, é a partir daí que o autor extrai a conclusão que aqui nos interessa:

There are, therefore, not two irreducibly distinct semantic studies, one a study of the meaning of sentences and one a study of the performance of speech acts. (Searle, 1969, pp. 17-18)

Recusando, portanto, duas abordagens diferentes (uma semântica, outra pragmática), o autor continua a lidar, no entanto, com duas ordens

5 “A given language may not have a syntax or a vocabulary rich enough for me to say what I mean in that language but there are no barriers in principle to supplementing the impoverished language or saying what I mean in a richer one.” (Searle, 1969, p. 17).

de questões: por um lado, frases, dotadas de sentido; por outro, enunciados de frases (enunciados literais que, em contextos adequados, correspondem à realização de determinados atos de fala). A descrição (ou análise) pode por isso seguir orientações diferentes: a que parte do sentido da frase para observar que, quando enunciada de forma literal num contexto apropriado, corresponde à realização de determinado ato de fala; ou, inversamente, a que parte da realização de determinado ato de fala para identificar a frase cujo sentido literal permite, em contexto adequado, aquela realização. Não se pode dizer que seja totalmente esclarecedora a conclusão do autor, ao assumir que, em vez de dois campos de estudo diferentes, estamos perante um mesmo campo com dois pontos de vista:

And for these reasons a study of the meaning of sentences is not in principle distinct from a study of speech acts. Properly construed, they are the same study. Since every meaningful sentence in virtue of its meaning can be used to perform a particular speech act (or range of speech acts), and since every possible speech act can in principle be given an exact formulation in a sentence or sentences (assuming an appropriate context of utterance), the study of the meanings of sentences and the study of speech acts are not two independent studies but one study from two different points of view. (Searle, 1969, p. 18).

Um contributo eventualmente interessante para alimentar esta discussão poderá ser o que considera que uma pragmática distinta da semântica geral começa apenas com o estudo dos atos de fala indiretos. É o ponto de vista de Daniel Vanderveken, de acordo com Vernant (2010, p. 126).

Também Lyons (1977, pp. 114-119; p. 591; p. 603) duvida da aplicabilidade da distinção entre semântica e pragmática (na linha herdada de Morris), o que não o impede de reconhecer a necessidade de recorrer a conceitos pragmáticos para a análise do sentido⁶. Seja como for, a possibilidade que o autor acaba por admitir assenta, uma vez mais, num cálculo do sentido que determinadas frases podem assumir quando enunciadas em determinados contextos:

6 O autor sublinha como particularmente significativo, deste ponto de vista, o caso das frases em que ocorrem elementos deícticos (Lyons, 1977, p. 591).

One way of drawing it [the distinction between semantics and pragmatics] by definition (with respect to microlinguistics) is to say that microlinguistic semantics deals with the meaning of maximally decontextualized system-sentences and microlinguistic pragmatics studies the meaning that these sentences have when they are uttered (as text-sentences) in particular classes of contexts. (Lyons, 1977, p. 591).

Anscombe e Ducrot (1976) discutiram igualmente o desenvolvimento linear que caracteriza a conceção tripartida herdada de Morris: da sintaxe para a semântica e desta para a pragmática, correspondendo o valor de ação do enunciado ao output da pragmática. Em clara oposição a este ponto de vista, os autores defenderam uma pragmática integrada, que não estabelecesse uma ordem linear entre semântica e pragmática e que trabalhasse diretamente sobre a estrutura sintática, identificando as marcas que, já a esse nível, determinam o valor pragmático do enunciado (Anscombe & Ducrot, 1976, p. 6). Retomada na obra clássica dos autores sobre argumentação na língua (Anscombe & Ducrot, 1983), a perspetiva da pragmática integrada virá a ser mais claramente explicitada por Ducrot (1984, p. 60): a componente linguística atribui significação ao enunciado; e, a partir da significação e da descrição da situação, a componente retórica calcula o sentido da enunciação (na situação em causa)⁷. Apesar dos inequívocos contributos que esta pragmática integrada forneceu à teoria e análise linguísticas, não se pode deixar de sublinhar o facto de permanecer como uma teoria de inspiração computacional, alheia à conceção social da linguagem que caracteriza a linguística do texto e do discurso, tomada em sentido amplo. Deste ponto de vista, ela acaba por não se diferenciar significativamente das abordagens modulares e cognitivistas (epistemologicamente próximas do modelo generativista), que vimos atrás. De facto, embora equacionem as questões de forma diferente, as diferentes conceções até agora apontadas convergem no facto de situarem a dimensão pragmática (ou interacional, ou contextualizada) algures à saída do processamento linguístico – e todas divergem, portanto, da

7 Não deixa de ser curioso que o próprio autor admita que esta conceção pareça estranha, face ao posicionamento que assumiu nas páginas anteriores contra a semântica chomskiana (Ducrot, 1984, pp. 60-61).

conceção que assume o primado do social, partilhada, em geral, pelas diferentes correntes de análise do discurso e, de forma particular, pelo quadro do Interacionismo Sociodiscursivo (doravante, ISD).

Serão então definitivamente incompatíveis as duas grandes orientações apresentadas nas seções anteriores? Desenvolvem-se necessariamente em linhas paralelas, pelo facto de assumirem pressupostos epistemológicos diferentes?

1.2. Da linguagem na/da pragmática

No início de *Speech Acts*, o autor declara uma concepção behaviorista da linguagem, definindo-a nos seguintes termos: “a rule-governed intentional behavior” ou “a rule-governed form of behavior” (Searle, 1969, p.16; p.17). A importância dada à intencionalidade parece diluir algumas das críticas que se podem fazer ao behaviorismo – nomeadamente, o facto de ser o ambiente a seleccionar os comportamentos e a estabilizá-los, isto é, a estabilizar aqueles que se adaptam a ele (Bronckart, 2008)⁸. Mas o mesmo fator (o peso dado à intencionalidade) inscreve-se, por outro lado, numa das fragilidades da concepção searliana: a concepção monológica do sentido. Poder-se-á igualmente sublinhar, desde já, a ausência de uma concepção verdadeiramente semiótica da língua, ou do sistema linguístico, como pode mostrar a passagem que se segue, retirada do último capítulo de *Expression and Meaning*:

The purpose of language is communication. The unit of human communication in language is the speech act, of the type called illocutionary act. The problem (or at least one important problem) of the theory of language is to describe how we get from the sounds to the illocutionary acts. What, so to speak, has to be added to the noises that come out of my mouth in order that their production should be a performance of the act of asking a question, or making a statement, or giving an order, etc. The rules enable us to get from the brute facts of the making of noises to the institutional facts of the performance of illocutionary acts of human communication. (Searle, 1979, p. 178).

8 Para um aprofundamento da concepção behaviorista da linguagem e do confronto com a abordagem interacionista social, veja-se Bronckart, 1995; 2008; 2019.

Apesar de as duas obras referidas serem as que, historicamente, determinaram o papel marcante de Searle na estabilização da chamada teoria dos atos de fala, é útil verificar a conceção de linguagem que emerge em trabalhos posteriores – tanto mais que neles são fortemente tematizadas questões relacionadas com a mente e com o social. Assim, em *The Rediscovery of Mind* (Searle, 1992), o autor argumenta de forma a caracterizar o “modo de existência” da consciência, evocando o facto de o mundo ser feito de partículas organizadas em sistemas, alguns dos quais são sistemas vivos que evoluíram ao longo dos tempos; o cérebro é um destes casos, de onde decorre, para o autor, a evidência do carácter biológico da consciência:

Among these [types of living systems], some have evolved brains that are capable of causing and sustaining consciousness. Consciousness is, thus, a biological feature of certain organisms in exactly the same sense of “biological” in which photosynthesis, mitosis, digestion, and reproduction are biological features of organisms. (Searle, 1992, p. 93).

Apagando em absoluto o papel da língua, enquanto sistema semiótico, na evolução da espécie humana, o autor pode reduzir os fenómenos da mente a meros traços biológicos. E de forma que toca a arrogância intelectual, assume o ponto de vista que defende como o único cientificamente válido, usando como argumento o facto de não precisar de se situar face aos debates filosóficos que marcaram a história do pensamento ocidental:

Anyone who has had even a modicum of “scientific” education after 1920 should find nothing at all contentious or controversial in what I have just said. It is worth emphasizing also that all of this has been said without any of the traditional Cartesian categories. There has been no question of dualism, monism, materialism, or anything of the sort. Furthermore, there has been no question of “naturalizing consciousness”; it already is completely natural. Consciousness, to repeat, is a natural biological phenomenon. (Searle, 1992, p. 93).

The Construction of Social Reality (Searle, 1995) parece dar um passo à frente. Com efeito, apesar de considerar não haver verdadeiramente oposição entre biologia e cultura, nem entre corpo e mente, o autor destaca o

papel da consciência (e da intencionalidade) na diferenciação de fenómenos de ordem biológica e cultural:

However, though there is a continuum from the chemistry of neurotransmitters such as serotonin and norepinephrine to the content of such mental states as believing that Proust is a better novelist than Balzac, mental states are distinguished from other physical phenomena in that they are either conscious or potentially so. Where there is no accessibility to consciousness, at least in principle, there are no mental states. (Searle, 1995, p. 228).

Não parece ficar claro, na posição do autor, como se dá (o salto para) o acesso à consciência – ainda que seja ela a determinar a evolução, dentro de um continuum, entre o biológico e o cultural. Seja como for, a conclusão reitera de forma inequívoca o primado do biológico, colocando a linguagem a par de “outras formas de realidade institucional” (e, como tal, esvaziando-a da especificidade semiótica que, do ponto de vista que à frente defenderei, a caracteriza):

The biological capacity to make something symbolize – or mean, or express – something behind itself is the basic capacity that underlies not only language but all other forms of institutional reality as well. Language is itself an institutional structure because it involves the imposition of a special kind of function on brute physical entities that have no natural relation to that function. (Searle, 1995, p. 228).

Para concluir, retomarei o ponto de vista de outros dois autores de referência no âmbito da pragmática. Na obra intitulada *Pragmatique du Discours* (Reboul & Moeschler, 1998), os autores reiteram o uso da linguagem como objeto da pragmática, atribuindo à linguística o estudo da linguagem. Esta divisão vai de par com o entendimento de estratégias científicas diferenciadas: fechada, no caso da linguística; aberta, no caso da pragmática, destacando os autores, neste âmbito, a orientação claramente cognitivista da pragmática perspectivada por Sperber & Wilson (1986), como já atrás vimos, também. O aspeto que importa neste momento sublinhar é o facto de, segundo os autores, a linguística

recorrer a uma estratégia científica fechada por a linguagem ser um “fenómeno unitário”, que os autores pretendem clarificar (em nota de rodapé) nos termos seguintes: “Ce caractère unitaire s’explique probablement du fait que le langage a des racines biologiques: c’est une capacité spécifique à l’espèce humaine (cf., entre autres, Bickerton 1990, Chomsky 1986, Pinker 1994, Reboul et Moeschler 1998).” (Reboul & Moeschler, 1998, p. 32).

Na perspetiva do interacionismo social que aqui assumo – e, mais especificamente ainda, do interacionismo sociodiscursivo que nele se filia – a base biológica que sustenta a linguagem na espécie humana não está posta em causa. Essa possibilidade, estabelecida no decorrer do processo de hominização, está longe, no entanto, de poder dar conta da complexidade do fenómeno da linguagem humana – uma vez estabelecida, precisamente, essa capacidade. Esta questão será retomada à frente. De momento, parece ter ficado suficientemente demonstrada a proximidade entre a pragmática e os pressupostos do generativismo.

1.3. Do(s) objeto(s) da pragmática

O objeto da pragmática não oferece uma evidência absoluta: pode abarcar, numa perspetiva ampla, o estudo do sentido em contexto ou, pelo contrário, focalizar problemáticas específicas, como a cortesia, nomeadamente, ou os marcadores discursivos. Por outro lado, os atos de fala, ou atos ilocutórios, tendem a ocupar um lugar de destaque enquanto objetos de análise pragmática – ou, se preferirmos, unidade de análise. A este propósito é particularmente esclarecedor o ponto de vista de Joaquim Fonseca (1994b), no artigo significativamente intitulado *Dimensão accional da linguagem e construção do discurso*. Com efeito, sublinhando a importância das noções de *performatividade* e de *ato de fala*, o autor discute o facto de as análises de Searle dizerem apenas respeito a atos de fala isolados, isto é, que não formam sequência, concluindo:

Como se vê, a perspectiva de Searle é uma perspectiva frásica, que não atende nem ao transfrásico (consideração das articulações sequenciais e consideração também do que a sequencialidade determina no interior do frásico) nem muito menos ao textual. (Fonseca, 1994b, p. 111).

Como se sabe – e como o mesmo autor mostra, logo a seguir – trabalhos posteriores tenderam a recuperar essa lacuna. De formas mais ou menos convincentes e com resultados mais ou menos promissores ou duradouros, diferentes autores propuseram e defenderam desenvolvimentos específicos da pragmática – pragmática discursiva e/ou pragmática do discurso (van Dijk, 1980; Reboul & Moeschler, 1998); macropragmática (van Dijk, 1980) ; pragmática textual (Adam, 1989) ou mesmo superpragmática (Moeschler, 2019). Importa avaliar até que ponto estes desenvolvimentos proporcionam uma diferença qualitativamente significativa.

O subtítulo de *Texto y Contexto* (van Dijk, 1980) ilustra este movimento: “*Semántica y pragmática del discurso*”. Na abertura do capítulo VIII o autor declara: “En este y en el capítulo que sigue trataremos de la pragmática del discurso, es decir, de las relaciones sistemáticas entre estructuras de texto y de contexto.” (Van Dijk, 1980, p. 290). Não poderei deixar de sublinhar a ambiguidade de que se revestem, nesta passagem, os termos *discurso* e *texto* – mas a questão está longe, ainda hoje, de um tratamento, se não inequívoco, pelo menos claro. Seja como for, os capítulos referidos desenvolvem-se a partir da distinção entre *estructuras lineares* e *estructuras globais*). As primeiras são objeto do capítulo VIII, apresentado nos seguintes termos: “este [capítulo] investigará las relaciones entre la estructura lineal, secuencial del discurso y la estructura del contexto, o sea, entre las SECUENCIAS DE FRASES Y SECUENCIAS DE ACTOS DE HABLA.” (Van Dijk, 1980, p. 290). Nas páginas seguintes, o autor antecipa o tratamento, do ponto de vista das sequências de atos de fala, de questões de ordem pragmática (ou semântico-pragmática), como o implícito ou, mais precisamente, o pressuposto, a par de questões que tipicamente se associariam hoje à descrição textual, como as da conexão e da coerência. O capítulo IX trata das estruturas globais, recorrendo à noção de *macro-ato de fala*, definido nos seguintes termos: “acto de habla global realizado por la expresión de un discurso completo y ejecutado por una secuencia de actos de habla posiblemente diferentes.” (Van Dijk, 1980, p. 304).

Ainda que este tipo de descrição e análise possa ter dado contributos significativos para o património de conhecimento linguístico (e metalinguístico), é preciso reconhecer que continuamos no mesmo paradigma tripartido herdado de Morris, trabalhando sobre a correspondência entre *frase*, *proposição* e *ato de fala*: se as noções de *macroproposição* e *macroato*

de fala pretendem dar conta de estruturas globais, do ponto de vista semântico e pragmático⁹, parece ser *discurso* que preenche a necessidade de uma contrapartida para a frase. Embora não seja apresentada uma definição explícita do termo (ou da noção), *discurso* parece tomado, portanto, na continuidade da *Discourse Analysis* de Harris (1952)¹⁰ – simplesmente como “connected speech (or writing)”¹¹. Assim se poderá compreender, também, a ambivalência no que diz respeito a uma *pragmática do discurso* (referida, como se viu, no início da obra) e a *macropragmática*, definida nos seguintes termos: “Por macro-pragmática entendemos el estudio de la organización en conjunto de la interacción comunicativa, es decir, de una secuencia de actos de habla y de contextos y sus relaciones con la estructura del discurso. (Van Dijk, 1980, p. 325).

Reboul & Moeschler (1998) defendem também uma pragmática do discurso – que distinguem, veementemente, da *análise de discurso*, a partir da recusa do *discurso* como unidade cientificamente pertinente¹². De acordo com os autores, e seguindo de perto o que é postulado por Anne Reboul, no capítulo II (pp. 39-55), os discursos são objetos analisáveis em função das unidades que o compõem, isto é, dos enunciados; por sua vez, enquanto frases em contexto, os enunciados são interpretáveis através de uma abordagem que complementa a componente (da significação) linguística com uma interpretação pragmática, contextualista e cognitivista. Este mesmo raciocínio (que, para os autores, sustenta a descredibilização

9 Ainda que não retomemos aqui a questão, é sobejamente conhecida a noção de *macroproposição* e o papel que o autor lhe atribui em tarefas de ordem cognitiva. A este propósito, veja-se também Coutinho, 2011.

10 Inicialmente publicado em *Language* (vol. 28, 1952, 1-30), “Discourse Analysis” surgirá traduzido no número 13 de *Langages*, em 1969.

11 Embora não desenvolva aqui este aspeto, convém sublinhar que, na ausência de definições mais completas ou apenas mais explícitas, é também esta a noção de *discurso* que ocorre em trabalhos no quadro generativista, cujas problemáticas excedem os limites da frase. Sem negar a legitimidade deste uso, convém sublinhar o caráter simplista da conceção de Harris, face às (atuais) teorias do discurso, como há muito assinalou Maingueneau: “On peut d’abord constater l’absence d’une définition théoriquement élaborée du concept de “discours” qui est pris sous la forme la plus intuitive d’un énoncé dépassant le cadre de la phrase. En se donnant un concept aussi pauvre, on ne s’étonnera pas de voir Harris se limiter à la surface du texte (malgré l’utilisation de transformations), comme si le discours possédait une structure unique et compacte qu’il suffirait de découvrir par segmentation et classement. (Maingueneau, 1976, p. 76).

12 Vejam-se os títulos da Parte I (“Contre le discours”) e do capítulo II, Parte I, assinado por Anne Reboul (“Le discours n’est pas une catégorie scientifiquement pertinente”).

do programa da análise do discurso) justifica que se ponha em causa a oportunidade da “pragmática do discurso” que propõem: em última análise, mais não é do que uma pragmática dos enunciados, isto é, uma pragmática do discurso, entendido como mera sequência de enunciados (ainda que organizados).

A fechar esta problematização, retomamos o recente contributo de Moeschler que, na sua última lição (Moeschler, 2019), anuncia uma amplificação dos objetos da pragmática, no âmbito do que designa como “super pragmática”: “Enfin, j’aimerais esquisser une approche plus large des objets de la recherche en pragmatique (Super Pragmatique), qui met au centre de ses objectifs des questions impliquant la responsabilité et l’engagement des scientifiques dans des questions sociétales.” (Moeschler, 2019, p. 397). Antes de esclarecer esta “super pragmática”, o autor apresenta quatro direções que entende deverem integrar a agenda futura da investigação em pragmática: (i) o desenvolvimento da pragmática intercultural; (ii) o desenvolvimento de uma abordagem da pragmática dita inclusiva, que integre, por exemplo, a relação entre linguagem e emoção ou entre linguagem e ficção; (iii) o desenvolvimento de uma teoria da produção dos enunciados que, na continuidade do tratamento dado por Grice e por Sperber & Wilson às problemáticas da inferência e da relevância, se centre sobre “as relações entre intenções, formas linguísticas e efeitos contextuais dos enunciados”; (iv) propostas relacionadas com as relações entre pragmática e evolução da linguagem (cf. Moeschler, 2019, p. 406). Se as orientações perspectivadas em (i) e em (ii) parecem normais, relativamente previsíveis ou mesmo desejáveis (sobretudo no que diz respeito a questões de ordem intercultural), a terceira tendência é francamente dececionante. Com efeito, mantém-se uma abordagem do sentido que, sendo cognitiva, ignora o caráter dialógico que hoje é praticamente consensual: “Depuis Grice et Sperber & Wilson, la pragmatique est une approche cognitive et inférentielle de l’interprétation des énoncés: l’interprétation est obtenue lorsque l’auditeur accède au sens de la locutrice.” (Moeschler, 2019, p. 409)¹³. Por outro lado, segundo o autor, a necessidade de desenvolvimento de uma teoria (pragmática) da produção

13 Explica o autor: “J’ai utilisé le féminin *locutrice* pour le rôle assigné au sujet parlant, adoptant l’usage anglophone qui désigne le *speaker* par *she* et son *addressee* par *he*.” (Moeschler, 2019, p. 410, nota 3).

assenta numa assimetria entre quem fala (“les locuteurs”) e quem interpreta (“les interlocuteurs”): assume-se que, do lado de quem interpreta, existe “vigilância epistémica” sobre a qualidade dos argumentos apresentados por quem fala; e que, pelo contrário, quem fala assume uma postura “preguiçosa” ou “pouco vigilante” relativamente à qualidade dos seus próprios argumentos. A oportunidade deste ponto de vista, que não é minimamente sustentada pelo autor, fica obviamente fragilizada pela ausência de um ponto de vista diferencial associado a situações de produção e de interpretação (a que se junta, aliás, a já referida ausência de uma conceção dialógica do sentido). Por outras palavras: ainda que se possa admitir que o postulado seja verdadeiro em determinadas circunstâncias, dificilmente se poderá considerar válido para toda e qualquer situação de produção e/ou de interpretação. Em última análise, o que fica em causa, uma vez mais, é a diferença entre uma abordagem centrada sobre a produção/interpretação de enunciados e abordagens efetivamente preocupadas com a produção/a interpretação de textos (necessariamente de géneros diferentes, com tudo o que isso implica). O quarto aspeto apontado diz respeito, como atrás se viu, às relações entre pragmática e evolução da linguagem. O autor sublinha a importância que esta última questão tem adquirido no âmbito da biolinguística e assume um contributo determinante da pragmática, nesse mesmo âmbito:

La question de l'évolution du langage et de la communication est depuis une vingtaine d'années au centre des recherches en biolinguistique (Hauser et al. 2002, Anderson 2004, Berwick & Chomsky 2016). L'approche biolinguistique est aujourd'hui confortée par des études de pragmatique sur l'évolution du langage et de la communication, selon lesquelles les langues dites naturelles sont des codes riches, mais imparfaits, car ils doivent être appris (Sperber & Origgi 2005, Scott-Phillips 2014). (Moeschler, 2019, p. 411).

Independentemente do que possa ser discutido a este propósito, no âmbito, nomeadamente, da biolinguística, interessa aqui sublinhar a conclusão do autor, no que diz especificamente respeito ao entendimento (pragmático) do sentido e da comunicação: “En d'autres termes, dans l'approche pragmatique, les énoncés ne sont que des indices du sens de la locutrice

– la réussite de la communication n'exigeant pas une identité entre ce qui est intentionné et ce qui est compris." (Moeschler, 2019, p. 411). Poder-se-iam reiterar algumas das reservas já anteriormente apontadas (nomeadamente, o caráter não dialógico do sentido assim entendido). Mas seguindo o raciocínio do autor, importa antes contrapor a este ponto de vista (que se poderá dizer clássico, em pragmática) a perspetiva defendida por Anne Reboul: pressupondo a anterioridade das línguas relativamente à comunicação, que aparece como uma deriva ou um fenómeno marginal, a autora atribui à "comunicação implícita" um papel determinante na evolução da linguagem. É o que mostra a passagem a seguir citada:

Une autre approche pragmatique, celle d'Anne Reboul (2017), soutient que les langues naturelles sont des systèmes de communication au sens faible. En d'autres termes, les langues n'ont pas évolué pour la communication, mais ont exapté pour la communication, et sous cette hypothèse, la communication implicite a dû jouer un rôle fondamental dans l'évolution du langage: elle permet de concilier coopération et vigilance épistémique. (Moeschler, 2019, p. 411).

Compreende-se que a conclusão do autor vá no sentido de recomendar o reforço do papel da pragmática, na investigação sobre as origens da linguagem – questão que talvez hoje se perspetive como menos desafiadora do que a que possa dizer respeito ao futuro da linguagem. A fundamentação para este ponto de vista será explanada à frente. Mas convém sublinhar desde já a inequívoca convergência epistemológica entre o generativismo (e/ou a biolinguística) e a pragmática inferencial defendida por Jacques Moeschler e Anne Reboul, na sequência de Sperber & Wilson (1986) e de trabalhos mais recentes – nomeadamente Sperber & Origgi (2005). Podemos com efeito retomar este último capítulo, de que Sperber é coautor, para confirmar diferentes facetas associadas ao ponto de vista referido: o caráter biológico da faculdade da linguagem; a função desse aparelho biológico, destinado à aprendizagem de uma língua (ou, mais exatamente, à aquisição de uma língua?); a visão mentalista (cognitivista) que entende o domínio da língua como condição (ainda que corroborada por outras capacidades cognitivas e sociais) para a "expressão dos pensamentos":

La faculté de langage, en effet, (si on la conçoit comme un trait biologique et non comme une abstraction) sert non pas à communiquer mais à apprendre une langue. La maîtrise d'une langue, jointes à des compétences cognitives et sociales particulières, permet, quant à elle, la communication linguistique (et plus généralement l'expression des pensées, qu'elle soit à des fins communicatives ou non, mais nous laisserons de côté ici les fonctions non communicatives du langage). (Sperber & Origgi 2005).

As quatro direções perspetivadas por Moeschler para o futuro da pragmática, que acabamos de sintetizar, parecem laterais relativamente à proposta de uma “super pragmática” que conclui o artigo (originalmente, a última lição). Como já atrás se viu, esta proposta anuncia uma abordagem mais ampla dos objetos da pragmática e um compromisso científico com questões de ordem societal. No entanto, estas duas dimensões diluem-se na argumentação do autor: nada, ou quase nada, é dito, concretamente, sobre os objetos da pragmática, que se esperaria serem revistos, ou reconsiderados, nessa anunciada perspetiva mais ampla¹⁴. E a “super pragmática”, que supostamente iria além da pragmática, parece afinal dever ser apenas entendida em função do impacto societal de que possa ser capaz a pragmática. A reserva que acabo de formular não tem a ver com a importância societal de que pode e deve revestir-se a investigação científica em geral, ou a pragmática, em particular, mas apenas com a forma como a argumentação é desenvolvida. Como já disse, os objetos da pragmática não chegam a ser perspetivados de forma mais abrangente, como anunciado (nem sequer problematizados ou minimamente referidos), de forma que este aspeto desaparece da reconfiguração da pragmática em “super pragmática” e esta se torna afinal dependente do impacto societal. E a argumentação apresentada é de novo frágil (para não dizer falaciosa). Num primeiro

14 Em última análise, pode admitir-se alguma ambiguidade na formulação do autor: “Dans cette dernière section, j'aimerais aller au-delà de chemins nouveaux pour la pragmatique proposés dans la section 3, et introduire un concept nouveau, la Super Pragmatique, dont le champ devrait aller au-delà d'une théorie de la communication et de la signification en contexte, et inclure des champs de recherches anciens et nouveaux, de manière parallèle à la proposition de Philippe Schlenker de Super Linguistics, permettant d'investiguer avec les outils de la syntaxe et de la sémantique formelles des domaines comme le langage des signes, la danse, la musique, la communication animale, etc.” (Moeschler, 2019, p. 412).

momento (que não seria, em si, problemático), o autor anuncia ilustrar a “super pragmática” a partir de um exemplo: “Quel pourrait être l’impact sociétal de la pragmatique ? Ma réponse réside dans la Super Pragmatique (*super* = au-delà), que j’aimerais illustrer avec l’exemple *Je ne suis pas Charlie*.” (Moeschler, 2019, p. 414). Como facilmente se compreende, o exemplo tem a ver com o aparecimento do slogan “Je suis Charlie”, na sequência do atentado de 7 de janeiro de 2015 ao jornal Charlie Hebdo – e com o subsequente aparecimento do slogan “Je ne suis pas Charlie”, que mantém as características tipográficas do original, acrescentando as marcas de negação, a vermelho. Moeschler começa por analisar brevemente o slogan inicial, considerando que desencadeia um conjunto variado de implicações fracas (isto é, comunicadas de forma fraca)¹⁵. Ao passar à análise do slogan-resposta, coloca três hipóteses, fixando-se na terceira, que consiste em tomar o enunciado em causa como *negação metalinguística*¹⁶, definida nos termos seguintes: “Dans les études sur la négation métalinguistique (Horn 1989, Moeschler 2018c), un énoncé négatif avec la négation métalinguistique *non-p* signifie « je ne peux pas affirmer p », et non pas « il est faux que p », signification ordinaire ou descriptive de la négation.” (Moeschler, 2019, p. 416). O autor desenvolve ainda a caracterização da negação metalinguística assumindo que, em geral, ocorre à direita um segmento de natureza corretiva, como o que apresentara anteriormente, ao analisar o slogan inicial (“(15) *Abi n’est pas belle, mais très belle.*” (Moeschler, 2019, p. 416)¹⁷. É sobre este último aspeto que recai a falácia argumentativa do autor, uma vez que passa da asserção de uma ocorrência comum ou frequente para um ponto de vista normativo sobre o que deveria ter sido enunciado, no caso em análise. Vejam-se as palavras do autor, para que não restem dúvidas:

-
- 15 Algumas dessas implicações são elencadas pelo autor no exemplo 9: “a. Je suis solidaire de Charlie; b. Je suis en deuil de Charlie; c. Je suis effondré par cet attentat; d. Je condamne le terrorisme; e. La liberté d’expression est la première valeur de la république; f. La force ne pourra pas vaincre l’intelligence et la pensée; etc.” (Moeschler, 2019, p. 415).
- 16 A proposta original de negação metalinguística, que se deve a Ducrot (1984, pp. 217-218), opõe-na à negação polémica: a primeira consiste na reação a uma afirmação efetivamente produzida, a segunda responde a um ponto de vista posto em cena (enão a uma produção efetivamente enunciada). Confirma-se assim, também, a oportunidade de tomar o caso em análise como negação metalinguística.
- 17 De acordo com a descrição de Ducrot (1984), a negação metalinguística pode ter um efeito majorante (por exemplo: O Pedro não é inteligente. [É genial]), enquanto no caso da negação polémica há sempre um efeito minorante (por exemplo: O Pedro não é inteligente. [É mesmo burro]).

Cependant, **la négation métalinguistique est généralement suivie d'une clause corrective**, comme en (14). Le connecteur *mais* introduit en (14) le contraste de la clause corrective lorsque l'assertabilité de la proposition porte sur des prédicats scalaires, définis par un degré *d* de propriété *P*. Dans le cas de *Je ne suis pas Charlie*, il ne s'agit pas de propriété, mais d'assumer la responsabilité d'une assertion ou de refuser de l'assumer. Le connecteur introduisant un tel refus est un connecteur de justification, comme *parce que* ou *puisque*. **On aurait donc dû avoir un énoncé plus complet** comme (20):

(21) Je ne suis pas Charlie parce que ... (Moeschler, 2019, p. 416, *destaques meus*)¹⁸.

A conclusão do autor, acusando o slogan-resposta de se recusar a argumentar, ignora as condições físicas associadas à produção do texto, ou ao seu suporte – que reproduzem as condições do slogan original. Assim, em ambos os casos, a argumentação (ou a estrutura linguística da argumentação, se quisermos) adequa-se ao espaço disponível, vive da concisão que esse mesmo espaço exige. E por muito que possa chocar o slogan-resposta, parece basicamente injusto exigir-lhe uma explanação que não se considera indispensável no slogan original¹⁹. Por outras palavras (e, repita-se, por muito que possa chocar o slogan-resposta): se se aceita que o slogan original sugere um conjunto de implicações fracas, por que razão terá se eliminar essa mesma possibilidade, no caso do slogan-resposta? Na análise de Moeschler, a questão passa pela primeira hipótese colocada, a saber: que o sentido do slogan-resposta não depende das implicações associadas ao slogan original. Explica o autor: “L'argument pour cette hypothèse est que les implicatures d'un énoncé négatif (NEG) ne sont pas les contradictoires des implicatures de son correspondant

18 No artigo em causa, a numeração de exemplos/paráfrases está reiteradamente enganada. Assim, o que nesta citação é referido como (14) corresponde ao exemplo (15), que citei atrás; e o que é anunciado como (20) corresponde ao exemplo (21), que se lhe segue imediatamente.

19 Importa, aliás, sublinhar que, em (22) o autor apresenta o conjunto de implicações fracas associadas ao slogan original recorrendo a um marcador de justificação que não ocorre no original nem é marcado pelo autor como implícito: “(22) Je suis Charlie parce que a. je suis solidaire de Charlie b. je suis en deuil de Charlie c. je suis effondré par cet attentat d. je condamne le terrorisme e. la liberté d'expression est la première valeur de la république f. la force ne pourra pas vaincre l'intelligence et la pensée etc.” (Moeschler, 2019, p. 417).

positif (POS).” (Moeschler, 2019, p. 415). Sem ser falsa, a explicação pode considerar-se incompleta ou mesmo, de alguma forma, inadequada. Em primeiro lugar, porque não faz entrar em linha de conta a distinção entre implicações convencionais e implicações conversacionais – ou, se quisermos, entre pressupostos e subentendidos. Com efeito, a descrição de subentendido proposta por Ducrot (1984) coloca em primeiro plano, não o enunciado em si mesmo, mas a respetiva enunciação, isto é: “le fait qu’il soit utilisé à tel moment et dans telles circonstances.” (Ducrot, 1984, p. 22). Isto significa que, ao contrário do pressuposto, o subentendido não é linguisticamente marcado e, como tal, responde (corresponde) a uma espécie de interpretação reflexiva (a incidir sobre a enunciação e não, diretamente, sobre o enunciado):

Le sous-entendu se caractérise par le fait que, tout en étant observable dans certains énoncés d’une phrase, il n’est pas marqué dans la phrase. Cette situation du sous-entendu s’explique par le processus interprétatif d’où il est issu. Pour moi, en effet, il est toujours engendré comme réponse à des questions du type: « Pourquoi le locuteur a-t-il dit ce qu’il a dit? », « Qu’est-ce qui a rendu possible sa parole? ». En d’autres termes, une condition nécessaire (certainement pas suffisante, d’ailleurs) pour qu’un énoncé E sous-entende X est que X apparaisse comme une explication de son énonciation. (Ducrot, 1984, p. 34).

Acresce a esta descrição, que parece poder contribuir de forma decisiva para a compreensão do caso em análise, o facto de, ao discutir a primeira hipótese, Moeschler não fazer intervir a noção de *negação metalinguística* (que fica reservada para a terceira hipótese²⁰). Ora, se uma das características da negação metalinguística é o facto de permitir anular explicitamente os pressupostos do enunciado positivo correspondente (Moeschler & Reboul, 1994, p. 327), isso não significa que o mesmo se passe, necessariamente, com os subentendidos associados ao enunciado

20 De resto, o autor diz explicitamente: “La troisième hypothèse est bien plus intéressante, car elle fait sortir un lapin du chapeau du linguiste, la négation métalinguistique.” (Moeschler, 2019, p. 416).

positivo correspondente²¹. De facto, de acordo com as propostas de Ducrot que acabámos de ver, o desencadear de subentendidos funciona da mesma forma, no slogan original (afirmativo) e no slogan-resposta (negativo): em ambos os casos, o que é subentendido só emerge em função de uma interrogação/reflexão sobre as razões de dizer – razões essas que, de resto, se tomam como comunicáveis²². Estamos em crer que só alguém a quem faltasse informação sobre as circunstâncias (por exemplo, alguém que tivesse estado semanas ou meses numa viagem espacial, para evitar a figura mais improvável do extraterrestre) poderia perguntar, perante o slogan como perante o slogan-resposta: O que quer ele-ela dizer com aquilo? Como é evidente, o funcionamento comunicacional do slogan (altamente circunstanciado) não é (ou não foi) problemático – como, de resto, não levanta (não levantou) dificuldades, em termos comunicativos, o slogan-resposta (ainda que possa levantar reservas de ordem ideológica).

Em função do exposto, poder-se-á sintetizar a análise dos dois casos (slogan-original e slogan-resposta) como mostra o Quadro 1:

21 No entanto, os exemplos que o autor dá, a este propósito, envolvem a atribuição de uma propriedade (*ser* ou *não ser bela*) e não o assumir da responsabilidade de uma asserção – como ele próprio afirma ser o caso, em *Je ne suis pas Charlie*.

22 Veja-se a definição de subentendido em Moeschler & Reboul (1994, p. 292): “On dira en revanche qu’un contenu *q* est un sous-entendu d’un énoncé *p* si, en énonçant *p*, le locuteur laisse entendre que *q* c’est le cas, et s’il suppose que le destinataire de *p* dispose de suffisamment d’informations lui permettant de récupérer *q* à partir de *p* et d’une loi de discours (...)”.

			SUBENTENDIDOS (possíveis)
Je suis Charlie		<p>[pour quelle raison est-ce que je dis cela ?] OU [pour quelle raison est-ce qu'il-elle dit cela?]</p> <p>[por que razão digo eu isto?] OU [por que razão diz ele-ela isto?]</p>	<p>a. [je suis solidaire de Charlie / il-elle est solidaire de Charlie] b. [je suis en deuil de Charlie / il-elle est en deuil de Charlie] c. [je suis effondré-e par cet attentat / il-elle est effondré-e par cet attentat] d. [je condamne le terrorisme / il-elle condamne le terrorisme] e. [la liberté d'expression est la première valeur de la république] f. [la force ne pourra pas vaincre l'intelligence et la pensée] etc.</p>
Je ne suis pas Charlie	<p>NEGAÇÃO METALINGÜÍSTICA, parafraseável como [Je ne peux pas affirmer «Je suis Charlie »] / [Eu não posso afirmar « Eu sou Charlie »] OU como [Je refuse de DIRE « Je suis Charlie »] / [Eu recuso DIZER « Eu sou Charlie »]</p>	<p>[pour quelle raison est-ce que je dis cela ?] OU [pour quelle raison est-ce qu'il-elle dit cela?]</p> <p>[por que razão digo eu isto?] OU [por que razão diz ele-ela isto?]</p>	<p>[Je ne souscris pas à / Je ne veux pas m'associer à ce que veut dire qui dit « Je suis Charlie » [Il-elle ne souscrit pas à / ne veut pas s'associer à ce que veut dire qui dit « Je suis Charlie»]</p> <hr/> <p>a'. [je ne suis pas solidaire de Charlie / il-elle n'est pas solidaire de Charlie] b'. [je ne suis pas en deuil de Charlie / il-elle n'est pas en deuil de Charlie] c'. [je ne suis pas effondré-e par cet attentat / il-elle n'est pas effondré-e par cet attentat] d'. [je ne condamne pas le terrorisme / il-elle ne condamne pas le terrorisme] e'. [la liberté d'expression n'est pas la première valeur de la république] f. [il est faux que la force ne pourra pas vaincre l'intelligence et la pensée] etc.</p>

Quadro 1

Como já atrás ficou dito, as condições (genológicas) obrigam a uma concisão (linguística) partilhada tanto pelo slogan-original como pelo slogan-resposta – razão pela qual parece não só errada como abusiva a conclusão a que chega Moeschler, ao afirmar que o exemplo em análise rompe radicalmente com a capacidade argumentativa da espécie humana:

Ce que montre donc l'exemple de *Je ne suis pas Charlie* est en fait le refus d'argumenter, à savoir d'expliciter les raisons poussant à refuser d'affirmer Je suis Charlie. Ma position est que ce refus est l'un des aspects les plus troublants de ce message, car il est en rupture totale, en plus de la disparition de la signification de la vie humaine, avec ce qui constitue un des traits de l'espèce humaine : sa capacité à argumenter. (Moeschler, 2019, p. 417).

No entanto, e ao contrário do que defende Moeschler, poder-se-á admitir que a referida concisão, partilhada pelo slogan-original e pelo slogan-resposta, pode beneficiar o último: em última análise, é o formato genológico que obriga quem enuncia “Je ne suis pas Charlie” a não explicitar a razão (ou as razões) para o fazer (ainda que tal não seja necessário para suscitar reserva ou indignação). Mas a verdade é que quem escolhe(u) enunciar “Je ne suis pas Charlie” pode sempre rejeitar alguns dos subentendidos que lhe podem ser associados. E não parece despropositado admitir que alguém queira, eventualmente, distanciar-se das escolhas de Charlie Hebdo, sem que isso signifique, necessariamente, não rejeitar o atentado terrorista²³.

A última lição de Moeschler parece prestar um mau serviço ao objetivo que se propunha, na medida em que conduz, de forma tendenciosa, análises orientadas para o que considera ser o impacto societal a defender. Análises radicalizadas, como atesta a afirmação que antecede os últimos parágrafos: “Ce que montre l'exemple *Je ne suis pas Charlie* n'est donc pas l'absence de capacité réflexive chez ceux qui endossent ce message, mais l'absence de leur capacité à argumenter.” (Moeschler,

23 Uma pesquisa rápida na internet confirma isso mesmo (cf. <http://www.slate.fr/story/112429/qui-etaient-je-ne-suis-pas-charlie>, por exemplo).

2019, p. 417)²⁴. E se o texto fecha com uma série de injunções de ordem sociopolítica e mesmo ética, relativamente às quais será fácil obter consenso, não se compreende de todo de que forma elas se relacionam com o anunciado projeto de uma “super pragmática”.

1.4. Aberturas e transições

A problematização desenvolvida nos pontos anteriores evidencia a proximidade epistemológica que as abordagens pragmáticas mantêm com o quadro generativista, bem como o facto de se poder considerar o(s) objeto(s) de estudo limitado(s) a enunciado(s) (ou à articulação entre enunciados).

Será justo não esquecer, no entanto, algumas outras perspetivas que se podem dizer pragmáticas mas se demarcam, de alguma forma, das características atrás referidas.

O primeiro contributo a referir é o de Denis Vernant (2010), que analisa criticamente “os limites da lógica ilocutória”. Sublinhando, em primeiro lugar, o facto de se tratar de uma teoria filosófica e não linguística, o autor evidencia logo a seguir a ilusão do que chama o “domínio monológico do sentido”. Por estimulante que este ponto de vista se apresente, ele parece ficar dependente de uma insuficiente distinção entre o carácter dialógico, próprio de toda a produção discursiva ou textual, e o diálogo, como uma das formas possíveis de dialogismo. Vejam-se as palavras do autor:

La logique illocutoire reste tributaire des présupposés qui gouvernaient, *ab initio*, la théorie des actes de discours. Essentiellement, du *présupposé monologique* qui assigne au seul locuteur l'origine et la maîtrise du sens. Il convient au contraire d'appréhender dialogiquement l'acte de communication comme un procès complexe d'interaction entre au moins deux agentes, co-auteurs du sens. Les actes de discours ne prennent sens et fonction pragmatique que dans le contexte de l'interlocution, du dialogue. (Vernant, 2010, p. 127).

Seja como for, Vernant reconhece a interação dialógica e colaborativa como determinante na identificação/fixação do sentido – o que o leva a

24 Note-se, aliás, a contradição entre dois momentos da análise: um, em que se assume que há recusa de argumentação, e este, em que se considera haver ausência de capacidade argumentativa.

considerar que a pragmática depende de uma teoria geral da ação, ou praxeologia (Vernant, 2010, p. 138)²⁵.

Estes dois aspetos – dialogismo e praxeologia – são determinantes na conceção que defenderei à frente, no âmbito da linguística do texto e do discurso. Mas no caso de Vernant, eles são apenas razão para uma proposta, revista, de tipologia de atos de fala, que terá, com certeza, o seu interesse, mas permanece alheia a qualquer teorização de objetos de ordem especificamente textual e/ou discursiva. Em qualquer caso, esta pragmática reorienta-se em função de uma abertura epistemológica que, no presente contexto, não poderia deixar de merecer destaque.

Os textos estão no centro das duas perspetivas a seguir referidas – que, por isso, constituem transição para as secções seguintes. Incluímo-las aqui, sem prejuízo do lugar que possam voltar a ter em desenvolvimentos posteriores deste trabalho, em função de reflexões especificamente relacionadas com a pragmática. Trata-se de reflexões pontuais e situadas, que podem, de resto, não ser particularmente significativas no conjunto da obra dos autores em causa, mas permitem equacionar pontos de vista mais abrangentes sobre o que se possa entender por pragmática.

Começemos pela semântica textual (ou semântica interpretativa) proposta por Rastier (1989). Sublinhando o facto de o sentido não constituir uma propriedade (imane) dos textos mas ser contextualmente estabelecido, Rastier perspetiva uma “pragmática englobante”, claramente distinta da pragmática (micro)linguística:

En somme, le sens n'est pas immanent au texte comme message, mais à une *situation de communication* comprenant en outre un émetteur et un récepteur (...), comme aussi un ensemble de conditions (des normes, dont le genre textuel, et une pratique sociale déterminée). Ces conditions peuvent être dites *pragmatiques*, mais au sens d'une pragmatique *englobante*. (Rastier, 1989, p. 16).

25 Não se pode dizer que esta problemática esteja totalmente ausente, nos contributos de autores já referidos. O capítulo VI de *Texto Y Contexto* (van Dijk, 1980, p. 241 e segs), que inicia a secção dedicada à pragmática, intitula-se “Algunas nociones de la teoría de la acción”; nele afirma o autor: “No hace falta decir que un sólido análisis de los actos de habla (speech acts) que es la tarea central de la pragmática, no puede emprenderse sin un previo entendimiento de la noción de acto o acción.” (van Dijk, 1977, p. p. 241). O destaque aqui dado ao contributo de Vernant (2010) está relacionado com o facto de ter com sequências práticas, na reorientação das propostas de descrição de atos de fala.

Apesar de começar por admitir esta “pragmática englobante”, o autor reformula-se algumas linhas à frente e declara ser à semântica que cabe a tarefa de lidar com o sentido:

Dans une perspective interprétative (et non plus générative) la distinction entre une composante sémantique qui traiterait de la signification, et une composante pragmatique (intégrée) qui la réinterpréterait pour rendre compte du sens paraît alors perdre toute utilité. Bref, la sémantique se doit de traiter du sens, sans en déléguer l'étude à une pragmatique, fût-elle intégrée. (Rastier 1989, p.16).

Na medida em que abandonámos o campo da pragmática, a discussão sobre a semântica textual (ou interpretativa) proposta por Rastier não tem propriamente lugar neste contexto. Ainda assim, e de forma muito breve, sublinharemos alguns dos traços positivos que a caracterizam: afasta-se (explicitamente) dos pressupostos epistemológicos associados ao generativismo; lida, de forma inequívoca, com textos; e oferece uma significativa reflexão sobre sentido e percursos interpretativos (que não podemos aqui retomar de forma aprofundada). Podem também apontar-se algumas reservas: por um lado, o vazio a que vota a produção (questão a que se poderia juntar, ainda, o privilégio atribuído a textos de carácter literário); por outro, o facto de a proposta (parecer) exigir um caminho único, confinado às quatro componentes do nível semântico estabelecidas pelo autor (temática, dialética, dialógica, tática).

Uma segunda contribuição que importa reter está especificamente associada ao capítulo intitulado “Pour une pragmatique linguistique et textuelle”, que Jean-Michel Adam assina num volume coletivo dedicado à interpretação dos textos (Adam, 1989). Na secção 2, significativamente intitulada “De la phrase au texte: un consensus?”, o autor começa por sublinhar um trabalho de continuidade entre a “linguística clássica” e outras abordagens linguísticas, da ordem da gramática de texto, que lidam com fenómenos transfrásicos. São eles, de acordo com a enumeração do autor: anáfora, nominalização, correferência, conectores, progressão temática, eclipse e paráfrase²⁶.

26 A eclipse e a paráfrase, que fecham a enumeração, são marcados como casos de fronteira: “(...) et même l'éclipse et la paraphrase”. (Adam, 1989, p. 191).

Como sublinha Adam, mantêm-se, neste tipo de estudos, enquadramentos teóricos segmentados e locais: “Le cadre conceptuel de ces recherches importantes reste strictement linguistique, dominé par la morpho-syntaxe et par une conception très locale de la sémantique et de la pragmatique.” (Adam, 1989, p. 191). Na sequência desta observação, o autor refere alguns dos esforços para analisar encadeamentos de enunciados ou encadeamentos de atos de enunciação, mas conclui, de forma inequívoca, assinalando a incapacidade de abordar “a textualidade no seu conjunto”. É neste contexto que o autor perspetiva uma pragmática textual, (aparentemente) capaz de lidar com as especificidades da textualidade, enquanto fenómeno global:

Bien qu’il soit absolument nécessaire de pousser aussi loin que possible de telles investigations, je crois utile de distinguer nettement les recherches locales, centrées sur des phénomènes intraphrastiques de connexité et de cohésion, et sur des micro-enchaînements, et la pragmatique textuelle qui essaie, elle, de tenir compte, à la fois, de ces aspects locaux et de la dimension globale de la textualité sous l’angle de la production et de l’interprétation. (Adam, 1989, p. 192).

Apesar da perspetiva assim enunciada, o enquadramento disciplinar do autor não deu continuidade a uma pragmática textual que se preocupasse efetivamente com questões da ordem da textualidade – vindo estas a ser desenvolvidas no quadro da linguística do texto (Adam, 1999a) e, posteriormente, da análise textual dos discursos (2005, 2011a, 2011b). Há uma explicação de fundo para isto. Com efeito, Adam (1999a, p. 120; 2005, pp. 20-30; 2011a, pp. 43-44) explicita claramente a necessidade de se afastar do termo pela proximidade (indesejada) com a “pragmática do discurso” de Moeschler e Reboul atrás comentada: para além da ancoragem nas “teorias do espírito”, Adam acusa ainda a teoria referida de um “reduccionismo radical” (por reduzir o discurso a uma sucessão de enunciados e por fazer depender todos os fenómenos linguísticos do princípio de pertinência), assinalando que se trata de uma lamentável regressão.

Tendo em conta a discussão anteriormente desenvolvida (em 1.1, 1.2 e 1.3), não deixa de ser oportuno perguntar até que ponto uma parte das críticas que Adam dirige à “pragmática do discurso” (Moeschler & Reboul, 1998) não é válida para (toda) a pragmática:

Les orientations plus cognitives que sociodiscursives de cette pragmatique semblent l'éloigner définitivement de l'ancrage dans les sciences sociales qui était celui de la linguistique issue de Saussure et de Bally. De plus, son incapacité à réellement traiter dans leur continuité des textes de quelque ampleur peut amener à douter sincèrement de la dimension « discursive », voire même linguistique, de cette pragmatique. (Adam, 1999, p. 120).

A dúvida, que de alguma forma sintetiza muitas das questões que tenho vindo a formular, poderia fechar esta secção. Mas importa referir ainda a permanência de uma componente de natureza pragmática no modelo de descrição textual que Adam preconiza – e que se mantém, com oscilações e ajustamentos, através da vasta produção do autor. Sem alongar esta discussão, pode sublinhar-se que a pertinência das questões levantadas pelo autor se distancia do enquadramento epistemológico que tem vindo a ser analisado:

Comprendre un texte, c'est également pouvoir répondre à une question pragmatique: pourquoi, pour accomplir quel but, avec quelle visée argumentative, ce texte a-t-il été produit ? Comprendre l'action langagière engagée en dérivant ainsi un macro-acte de discours d'une suite plus ou moins hiérarchisée d'actes est une autre façon de résumer un texte et donc de l'interpréter dans sa globalité. (Adam 2011a, p. 228)

2. Uma visão plural: linguística do uso/funcionamento do sistema

Um primeiro recorte da área disciplinar em análise poderá ser estabelecido em função da problematização desenvolvida nas secções anteriores. Dir-se-á, assim, que esta área partilha com a pragmática o estudo das produções linguísticas em contexto – para formular, de forma rápida e simplificada, uma questão exemplarmente equacionada por Joaquim Fonseca (1994), através da distinção entre a linguística do sistema e a linguística do uso/funcionamento do sistema²⁷. Por outro lado, a área assim considerada distancia-se da pragmática na medida em que privilegia, como objetos de análise, textos e/ou discursos – cuja identidade (recíproca) importará clarificar.

27 Questão desenvolvida em Coutinho 2019, p. 19 e segs.

Este recorte, deliberadamente amplo, permite situar no mesmo âmbito uma grande diversidade de autores, correntes e desenvolvimentos – que, tendo embora traços comuns, divergem necessariamente em alguns aspectos. Não me proponho aqui analisar nem mesmo descrever exaustivamente todos os contributos que poderiam elencar-se, de acordo com esta visão alargada. Assumindo em primeiro lugar, na sequência do que atrás ficou dito, a proximidade epistemológica que une esses mesmos contributos, destacarei apenas algumas das orientações que se podem eventualmente considerar mais significativas. Num primeiro momento, serão discutidas abordagens ditas modulares que se podem situar no âmbito da Linguística do Texto e do Discurso (uma vez que não subscrevem verdadeiramente a conceção modular assumida no quadro generativista). Em seguida, serão apresentadas e discutidas: as disciplinas (linguísticas) do texto, a linguística sistémico-funcional e a(s) análise(s) do discurso. Em cada um dos casos, equacionarei as principais reservas que antecipam a opção específica que defenderei, na secção seguinte.

2.1. Da complexidade textual

Em função do que foi exposto na secção anterior, poderemos admitir que, ao contrário da pragmática, a Linguística do Texto e do Discurso se caracteriza por assumir uma conceção de linguagem não cognitivista e não modular. Apesar disso, constata-se que há abordagens ditas modulares que se situam no âmbito que se pode considerar da Linguística do Texto e do Discurso. A aparente contradição tem a ver com o facto de essas abordagens não subscreverem verdadeiramente a conceção modular assumida no quadro generativista – aproximando-se mais, como a seguir se verá, das teorias da complexidade. São essas as questões de que se ocupam as páginas seguintes.

2.1.1. Modularidade e complexidade textual

Tomemos como exemplo o volume editado por Nølke & Adam (1999), intitulado *Approches modulaires: de la langue au discours*: Adam (1999b, p. 16) fecha o texto de apresentação sublinhando que se trata mais de desenvolver uma reflexão epistemológica do que de advogar a modularidade; e no primeiro capítulo, entre outras questões, Nølke (1999, p. 24 e segs)

pergunta-se se a modularidade está no objeto ou no método. Com efeito, os pressupostos subjacentes às abordagens que o volume congrega não são propriamente coincidentes. Se o artigo assinado por Jacqueline Guéron (1999) corresponde inteiramente, como seria de esperar, ao modelo generativista e, como tal, a uma concepção forte de modularidade, autores como Eddy Roulet (1999) e Marc Bonhomme (1999) explicitam claramente o alcance metodológico (e não epistemológico) que atribuem à concepção modular (relativamente ao entendimento cognitivista que se poderia tomar como adquirido). Vejam-se as palavras de Roulet:

Il est important de préciser aussi que comme Motsch (1989, 1991) et Nølke (1994: 86), et à la différence de Fodor (1983), j'adopte l'approche modulaire seulement comme *hypothèse méthodologique*. Il est prématuré de considérer la modularité comme un reflet de mécanismes psychologiques, du fonctionnement de l'esprit humain, mais elle constitue une hypothèse prometteuse pour décrire la complexité de l'organisation du discours. En d'autres termes, je vise à construire un modèle qui permette de simuler la complexité de l'organisation du discours, dans ses composantes linguistique, textuelle et situationnelle, mais sans prétendre rendre compte de la manière dont notre esprit traite effectivement celle-ci. (Roulet, 1999, p. 193)²⁸

É também a complexidade do objeto (neste caso, do objeto *texto*) que Jean-Michel Adam (2012) invoca para justificar a concepção modular do modelo teórico que propôs, desde o início dos anos noventa do século passado, no quadro da linguística do texto:

28 Não deixa de ser curioso notar que Nølke considera ser de ordem metafórica a relação entre o modelo que propõe e a concepção modular propriamente cognitivista: “Notons pour conclure que le modèle modulaire esquissé dans ce chapitre révèle des affinités frappantes avec l'organisation modulaire de l'esprit selon la conception célèbre de Jerry A. Fodor (1983), dans la mesure où il contient une structure verticale (les modules) et une structure horizontale (les métarègles). Je tiens cependant à souligner que, si ce rapport n'est sans doute pas fortuit, il est pour moi plutôt métaphorique, car contrairement à Fodor – j'ai eu l'occasion de le faire remarquer à plusieurs reprises – je ne prétends nullement que le modèle développé ne soit qu'un reflet des mécanismes psychologiques.” (Nølke, 1994, pp. 85-86).

C'est sur ce terrain [l'organisation des systèmes complexes] que j'ai croisé la question de l'émergence, en lisant Edgar Morin. Sa définition de la complexité – «La complexité [...] c'est échapper à l'alternative entre la pensée réductrice qui ne voit que les éléments et la pensée globaliste qui ne voit que le tout » (1990 : 135) – a guidé ma théorisation générale de la linguistique textuelle comme théorie modulaire (Adam 1990 & 2001a). (Adam, 2012, p. 31)²⁹.

A noção de *complexidade* (na aceção que lhe cabe, quando enquadrada pelas teorias da complexidade) parece estar ausente das obras em causa. Mas é indiscutível que a problemática da heterogeneidade composicional atravessa, desde muito cedo, a produção de Adam – e que essa heterogeneidade é pensada como um fenómeno de “complexidade” textual para a qual a modularidade se apresenta como uma solução prática (metodológica). Com efeito, e como mostra a introdução da edição original de *Les textes: types et prototypes* (Adam, 1992), o autor perspectivava a abordagem modular como forma de relativizar a visão parcelar e rígida que, em princípio, decorre de uma descrição tipológica:

La réflexion qui expose le présent ouvrage est dominée par la volonté de penser linguistiquement la nature compositionnelle profondément hétérogène de toute production langagière. Cette hétérogénéité est généralement à la base du rejet des démarches typologiques. La complexité textuelle est observable et abordable d'un point de vue typologique à la seule condition d'adopter un point de vue modulaire. (Adam, 1992, p. 16)

29 Nas referências bibliográficas do artigo em causa não consta Adam 2001a, mas sim 2011a. Pode tratar-se de uma gralha no corpo do texto, uma vez que Adam 1990 corresponde à primeira edição de *Éléments de Linguistique Textuelle* e Adam 2011a à versão revista de *La linguistique textuelle. Introduction à l'analyse textuelle des discours* (cuja primeira edição data de 2005). Embora pareça menos provável, pode apenas faltar na lista de referências bibliográficas aquela que, no corpo do texto, é dada como Adam 2001a – e que, de acordo com a bibliografia geral disponibilizada em Adam 2011a, coincidirá com a segunda edição de *Les textes: types et prototypes*.

É particularmente significativa, por isso, a necessidade de clarificação que Adam assume, ao apresentar, em 2011, a versão revista dessa mesma obra (Adam, 2011b). Com efeito, o autor rejeita agora claramente a possibilidade de o módulo que diz respeito à sequencialidade textual poder, de forma composicional, dar conta dos textos – reconhecendo, por isso, que assumir uma conceção modular não garante a necessária adequação à complexidade textual:

Le présent ouvrage a été entièrement revu afin d'éliminer les ambiguïtés qui persistaient dans le texte de 1992 et sa première révision en 1997. La précision la plus importante portera sur le fait qu'on ne passe pas de façon compositionnelle des séquences au texte. Le rang textuel de composition est bien plus complexe et polystructuré que l'idée de continuité linéaire d'articulation des séquences entre elles jusqu'au rang textuel global ne le laissait entendre. Je pensais que la modularité du modèle impliquait clairement la complexité des facteurs et des composants ; il est évident que ce n'était pas le cas. (Adam 2011b, p. 12).

As consequências desta tomada de posição não são, infelizmente, tão claras como seria de desejar. Por um lado, constata-se uma tendência para substituir “módulos” por “componentes”, “planos de organização”, “planos de análise” ou “modos de organização”:

Les thèses défendues ici s'inscrivent dans la perspective globale d'une théorie des plans d'organisation de la textualité et la discursivité qui sont aussi des plans d'analyse. En distinguant ces plans d'organisation et d'analyse non hiérarchiques, il s'agit de rendre compte du caractère complexe et profondément hétérogène d'un objet irréductible à un seul mode d'organisation ; objet complexe dont il faut bien diviser l'étude en différents composants. (Adam, 2011b, p.34).

De resto, estas palavras antecedem a apresentação de um esquema global que pretende dar conta da complexidade textual (na perspetiva da análise textual dos discursos): situando as “determinações discursivas” na parte superior do esquema e os “planos de análise mais propriamente textual” na parte inferior, o autor intitula cada uma das partes como “Niveaux

ou paliers d'analyse du discours" e "Niveaux ou paliers d'analyse textuelle", respetivamente (Adam, 2011b, p. 34, Schéma 1)³⁰.

Apesar desta tendência para o apagamento da referência a módulos, vê-se simultaneamente reiterada a perspetiva modular, como estratégia para fazer face à complexidade textual:

Ces cinq composantes ne sont pas hiérarchiquement liées, mais elles interagissent de façon systémique différente selon les textes produits. Tel ou tel plan peut être dominant dans telle ou telle circonstance où partie d'un texte. Cette modélisation n'est ni hiérarchique ni compositionnelle, elle veut montrer que tout est relié, que tout se tient et que seul un modèle modulaire serait à même de rendre compte de cette complexité (Nølke 2002: 191). (Adam 2011b, p. 35).

Tratando-se, como se acaba de ver, de uma modularidade não composicional e não hierárquica, a questão que necessariamente se coloca é a de saber como interagem os módulos (ou componentes, ou eixos de análise) considerados – em termos concretos, para além do princípio geral de que “tudo tem a ver com tudo”. Mas, em última análise, a única resposta que parece continuar disponível é desta ordem. Com efeito, quando em 2015 retoma a questão da epistemologia da complexidade (na sequência do artigo de 2012 já atrás referido), Adam enfatiza a vantagem (epistemológica) de distinguir módulos (ou componentes ou eixos de análise), mas continua a deixar em aberto o problema da (descrição da) interação entre esses módulos, limitando-se a apontar a necessidade (teórica ou epistemológica) de os “pensar em conjunto”:

(...) on *isole* dans une épistémologie réductionniste et on *distingue* dans une théorie de la complexité (Adam 2012). C'est pour cette raison que le modèle dont il sera question au chapitre 1.2 s'efforce de ne pas *isoler*, *séparer*, mais de *distinguer* des modules ou axes d'analyse, dans une théorie qui cherche à *les penser toujours ensemble*. (Adam, 2015, p. 14).

30 Convém dizer que o esquema referido corresponde, sem qualquer diferença, ao esquema 4, em Adam 2011a, p. 45. Pode dizer-se que a mesma organização conceptual estava já no esquema correspondente, na edição de 2005 de *Linguistique textuelle* (Adam, 2005, p. 31, Schéma 3): ainda que, no interior do esquema, cada “componente” seja abreviada como “nível”, a apresentação geral não dá o destaque que surge em 2011 para a organização em níveis ou patamares, privilegiando antes os campos disciplinares em causa (“Champ de l'analyse de discours” na parte superior do esquema; “Champ de l'analyse textuelle”, na parte inferior).

Poderá parecer exagerada e injusta a crítica que acaba de ser feita – e será talvez verdade. Ela decorre do facto de ter eu própria explorado a teoria da complexidade, no sentido de conceptualizar o texto como objeto empírico e, como tal, necessariamente complexo, isto é, não reduzido (metodologicamente) a objeto laboratorial ou a uma abstração teórica (Coutinho 1999, 2001, 2003, 2006; Miranda & Coutinho 2005). Se, do ponto de vista metodológico, esta perspetiva pode continuar a ser útil, permitindo objetivar a diferença entre uma abordagem reducionista e uma abordagem complexa, ela não chega, só por si, para compreender o funcionamento da complexidade – seja ela textual ou outra. Na linguística e nas ciências sociais, o desafio é equivalente ao que foi formulado para as chamadas ciências naturais: “o problema já não consiste hoje em reduzir a complexidade ou em evitá-la, mas em procurar os meios para a descrever, para compreender de que maneira a evolução para uma complexidade crescente, ainda por definir, pertence propriamente à história natural da natureza.” (Prigogine & Stengers, 1993, p. 109).

2.1.2. Para não falar de tipos de texto

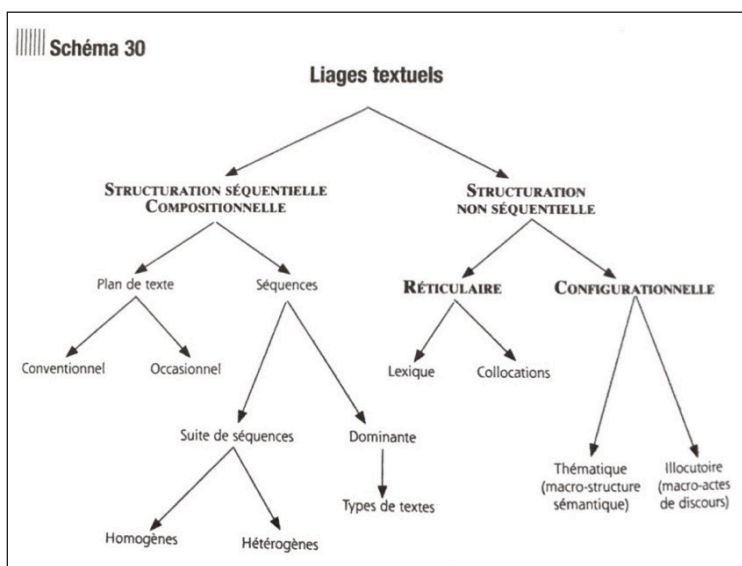
Entretanto, há um aspeto fundamental que foi sendo clarificado no modelo proposto por Adam que, mesmo que não decorra diretamente de uma visão epistemologicamente enquadrada pelas teorias da complexidade, que o autor explicita a partir de 2012, se relaciona, de forma inequívoca, com a perceção da complexidade da organização textual que atravessa a sua obra. Refiro-me, concretamente, ao distanciamento que assume relativamente ao papel da sequencialidade na organização textual. Esta autorreformulação, que ocorre já na edição original de *Linguistique Textuelle* (Adam, 2005), reaparece, na versão revista em 2011, com algumas pequenas alterações – que parecem, no entanto, poder ser particularmente relevantes. O Quadro 2 mostra as duas passagens, destacando-se a negrito os segmentos não coincidentes nas duas versões:

<p>Mes propositions théoriques relatives aux (proto)types séquentiels (Adam 1992) ont pu laisser croire que tout texte était exclusivement réglé par des agencements de séquences. Les textes sont, en fait, très souplement structurés et l'importance des plans de textes fixes ou occasionnels est prépondérante. Dans la mesure où les empaquetages de propositions n'aboutissent pas toujours à des séquences complètes, on peut dire que la structuration séquentielle est facultative tandis que le facteur unifiant de la structure compositionnelle est le plan de texte.</p>	<p>Les propositions théoriques relatives aux (proto)types séquentiels narratif, descriptif, argumentatif, explicatif et dialogal (Adam 2001a) ont pu laisser croire que tout texte était exclusivement réglé par ces agencements de séquences. Les textes sont, en fait, très souplement structurés et l'importance des plans de textes fixes ou occasionnels est prépondérante. Dans la mesure où les empaquetages de propositions n'aboutissent pas toujours à des séquences complètes, on peut dire que le principal facteur unifiant de la structure compositionnelle est le plan de texte.</p>
Adam, 2005, p. 177 (destaques meus)	Adam, 2011a, p. 205 (destaques meus)

Quadro 2

A primeira alteração, na reformulação de 2011a, limita-se a explicitar os protó(tipos) sequenciais. Mas a segunda corresponde ao apagamento do segmento que, em 2005, assumia, de forma inequívoca, o caráter facultativo da “estruturação sequencial”. É verdade que na passagem citada (de 2005), se constata alguma ambiguidade entre “estruturação sequencial” e “estrutura composicional”. O esquema que propõe uma visão global dos diferentes fatores a serem tidos em conta na perspectiva da análise textual dos discursos – fatores esses referidos, neste caso, como “níveis” – inclui, no campo da análise textual, um nível 5, formulado como “Estrutura composicional (sequências e planos de textos)” (Adam, 2005, p. 31, esquema 3). Este esquema é retomado em Adam, 2011a, p. 45, esquema 4, mantendo-se sem alterações o nível 5, relativo à estrutura composicional. Poderia assim admitir-se que a reformulação do esquema de 2005 pretendesse evitar redundância e/ou ambiguidade, eliminando a estruturação sequencial e tornando claro que a componente em causa é a composicional. Mas esta hipótese não é sustentável: o capítulo 5 (Adam, 2011a, p. 203 e segs) ocupa-se da estruturação sequencial e não sequencial dos textos (como

indica o título, “Structuration séquentielle et non séquentielle des textes”) e o esquema 30, que o Quadro 3 a seguir reproduz, dá conta das respetivas ligações, tal como o autor as entende:



Quadro 3
(reproduzido de Adam 2011a, p. 204, esquema 30)

Mantendo-se, como se vê, a “estruturação sequencial composicional”, o esquema evidencia, no entanto, o facto de os chamados tipos de texto serem apenas uma das possibilidades da estruturação sequencial composicional. E o facto de dependerem de uma relação de dominância sequencial tem consequências muito mais importantes do que o esquema pode fazer crer. Com efeito, o autor é absolutamente inequívoco na relativização da noção de *tipos de texto*, reduzida a um efeito (possível, não obrigatório nem fixo) de dominância sequencial:

Les genres du conte et de la fable sont des genres narratifs si l'on considère le type séquentiel narratif comme enchâssant. Ils peuvent être considérés comme des genres argumentatifs si l'on prend en compte l'enchâssement argumentatif dans la maxime de morale. (...).

Ces faits de **dominante séquentielle** sont liés aux genres et sous-genres de discours qui fixent des relations hiérarchiques mouvantes et toujours susceptibles d'être modifiées. Dire qu'un texte peut avoir une dominante d'un type ou d'un autre n'a rien à voir avec l'hypothèse trop générale de l'existence des *types de textes*. Il existe bien des genres qui ont des dominantes préférentielles, c'est tout ce que l'on peut affirmer, en raison de l'extrême hétérogénéité constitutive des textes authentiques. Les trop ambitieuses typologies de textes sont passées à côté de la complexité des agencements séquentiels dont elles ont négligé l'importance au profit de ce qui n'était qu'un effet de dominante. (Adam, 2011a, p. 221).

Uma releitura atenta da obra de Jean-Michel Adam mostra que o autor aponta há muito para esta mesma conclusão, isto é, para a inoperacionalidade redutora de uma categorização em termos de “tipos de texto”. É o caso, entre outros exemplos possíveis, do capítulo significativamente intitulado “En finir avec les types de textes”, em que o autor afirma:

Un texte à dominante narrative est généralement composé de relations d'actions, d'événements, de paroles et de pensées, il comporte des moments descriptifs et dialogaux plus ou moins développés. Parler, dans ce cas, de façon réductrice, de « texte de type narratif » revient à gommer la complexité spécifique du texte en question. (Adam, 2002, p. 33).

2.2. Disciplinas (linguísticas) do texto

Com a expressão que intitula esta secção pretendo referir-me, em particular, às disciplinas que, ocupando-se de *textos*, se situam no âmbito geral da linguística. Não serão tidas em conta, portanto, teorias da literatura e da tradução, nem áreas como a hermenêutica, a filologia e a estilística – o que não quer dizer que não pudessem ser relevantes nem mesmo que não venham a ser, pontualmente, convocadas. Esta decisão não invalida, aliás, a pertinência de um ponto de vista de cooperação (ou reorganização) disciplinar para o qual a linguística do texto pode ter, na perspetiva de Adam (2010), um papel central:

J'ajoute que les « retours » de la rhétorique, de la stylistique et de la philologie (...) sont la preuve du fait que la LT n'a pas (encore) réussi à occuper la place qui devrait être la sienne, une place qui permette sinon de *périmér* ces sciences et disciplines du texte, du moins d'inscrire leurs acquis dans un nouveau cadre théorique et méthodologique. (Adam, 2010, p. 15).

Não pretendo, também, desenhar uma perspectiva histórica, que se alongasse no percurso através do qual o *texto* ganhou terreno no campo da linguística. Para esse efeito, dispomos de obras já clássicas como, entre outras, Bernárdez, 1982 e Conte, 1977; e justifica-se destacar um contributo mais recente, significativamente intitulado *Le paradigme du texte: regard rétrospectif et perspectives pour les sciences des textes*, que corresponde à última lição (*leçon d'adieu*, na tradição académica suíça) de Jean-Michel Adam (Adam, 2014).

Apesar de tudo, colocar a questão do texto em linguística continua a exigir que se tomem em consideração e se diferenciem diferentes abordagens, que circulam e convivem, às vezes de forma pouco clara, com designações próximas (ou insuficientemente diferenciadas) como *linguística do texto*, *teoria do texto*, *ciência do texto* ou *análise textual dos discursos*, para referir apenas algumas das mais evidentes. Uma parte significativa desta discussão foi já desenvolvida em trabalhos anteriores (Coutinho, 2019, pp. 133-145; Coutinho, 2003). Sem pretender fazer uma revisão exaustiva destas designações ou das disciplinas que através delas tendem a configurar-se³¹, concentrar-me-ei em alguns marcos relacionados com a *linguística do texto* – tendo em conta, especificamente, os propósitos do presente trabalho.

Coseriu é geralmente reconhecido como um dos pioneiros em linguística do texto, a par de Harald Weinrich. Embora a este último se associe sobretudo a obra traduzida em francês (Weinrich, 1973), Adam (2010, pp. 13-14) faz notar que Weinrich usou em 1969 o termo *Textlinguistik* num estudo sobre a sintaxe dos artigos em alemão e que, como primeiro titular da cátedra europeia do Collège de France, terá dado um dos primeiros cursos

31 Sobre esta questão, veja-se Adam, 2014; Coutinho, 2003, e 2019.

de linguística do texto em França, em 1990³². Mas é a Eugenio Coseriu que se atribui a primeira utilização do termo (cf. Conte, 1989, p. 13; Loureda, 2007, p. 85, nota 8; Adam, 2010, p. 13), no artigo “Determinación y entorno. Dos problemas de una lingüística del hablar”, publicado pela primeira vez em meados dos anos 50 do século passado³³. De resto, em *Lingüística del texto* o próprio Coseriu (2007, p. 85) reivindica ter já exposto a conceção da disciplina em 1957, no artigo referido (“Determinación y entorno. Dos problemas de una lingüística del hablar”) – em que distingue a linguística das línguas, centrada sobre o nível histórico do falar, da linguística do texto, preocupada com o nível particular do falar (Coseriu, 1987a, p. 214).

A *Lingüística del texto* de Coseriu (2007) é publicada em espanhol quase trinta anos depois de ter sido concebida pelo autor, como explica o editor, que também assinala o facto de vários conteúdos aparecerem (e reaparecerem) em escritos anteriores (ou posteriores) do autor, em diferentes línguas (Loureda 2007, pp. 22-23).

Ultrapassando o que diz respeito à utilização do termo e focando mais especificamente a configuração disciplinar que lhe está associada (e/ou o objeto de análise), vale a pena determo-nos na forma como Loureda sintetiza o significado da *Lingüística del texto* de Coseriu:

El libro es la monografía que Coseriu dedica íntegramente al texto. Se trata, em síntesis, de una investigación sobre el texto concebida como tal en los años setenta en Alemania en um momento de transición entre el período de constitución y el de consolidación de una *ciencia del texto*: la lingüística del texto ya podía volver atrás para ver sus adelantos, pero también divisaba dificultades y un horizonte cada vez más amplio se dirigía la mirada al frente.” (Loureda, 2007, p. 22).

32 É justo sublinhar, desde já, a publicação, nesse mesmo ano, de *Eléments de Linguistique Textuelle* (Adam, 1990).

33 Segundo Loureda (2007, p. 85, nota 8) o artigo referido (“Determinación y entorno. De los problemas de una lingüística del hablar”) foi publicado pela primeira vez em *Romanistisches Jahrbuch* 7, Berlin, 1955 (pp. 29-54) e posteriormente incluído em *Teoría del lenguaje y lingüística general*, publicado em Madrid em 1973 (pp. 282-323). Para a edição portuguesa, veja-se Coseriu, 1987a, pp. 209-238.

Ainda que a situação tenha tendido a estabilizar-se, continua a ser importante sublinhar que algumas confusões relacionadas com a abordagem linguística dos textos poderiam ter-se evitado se o ensinamento de Coseriu tivesse sido retido com mais atenção. Refiro-me, em particular, à distinção estabelecida pelo autor entre *gramática de texto* (ou gramática transoracional, análise transoracional ou análise transfrásica) e o que considera propriamente *linguística do texto*: no primeiro caso, os textos são entendidos como nível de estruturação das línguas; no segundo, constituem um nível autónomo, independente das línguas em que se realizam (Coseriu 2007, p. 112; pp. 115-117). Vejamos um pouco mais em pormenor o que quer isto dizer.

A perspetiva da gramática de texto (ou análise transfrásica) é claramente explicada pelo próprio Coseriu como uma ampliação da descrição gramatical:

La lingüística del texto como «gramática transoracional» es una orientación enteramente legítima, pero no se trata, em rigor, de una lingüística del texto «verdadera» y «propria», sino de una ampliación, más allá de la sintaxis de la oración, de la gramática de una lengua. (Coseriu, 2007, p. 305).

Pelo contrário, a linguística do texto “propriamente dita” é, para Coseriu, uma linguística do sentido, que lida com conteúdos que não dependem (ou não dependem apenas?) de uma estruturação linguística composicional, mas resultam do nível textual:

Ya sólo el hecho de que exista una clase de contenido que es propiamente contenido de textos, o contenido dado a través de los textos, justifica a autonomía del nivel textual. Por eso, la lingüística del texto, o, más exactamente, lo que se ha denominado aquí “verdadera” y “propria” lingüística del texto, es una lingüística del sentido.” (Coseriu, 2007, p. 156).

Assim, na perspetiva do autor, esta “verdadeira” linguística do texto lida com textos de carácter literário e não literário, isto é, compreende tanto uma estilística dos textos como uma teoria dos géneros (Coseriu, 2007, pp. 299-302) e, em última análise, obriga-se a ultrapassar as suas próprias fronteiras:

En la medida en que el sentido se expresa en los textos no sólo lingüísticamente, sino también extralingüísticamente -y ello en una medida considerable-, la “verdadera” y “propria” lingüística del texto debe ir más allá de lo lingüístico. (Coseriu, 2007, p. 304).

Um exemplo do que parece ser uma infeliz confusão entre estas duas orientações (ambas obviamente legítimas) aparece na *Gramática da Língua Portuguesa* (Raposo et al., 2013), que arruma o tratamento das questões de ordem textual no interior do capítulo 3D, intitulado *Sintaxe e Semântica – frase simples e frase complexa*³⁴. Esta organização denuncia, de forma inequívoca, um posicionamento de análise transfrásica (ou de gramática de texto), ainda que, ao longo das duas secções do capítulo em causa, sejam tidos em conta aspetos que transcendem essa mesma perspetiva – nomeadamente, a problemática dos géneros de texto. A legitimidade de diferentes orientações já foi reiteradamente sublinhada. O que não parece desejável, a nenhum título, é a diluição de diferenças e de posicionamentos, que só pode ter duas interpretações: desconhecimento ou intenção de fazer passar como dominante uma escolha específica, insuficientemente explicitada. Nenhuma delas é aceitável, hoje em dia, numa gramática que se pretende de referência.

No contexto português, dispomos há pelo menos vinte anos de contributos inequívocos a este respeito: refiro-me, em particular, à forma como Joaquim Fonseca (1992, p. 88) declara de forma inequívoca que o texto “não constitui (...) uma *construção gramatical*”. De forma mais ampla, interessará também lembrar que já em 1977 Maria-Elisabeth Conte distinguia três momentos na linguística textual: o primeiro seria o da análise de regularidades, ultrapassando os limites da frase singular e correspondendo, por isso, a uma análise transfrásica; o segundo e o terceiro momentos corresponderiam, respetivamente, à construção de uma gramática textual e de uma teoria do texto (Conte, 1977, pp. 11-14). Mais do que refazer aqui a discussão em torno dos três momentos referidos, interessa-me o facto de a autora explicitar que esses três momentos não devem ser entendidos numa perspetiva de sucessão temporal, uma vez que não se trata de uma distinção

34 O referido capítulo inclui a secção 34 – Organização textual e articulação de orações (Mendes, 2013, pp. 1691-1746) e a secção 34A – Tipologias textuais (Nascimento, 2013, pp. 1747-1755).

cronológica, mas tipológica (Conte, 1977, p. 14). Estão em causa, portanto, diferentes abordagens do objeto *texto* – que importará diferenciar e fazer dialogar (mas não fundir de forma indiferenciada e não controlada).

Jean-Michel Adam, nome marcante no quadro da linguística textual, faz questão de explicitar a filiação à linguística do texto coseriana:

Si la première [la «grammaire transphrastique»] peut être considérée comme une extension de la linguistique classique, la linguistique textuelle est, en revanche, une théorie de la production co(n)textuelle de sens, qu'il est nécessaire de fonder sur l'analyse de textes concrets. C'est cette démarche que je propose de développer et de nommer analyse textuelle des discours." (Adam, 2011b, p. 13).

A clareza da oposição estabelecida não apaga sérias reservas relativamente aos pressupostos da análise textual dos discursos, já expostas noutra contexto (Coutinho, 2014, pp. 270-271), e que têm a ver com a ambiguidade que parece manter-se, no âmbito da área disciplinar assim designada, entre um movimento composicional ascendente (cuja descrição é atribuída à linguística do texto) e os efeitos discursivos descendentes (de contextualização), que justificam, na perspetiva do autor, a linguística do texto como disciplina auxiliar da análise do discurso³⁵.

Em síntese, podem sublinhar-se algumas questões de fundo: como é que a linguística do texto pode ir para além das suas próprias fronteiras? como é que uma análise transfrásica (ou transoracional) se relaciona com a linguística do texto (e, de forma específica, com uma linguística do texto capaz de se ultrapassar a si própria)?

2.3. Linguística Sistémico-Funcional

Referência fundacional na perspetiva sistémico-funcional, M. A. K. Halliday assumiu com clareza, desde muito cedo, alguns dos princípios que se podem hoje tomar como consensuais no âmbito dos estudos linguísticos

35 Esta partilha de tarefas sustenta-se, em última análise, na distinção entre *texto*, que permanece como a parte “mais puramente linguística”, e *discurso*, entendido como prática histórica e socialmente contextualizada.

sobre os discursos e os textos. Assim, no volume organizado por Lyons (1970), significativamente intitulado *New Horizons in Linguistics*, Halliday explicita a necessidade de recorrer a uma visão contextualizada dos fenómenos linguísticos sem descurar a organização estrutural que também os caracteriza; e conclui enfatizando a necessária inter-relação entre os fatores – gramaticais e funcionais, sociais e pessoais – envolvidos:

Here, therefore, we shall consider language in terms of its *use*. (...). The particular form taken by the grammatical system of language is closely related to social and personal needs that language is required to serve. But in order to bring this out it is necessary to look at both the system of language and its functions at the same time; otherwise we will lack any theoretical bases for generalizations about how language is used. (Halliday, 1970, pp. 141-142).

Também neste artigo (Halliday, 1970, p. 143) são já estabelecidas as três grandes funções da linguagem que caracterizam o trabalho neste quadro, posteriormente reformuladas em termos de *metafunções*³⁶: (meta)função ideacional (relacionada com a estruturação da experiência), (meta)função interpessoal (através da qual se estabelecem e mantêm relações sociais, assim como se exprime e se desenvolve a identidade pessoal) e (meta)função textual (que diz respeito à construção do texto).

Num artigo bem mais recente, incluído no volume 11 de *Collected Works of M.A. K. Halliday*, também significativamente intitulado *Halliday in the 21st Century*, o autor sintetiza os pressupostos associados à linguística sistémico-funcional (Halliday, 2013, p. 44):

- as três metafunções da linguagem (comparadas a diferentes instrumentos numa orquestra);
- o carácter sistémico da linguagem, visto como sistema complexo, ou “rede de sistemas”, que determina a capacidade de criação de sentido e, nessa medida, reforça o carácter funcional: “language seen as a resource, not as a set of rules” ;

36 “The term ‘metafunction’ was adopted to suggest that function was an integral component within the overall theory.” (Halliday & Mattiessen, 2004, p. 31).

- a organização estratificada da linguagem, que obedece a uma ordem propriamente semiótica (e não de causalidade, física ou material).

Correndo embora o risco de alguma redundância, merece destaque a forma como o autor reitera o papel fundamental da linguagem verbal, sublinhando: o caráter semiótico e a importância relativamente a outros sistemas; o facto de não ser um mero sistema de representação (que espelhasse o real) mas um recurso de construção de sentido; a distinção entre concepções frequentes, para as quais a linguagem exprime um sentido pré-construído, e o entendimento da linguagem como processo semiótico (ou de semiogênese, para usar um termo do autor) de construção de sentido, necessariamente estabelecido (ou elaborado) gramaticalmente. Vale a pena ouvir as palavras do autor:

A language is a system of meanings: a *semiotic* system, to give it a technical name. But it is more than that; it is a system that makes meanings: it is not only semiotic but *semogenic*. (...) The usual way we talk about language is by saying that language ‘expresses’ meaning, as if the meanings were already there – already existing, in some formation or other, and waiting for language to transpose them into sound, or into some kind of visible symbols. But meaning is brought about by language; and the energy by which this is achieved, the source of its semogenic power, is grammar. (Halliday, 2013, pp. 194-195³⁷).

Esta breve apresentação, que se resume a algumas linhas de fundo, permite evidenciar os pressupostos epistemológicos da linguística sistémico-funcional – a coincidirem com os da perspectiva que defenderei, apesar, naturalmente, de alguns fatores de divergência, como à frente se verá³⁸. Neste contexto, mais do que discutir o modelo, interessa sublinhar a forma como nele são assumidas (e se relacionam) as noções de *texto* e

37 A data original do capítulo em causa é 2005 – como, de resto, assinala o título (“On Matter and Meaning: The Two Realms of Human Experience (2005)”.

38 Um dos fatores de divergência tem a ver com a forma como é entendida a noção de género – em particular, na chamada escola de Sidney. Este aspeto, desenvolvido em Bronckart, 2013, será também retomado à frente.

de *discurso*. De facto, a questão não se pode considerar evidente, como desde logo evidenciam os termos em que é apresentada a função textual: permite construir “textos”, entendidos como “passagens conectadas de discurso situacionalmente relevante”, distinguir um “texto” de “um conjunto aleatório de frases” e estabelecer relações de coesão entre frases, “num discurso” (Halliday, 1970, p. 143)³⁹. A aparente evidência das noções vai de par com alguma sobreposição das mesmas, que continua a verificar-se em *An Introduction to Functional Grammar* (Halliday & Mattiessen, 2004). Um olhar mais pormenorizado, ainda que não exaustivo, sobre esta obra, que se pode considerar de referência (a primeira edição data de 1985 e a última, em forma de *e-book*, de 2013), permite identificar aceções claramente sobrepostas ou flutuantes das noções em causa. Assim, encontramos:

- Discurso como *logos* / expressão (linguística) /modalidades de realização (oral e escrita): “spoken discourse” (p. 95), “written discourse” (p. 365), “‘logos’ in its original sense of ‘discourse’ (p.530), “a particular mode of expression in the discourse” (p. 658) ;
- Discurso como sucessão de material linguístico, equivalente a cotexto linguístico: “the preceding discourse” (p. 151), “already established in the discourse” (p. 468), “the local discourse environment” (p. 535), “connected discourse” (p. 537), “extensive passages of discourse” (p. 540), “around in the discourse” (p. 554), “the immediately preceding discourse” (p. 555);
- Tipos de discurso: “technical or scientific discourse” (p. 227), “academic discourse” (p.253), “real-life discourse” (p. 310), “classroom discourse” (pp. 590-591), “scientific, legal or administrative discourse” (p. 640), “specialized discourses”, “technical discourse” e “non-technical discourse”, “the discourses of education and science, bureaucracy and the law” (p. 636), “the discourse of ecology”, “the discourse of bureaucracy” (p. 629),

39 “Finally, language has to provide for making links with itself and with features of situation in which it is used. We may call this the *textual* function, since this is what enables the speaker or writer to construct ‘texts’, or connected passages of discourse that is situationally relevant; and enables the listener or reader to distinguish a text from a random set of sentences. One aspect of the textual function is this establishment of cohesive relations from one sentence to another in a discourse (Hasan, 1968).” (Halliday, 1970, p. 143).

- “prestige discourses of power and authority” (p. 640), “narrative discourse”, “narrative and biographical discourse”, “types of discourse”, “metaphorical discourse”, “contemporary discourse”, “adult discourse” (p. 657), “spontaneous discourse” (p.388), “casual spoken discourse” (p.444);
- Discurso = texto+contexto: “discourse – text that ‘hangs together’, with itself and with its context of situation” (p. 87);

Podem ainda destacar-se algumas passagens que, de forma óbvia, evidenciam a indiferenciação entre discurso e texto:

- “But ‘text’ is a complex notion. In the form in which we typically receive it, as spoken and written discourse, a text is the product of two processes combined: instantiation and realization.” (p. 33);
- “(...) if the speaker, or writer, is making explicit the way the clause relates to the surrounding discourse (textual), or (...)” (p. 83).

E, finalmente, podemos fechar este levantamento não exaustivo com uma passagem que, exprimindo um ponto de vista fundamental (o da indissociabilidade entre estudos sobre discurso, ou sobre texto, e estudos sobre gramática), revela também a indiferenciação entre as áreas disciplinares que se ocupam do discurso (ou do texto):

A text is meaningful because it is an actualization of the potential that constitutes the linguistic system; it is for this reason that **the study of discourse** (**‘text linguistics’**) cannot properly be separated from the study of the grammar that lies behind it. (Halliday & Matthiessen, 2004, p. 658, destaque meu).

Toda esta problemática pode considerar-se clássica – e, provavelmente, resistente a uma resposta acabada ou definitiva. O próprio Halliday (2013, pp. 55) dá conta do problema, procurando, por um lado, esclarecer a distinção entre *texto* e *discurso* e, por outro, recuperar marcos da história dos estudos linguísticos que determinaram a fixação de uma ou de outra designação, em termos de área disciplinar. No que diz respeito ao primeiro aspeto, não se pode dizer que o esclarecimento resulte inequívoco:

Some while back I was asked about the terms ‘discourse’ and ‘text’: were they the same thing, and if not, how would I distinguish between them? They refer to the same entity, I suggested; but looked at from different points of view. ‘Text’ is discourse that is being viewed as a linguistic process (hence ‘texts’ are *pieces* of language), while ‘discourse’ is text that is being viewed as a socio-cultural process (so ‘discourses’ are *kinds* of language). (Halliday, 2013, p. 55).

Já relativamente à história das designações disciplinares, Halliday (2013, pp. 55-57) propõe uma síntese relevante, desdobrada em três momentos. O primeiro corresponde à ausência do texto, enquanto objeto teórico, na linguística dominante no século XX (dever-se-ia dizer antes no início, ou na primeira metade, do século XX ?) ; o autor refere, como exceções, os casos que tomavam como objeto de estudo textos literários, enquanto objetos de linguagem, embora o enquadramento fosse preferencialmente assumido como *estilística*; destaca as contribuições da escola de Praga e de J.R. Firth para o (progressivo) reconhecimento do texto como objeto da linguística; e aponta o papel dominante da linguística chomskiana na marginalização, ou apagamento, daquele mesmo reconhecimento: “Those of us who tried to maintain and develop that perspective [took the text as the primary object of linguistic study] were dismissed by the structural linguists of the Chomsky school as being ‘data-oriented’; text, in their scheme, had no place in a theoretical approach to language.” (Halliday, 2013, p. 56)⁴⁰. O segundo momento é marcado, segundo Halliday, pelas contribuições de Janos S. Petöfi e de T. van Dik, na perspetiva da linguística do texto, largamente influenciada pela *textlinguistics* alemã, e o terceiro momento pela viragem que denota o título do volume editado por van Dijk em 1985 (*Handbook of Discourse Analysis*). Ainda que esta descrição não inclua referência a marcos que, no contexto europeu, se podem considerar determinantes para a história da análise do discurso (nomeadamente, as obras de Pêcheux e de Foucault), é interessante observar que Halliday aponta também uma espécie de dispersão disciplinar do campo da análise do discurso (na medida em que não se

40 Bronckart (2019, p. 147) acusa também a linguística generativa de ignorância, parcial ou total, relativamente às correntes que não se inscrevem no mesmo paradigma epistemológico, numa atitude que toca o “imperialismo teórico”.

reclama, de forma evidente, do âmbito da “linguística”, predominantemente entendida como disciplina formal):

Early work in text linguistics, including that by van Dijk himself, had been modelled on formal syntax. But the term ‘discourse analysis’ does not contain the word ‘linguistics’; it proclaims its independence from linguistics (which by default at that time still meant formal linguistics), and establishes the study of texts as a separate discipline. (Halliday, 2013, p. 56).

Na continuidade deste ponto de vista, Halliday sublinha o facto de a análise do discurso se ter associado à pragmática (entendida esta associação com um distanciamento da linguística) – daí decorrendo o privilégio dado a questões de pertinência, coerência e cortesia, entre outras (Halliday, 2013, p. 56). Esta não é, no entanto, a perspetiva partilhada pelo autor. Com efeito, ainda que o foco na linguagem em uso permita associá-la ao campo da(s) análise(s) do discurso, a orientação sistémico-funcional mantém e garante uma ligação fundamental à componente linguística:

Discourse can obviously be analysed from various standpoints. But a linguistic analysis of discourse is, it seems to me, one in which the text is being brought into relation with the system of the language – it is being described in terms which form part of a general linguistic description of the lexicogrammar (at least) of the language in which it is spoken or written. (Halliday, 2013, p. 57).

Antes de passar à secção seguinte, impõe-se uma palavra sobre a chamada Escola de Sydney que, de forma explícita, se assume na continuidade dos contributos de Halliday e se enquadra, em termos globais, na Linguística Sistémico-Funcional – destacando-se pelo lugar e pela importância atribuída à noção de *género*. Veja-se como David Rose (um dos nomes de referência neste âmbito) refere orgulhosamente esse ponto de vista:

Genre is the coordinating principle and starting point for discourse analysis in what has become known as the Sydney School (Martin, 2000, 2006; Martin and Rose, 2005). (...). The functional linguistic perspective on genre analysis distinguishes the Sydney School approach along several lines. (Rose, 2013, p. 209).

E não pode deixar de se salientar o facto de o próprio Halliday fazer o movimento inverso, evidenciando o impacto do trabalho de J. R. Martin (nome fundamental na Escola de Sydney) na Linguística Sistémico-Funcional: “Following J. R. Martin’s work we have come to refer to culturally recognized, more or less institutionalized ‘macroregisters’ by the rhetorical term genres; (...)” (Halliday, 2013, p. 110).

A um primeiro nível, pode dizer-se que a forma como são entendidos os géneros, neste quadro, partilha traços comuns a outros enquadramentos, no âmbito dos estudos linguísticos sobre os textos e os discursos: o carácter social que os caracteriza, por um lado, e o facto de corresponderem a configurações relativamente estabilizadas e culturalmente determinadas. No entanto, quando se passa para uma abordagem mais concreta, que lida com casos específicos, constata-se divergências e mesmo alguma ambiguidade. Veja-se a seguinte explicação:

Such a social semiotic interpretation necessitates going beyond individual genres, to consider how they relate to one another. For example, genres can be related and distinguished by recurrent global patterns. Thus story genres can be distinguished according to the presence or absence of sequence in time (news reports vs other stories) and the presence or absence of a complicating event (recount vs narrative); factual genres, according to whether they explain processes or describe things (explanation vs report); argument genres according to whether they argue for a point of view or discuss two or more points of view (exposition vs discussion). Secondly, the organization of each genre can be distinguished by recurrent local patterns, such as the narrative stages Orientation^Complication^Resolution, or the exposition stages Thesis^Arguments^Reiteration. (Rose, 2013, p. 209).

Ainda que se deva salientar o carácter previsivelmente simplificado do que aqui é dito, por se tratar da introdução de um capítulo, não deixa de ser significativo o carácter dicotómico (dir-se-ia mesmo simplista) de alguns dos pontos de vista enunciados – como é o caso da oposição entre “exposition” e “discussion”, que se vê reduzida ao facto de a segunda, ao contrário da primeira, discutir mais do que um ponto de vista. Por outro lado, evidencia-se nesta passagem a sobreposição entre o que é entendido como

género e o que, noutros enquadramentos, corresponde a tipos (tipos de texto ou tipos de discurso) – nomeadamente no que é referido como “narrative stages” e “exposition stages”. Este aspeto é reforçado pelo destaque que assumem os agrupamentos de géneros (“story genres”, “factual genres” e “argument genres”), referidos à frente como “families of genres” e estabelecidos em função do tipo de relação que se privilegia: “(...) genres can be related to each other along various dimensions, such as a focus on entities vs activities, individual vs generic participants, recounting vs explaining events, explaining vs arguing, promoting vs rebutting an argument, and so on.” (Rose, 2013, p. 211).

A passagem a seguir citada sintetiza a discussão iniciada, na medida em que evoca o repertório de géneros culturalmente disponíveis, ao mesmo tempo que evidencia a ambiguidade dos “géneros” elencados:

The range of genres described in the Sydney School research is large and diverse, but it is still just a fraction of the repertoire of genres available to members of a culture. This chapter presents a brief introduction to the principles of analysis, exemplified with a few of the genres described to date, including types of stories, reports, explanations, arguments and text reponses. (Rose, 2013, pp. 209-210).

Para além da Escola de Sidney, hoje conhecida como uma das mais fortes orientações da Linguística Sistémico-Funcional, esta determinou e influenciou outras correntes que se associam explicitamente ao campo da análise do discurso – como a Análise Crítica do Discurso e a Análise Multimodal do Discurso. Por essa razão, tratá-las-emos na secção seguinte.

2.4. Análise(s) do discurso

Tal como já referido na introdução desta secção, pode considerar-se que o campo dos estudos sobre o discurso se configura em função de um pressuposto comum: o da determinação social do sentido. É o que enfatizam os organizadores de *The Discourse Studies Reader* (Angermuller, Maingueneau, & Wodak, 2014):

The common denominator of the many strands in Discourse Studies is that they consider meaning as a product of social practices. Meaning, in other words, is not to be understood as an inherent property of utterances or texts. Rather, it results from the use that is made of language in specific contexts. (Angermuller, Maingueneau, & Wodak, 2014, p. 3).

Apesar deste traço comum (ou por causa dele), os estudos sobre o discurso evidenciam uma amplitude e uma diversidade significativas, geralmente vistas como característica da área – que, de resto, tende a assumir-se como preferencialmente interdisciplinar. A fundamentação epistemológica deste ponto de vista, frequentemente referido por Maingueneau (2005; 2012), é também evidenciada na introdução do volume atrás referido: “As opposed to traditional disciplines, which tend to deal with ‘pure’ objects, Discourse Studies makes the case for cooperative and integrative work going beyond individual disciplines.” (Angermuller, Maingueneau, & Wodak 2014, p. 7). Este horizonte cooperativo é, no entanto, mais ambicioso do que a constatação de não ser o *discurso* um objeto exclusivo da linguística (nem mesmo das ciências da linguagem), facto que tendeu a atribuir à análise do discurso um estatuto particular no âmbito das ciências sociais e das humanidades:

Les réticences que certains manifestent à l’égard des travaux sur le discours tiennent sans doute au fait qu’on a tendance à les aborder en prenant pour point de référence le noyau de la linguistique « dure ». Or, les recherches sur le discours bénéficient (ou au contraire pâtissent, pour certains) d’un statut singulier qui les inscrivent dans les sciences du langage, tout en en faisant une zone carrefour pour l’ensemble des sciences humaines ou sociales, voire des « humanités ». On peut en effet aborder les recherches sur le discours aussi bien en partant de la linguistique qu’en partant de la psychologie, de la sociologie, de l’anthropologie, de la théorie littéraire, etc. (Maingueneau, 2005, p.1).

Se nos centramos sobre as questões relacionadas com o campo da linguística, pode constatar-se que se repete, no interior da área, a irredutibilidade do discurso a objeto de uma disciplina (ou de uma subárea), como também faz notar Maingueneau:

Certes, il [« le discours »] ne constitue pas un domaine aussi ouvert que « l'éducation » ou « la presse », par exemple, mais ce n'est pas pour autant qu'il puisse être saturé par une seule discipline. Dans cette perspective j'ai défendu (Maingueneau, 1995) l'idée que le discours ne devient véritablement objet de savoir que s'il est pris en charge par diverses disciplines qui ont chacune un intérêt spécifique : sociolinguistique, théories de l'argumentation, analyse du discours, analyse de la conversation, l'analyse critique du discours (la « CDA » anglo-saxonne), etc. (Maingueneau, 2005, p. 3)⁴¹.

O interesse de que possam revestir-se estes posicionamentos não impede um preço a pagar – que parece corresponder, frequentemente, a pouca clareza (para não dizer indefinição) relativamente ao próprio objeto. De uma forma geral, isto não chega a constituir preocupação: reconhecendo-se, a montante, a amplitude da noção, aceita-se, ou simplesmente não se vê, a jusante, a ambiguidade. Kress (2013, pp. 34; 35-36) é um dos autores que diverge desta tendência, apontando de forma clara o problema:

The history of discourse analysis is beset by a vagueness around the homonym 'discourse'. The term names a large territory, located somewhere between two 'markers', which might, generally speaking, be something like 'providing accounts of connected stretches of language in use' and 'uncovering salient social, political, psychological features in text-like entities'.

(...) the terms *text* and *discourse* have frequently been used more or less interchangeably, as names for 'extended stretches of speech or writing' as

41 Poder-se-á sublinhar que se trata, neste caso, de uma linguística necessariamente entendida de forma mais ampla do que uma linguística dita "pura" ou "dura". Curiosamente, no entanto, podem ser as próprias disciplinas do discurso a preservar uma dicotomia que deixou de ter evidência...pela própria mão das disciplinas do discurso. Veja-se como, no âmbito da Análise Crítica do Discurso, Kress e Van Leeuwen se posicionam contra uma neutralidade informativa em que, há muito, ninguém acredita: "The still growing enterprise of 'critical discourse analysis' seeks to show how language is used to convey power and status in contemporary social interaction, and how the apparently neutral, purely informative (linguistic) texts which emerge in newspaper reporting, government publications, social science reports, and so on, realize, articulate and disseminate 'discourses' as ideological positions just as much as do texts which more explicitly editorialize or propagandize." (Kress & Van Leeuwen, 2006, p. 14).

well as pointing to the social meanings ‘inherent’ in such texts. (...) The plethora of uses has blurred the meanings of the term *discourse* (and of the phrase *discourse analysis*) and has made its use as a descriptive and analytical tool problematic. (Kress, 2013, p. 34 ; pp. 35-36).

Salientarei este aspeto a propósito das diferentes correntes de análise do discurso a serem brevemente evocadas – a análise crítica do discurso, a análise multimodal do discurso e a análise do discurso de linha francesa (frequentemente referida como AD).

A diversidade (ou mesmo dispersão) característica deste campo de estudos retira evidência a diferentes critérios que possam ser usados para o apresentar : é difícil usar um critério cronológico, porque ele se cruza, necessariamente, com desenvolvimentos diferenciados na Europa e na América; a tendência para associar um critério linguístico a determinadas correntes (falando, como frequentemente se faz, de perspectivas ditas anglo-saxónicas ou predominantemente de língua francesa) limita consideravelmente o âmbito em que as mesmas se situam. Opto por isso por seguir simplesmente as diferentes designações, enquanto recortes possíveis (e relativamente estabilizados) dentro da análise do discurso, globalmente considerada.

2.4.1. Análise Crítica do Discurso

Ruth Wodak (2013, p. xxii) toma como referência para o início da Análise Crítica do Discurso o aparecimento da revista *Discourse and Society*, que van Dijk lança em 1990, e a publicação, mais ou menos simultânea, de vários títulos com a mesma orientação. No texto de apresentação do primeiro número de *Discourse and Society*, o autor não faz nenhuma referência explícita ao campo de estudos em causa; mas assume que a revista vem ocupar uma lacuna para estudos sobre os discursos que privilegiem as dimensões políticas, sociais e culturais, enfatizando simultaneamente como objetivo o desenvolvimento de uma postura crítica (van Dijk, 1990, p. 10). É em 1993 que sai um número especial de *Discourse and Society* dedicado à Análise Crítica do Discurso, com o objetivo claro de apoiar o desenvolvimento desta perspectiva, cuja designação aparece ainda, no texto do editor, de forma cautelosa: “To provide and even sharper focus on the (various) directions of research that may be summarized as ‘critical discourse analysis’, this issue publishes

some recent studies by a few scholars we've been involved in this approach.” (van Dijk, 1993a, p. 131). Por outro lado, não pode deixar de se fazer notar a crítica do autor ao caráter não crítico ou “apolítico” da linguística (então?) dominante, mesmo quando estava em causa o uso da linguagem:

Since the 1960s there have been several directions of research in (socio)-linguistics, semiotics, pragmatics and discourse analysis that take a 'critical' perspective. Compared to mainstream research, these approaches have played a relatively marginal role: the bulk of research in contemporary studies of language and discourse has been decidedly 'uncritical' if not 'apolitical', even when it has focused on the social dimensions of language use. (van Dijk, 1993a, p. 131).

No mesmo número, van Dijk assina um artigo intitulado “Principles of Critical Discourse Analysis”. Ainda que se proponha explicar em que medida a perspectiva em causa se diferencia de outras, no âmbito da análise do discurso, esta é captada, fundamentalmente, em função das temáticas que evidenciam desigualdade ou abusos de poder:

Although there are many directions in the study and critique of social inequality, the way we approach these questions and dimensions is by focusing on *the role of discourse in the (re)production and challenge of dominance*. Dominance is defined here as the exercise of social power by elites, institutions or groups, that results in social inequality, including political, cultural, class, ethnic, racial and gender inequality. (van Dijk, 1993b, pp. 249-250).

Vinte anos mais tarde, Ruth Wodak (2013, p. xix) atribui uma posição consolidada, no âmbito das ciências sociais, à Análise Crítica do Discurso – que refere, no entanto, como equivalente a Estudos Críticos do Discurso (*Critical Discourse Studies*). Não será alheia a esta oscilação a diversidade de escolhas teóricas e metodológicas que a autora refere – aspeto já também anteriormente sublinhado (veja-se, entre outros, Fairclough, Mulderring & Wodak, 2011). Enfatizando a convergência em torno de objetivos comuns, a autora defende, em última análise, a vantagem de entender a Análise Crítica do Discurso como um programa de investigação (e não como uma corrente ou uma orientação específica):

What thus unites CDA and analysts is neither a restrictive and dogmatic methodology nor a theoretical orthodoxy, but rather salient common goals, that is, the critique and challenge of hegemonic discourses, texts and genres that re/produce inequalities, injustices, mystification and oppression in contemporary societies. Researchers in CDA also rely on a variety of grammatical approaches. Thus, any criticism of CDA should always specify, which research or researcher they relate to. This is why I suggest using the notion of a research programme, which many researchers find useful and to which they can relate. (Wodak, 2013, p. xxiii).

Se são claros os objetivos associados a um programa de trabalho que pode ser designado com Análise Crítica do Discurso ou Estudos Críticos do Discurso, a diversidade de opções que pode acolher retira-lhe especificidade – e deixa em aberto o (clássico) problema de saber se o programa assim entendido se enquadra, ou não, no âmbito da linguística. Já não se trata da oposição entre uma linguística *mainstream* (formal) e outra (do discurso, e crítica), mas sim da (eventual) dispersão interna de um campo de estudos – que pode manter-se mais ou menos interessado pelo contributo que a análise linguística (gramatical) pode dar (ou não pode deixar de dar) a qualquer análise do discurso. Talvez as páginas que se seguem – e as perspetivas teóricas que serão apresentadas – possam ajudar a perceber se estamos verdadeiramente perante um dilema, ou se se trata de um falso problema.

Para já, se relermos a última passagem citada não ficaremos certamente indiferentes a uma farpa cujo alvo nos podemos dispensar de identificar: “Researchers in CDA also rely on a variety of grammatical approaches. Thus, any criticism of CDA should always specify, which research or researcher they relate to” (Wodak, 2013, p. xxiii). Mas, se recuarmos ainda mais, podemos ficar debaixo de fogo cruzado. Como atrás se viu, Halliday preconiza, de forma inequívoca, uma análise linguística do discurso. Este ponto de vista assume uma importância decisiva no pensamento do autor, a ponto de determinar o distanciamento explícito relativamente a abordagens no âmbito da Análise Crítica do Discurso – que, como sublinha, se aproximam (mais ou menos direta e explicitamente) do quadro da LSF:

Fairclough, and others writing in CDA [Critical Discourse Analysis] such as Lily Chouliaraki, often relate their work to the categories of functional linguistics, sometimes explicitly to our systemic functional grammar. Systemic functional theory is more fully exploited in some other studies which, while not labelled as ‘critical’, are grounded in a detailed analysis of the lexicogrammar of the text, such as Annabelle Lukin’s investigation into the registers of news reporting (Lukin, 2010; and cf. Lukin et al., 2004). (Halliday, 2013, p. 63).

Poder-se-ia também perguntar se está em causa alguma concorrência, do ponto de vista do que possa ser a linguística do discurso *mainstream*. Mas o que parece inquévoco é que um programa de trabalho que se constitui em torno do objetivo de desconstruir relações de poder e de dominação, discursivamente construídas e reiteradas, não fica alheio às tensões entre escolas, correntes ou orientações científicas – também elas discursivamente construídas.

2.4.2. Análise Multimodal do Discurso

Na introdução do já clássico *Reading Images: The Grammar of Visual Design*, Kress e van Leeuwen (2006) situam-se no âmbito da Análise Crítica do Discurso. Pode até dizer-se que a forma como se referem a este tipo de abordagem é particularmente esclarecedora, evidenciando a necessidade de mostrar que não existe informação “apenas” linguística e ideologicamente neutra:

The still growing enterprise of ‘critical discourse analysis’ seeks to show how language is used to convey power and status in contemporary social interaction, and how the apparently neutral, purely informative (linguistic) texts which emerge in newspaper reporting, government publications, social science reports, and so on, realize, articulate and disseminate ‘discourses’ as ideological positions just as much as do texts which more explicitly editorialize or propagandize. (Kress & Van Leeuwen, 2006, p. 14).

Para os autores, no entanto, a filiação à Análise Crítica do Discurso vai de par com a intenção de contribuir para o seu desenvolvimento, alargando o âmbito de trabalho e potenciando análises que pressupõem a diversidade de recursos semióticos envolvidos na construção do sentido:

So far, however, critical discourse analysis has mostly been confined to language, realized as verbal texts, or to verbal parts of texts which also use other semiotic modes to realize meaning. We see our book as a contribution to a broadened critical discourse analysis, and we hope that our examples will demonstrate its potential for this kind of work. (Kress & Van Leeuwen, 2006, p. 14).

Instalada a questão da *multimodalidade* como tópico de investigação em análise (crítica) do discurso, só mais tarde se começará a falar de Análise Multimodal do Discurso: sem ter feito qualquer levantamento que permita colocar hipóteses sobre o momento, formal ou simbólico, em que o termo se terá instalado, pode assinalar-se a centralidade de que se reveste, como título do capítulo assinado por Kress (2013), em *The Routledge Handbook of Discourse Analysis* (Gee, 2013)⁴². Poder-se-á perguntar por que razão esta perspetiva de análise tem o destaque que lhe está a ser dado, no presente trabalho – em vez de corresponder a um desenvolvimento no âmbito da Análise Crítica do Discurso, à semelhança do que foi feito para a Escola de Sidney. Embora essa possibilidade tenha sido ponderada, optei por tratar separadamente a Análise Multimodal do Discurso por esta colocar questões que me parecem centrais, no que diz respeito às conceções de *linguagem*, *discurso* e *texto* – que a seguir se discutem.

Tal como já atrás apontado, Kress (2013, pp. 35-36) é um dos autores que aponta a forma pouco clara como o termo *discurso* foi (ou é) usado, na história da análise do discurso – daí decorrendo, segundo o autor, uma redução de eventuais possibilidades descritivas e analíticas. Esta crítica não poderia deixar de levar o autor a clarificar o uso do termo *discurso*, na abordagem que desenvolve, e a defini-lo relativamente a outros dois termos (*ideologia* e *texto*) de que necessita, para essa mesma abordagem

The plethora of uses has blurred the meanings of the term discourse (and of the phrase discourse analysis) and has made its use as a descriptive and analytical tool problematic. That leaves a question about two other terms: *ideology* and *text*. I use the former as the name for the

42 Kress, G. R. (2009) 'What is mode?', in C. Jewitt (ed.) *Routledge Handbook of Multimodal Analysis*. London: Routledge, pp. 54–67.

specific configuration of discourses present in any one text. *Text*, in my approach, is the material *site of emergence* of immaterial *discourse(s)*. (Kress, 2013, p. 36).

Apesar de meritório, o esforço de clareza parece ainda insuficiente – e levanta questões de fundo sobre a conceção de linguagem subjacente às definições propostas. De facto, a definição de *ideologia* e de *texto* apresentada, ainda que operacional, deixa em aberto, uma vez mais, a noção de *discurso*, que não é esclarecida para além da característica de “imaterialidade”; e essa “imaterialidade” atribuída ao(s) discursos(s), por oposição aos textos, parece reconduzir os primeiros a um estatuto vago (e reaproximá-los, circularmente, de *ideologia*). Recuando um pouco, na exposição do autor, fica evidente o privilégio dado a um entendimento dito foucauldiano da noção de *discurso*: “In the writings of Foucault, discourse as institutionally produced ‘knowledge’ is a social rather than a linguistic category; the social is taken as the generative ‘source’ of meaning.” (Kress, 2013, p. 35). Ainda que a determinação social do sentido constitua um pressuposto consensual no âmbito da(s) análise(s) do discurso, que assinalai desde o início desta secção, não se compreende, neste caso, como se articula o plano do que social e o plano do que é linguístico – a que parecem corresponder *discurso* (imaterial) e *texto* (material), respetivamente. Finalmente, a questão da (i)materialidade não faz sentido numa lógica semiótica: enquanto sistema semiótico, a linguagem verbal não é material nem imaterial, ainda que possa realizar-se de formas diferentes⁴³. De resto, apesar da ambiguidade relativa ao carácter estritamente social (ideológico) dos discursos (que assim perdem a ligação com a língua em uso), o contributo da análise multimodal do discurso passa precisamente pela atenção dada aos diferentes modos de realização do sentido:

Equally central is what I have referred to as ‘issues’ above, and call, following the work of the French philosopher Michel Foucault (1959), *discourse* – the organisation of content/material from a particular institutional point of view, as in ‘legal discourse’, ‘religious discourse’, ‘sexist discourse’. Beyond this we need to attend to realisational mode, for

43 Esta questão, a que voltarei à frente, foi habilmente trabalhada por Saussure (2002).

instance the form of language we are dealing with: is it speech or is it writing, or in multimodal contexts, is it writing and image, or combinations of other modes? Each leads to differently organised textual and grammatical forms. (Kress, 2003, p. 93)

Como bem mostra a passagem citada, o que está em causa são diferentes modos de realização de sentido, num texto – o que, em última análise, tende a subalternizar o papel da linguagem verbal. Por outras palavras: o reconhecimento de que a construção do sentido recorre a outros elementos semióticos que não a linguagem verbal desliza para uma espécie de banalização desta última, que passa a ser entendida, apenas, como um recurso entre outros. Note-se, em primeiro lugar, que esta orientação é distinta da que sustenta Halliday (2013, pp. 194-195) que, como atrás se viu, destaca o poder de criação de sentido (poder dito “semogénico”) da linguagem verbal relativamente ao de outros sistemas semióticos. Em segundo lugar, importa sublinhar o que parece constituir uma espécie de empréstimo e extensão do ponto de vista assumido no âmbito da análise multimodal do discurso. Refiro-me ao facto de outros estudiosos do discurso aderirem a uma conceção lata e indiferenciada de linguagem, mais radical do que a que acabamos de ver, na medida em que reduz a “linguagem” ao “material semiótico” (o que implica admitir que se possa falar também, separadamente, de sentido). É o caso dos editores de *The Discourse Studies Reader* que afirmam, na introdução do volume:

‘Language’ designates the semiotic material (formal patterns, conventions, resources) in the broadest sense. It can consist of written and oral texts, but just as easily of audio-visual materials (images, film...), which are needed to construct knowledge about the wider context. (Angermuller, Maingueneau, & Wodak 2014, p. 7).

Reconhecendo embora a importância de recursos multimodais diversos na confecção de textos de diferentes géneros, a perspectiva que à frente defenderei vai em sentido completamente oposto ao de esta deriva – sustentando quer o carácter fundamentalmente semiótico da linguagem verbal (irreduzível, como tal, à associação entre sentido e “material semiótico”) quer o papel fundamental da linguagem verbal na especificidade da espécie humana.

2.4.3. Análise do Discurso (AD)

A corrente de análise do discurso que está aqui em causa foi conhecida como *escola francesa de análise do discurso*. Não será necessário lembrar as razões desta designação (devedoras, por um lado, do impacto das obras de Foucault e de Pêcheux e, por outro, do desenvolvimento inicial e/ou predominante em língua francesa), nem sublinhar os problemas a ela associados – que levaram a que fosse tendencialmente substituída por *análise de discurso de inspiração francesa*, frequentemente referida, apenas, como análise do discurso ou, simplesmente, AD.

No contexto francófono, foi a revista *Langages* que deu espaço e visibilidade ao que viria a ser a AD. Com efeito, na apresentação do nº 117 da revista, dedicado ao tema *Les analyses du discours en France*, Maingueneau (1995) evoca o nº 13, publicado em 1969 por Jean Dubois e Joseph Sumpf, como marco de referência na constituição da área. Este número 13, intitulado *L'analyse du discours*, dava mais conta da emergência da área do que da especificidade da corrente francófona – como mostra o facto de incluir a tradução de “Discourse Analysis”, de Z.S. Harris (1952). Mas quase trinta anos mais tarde, Maingueneau (1995, p. 5, nota 1) pode elencar os números de *Langages* tematicamente centrados sobre questões de discurso, que deram continuidade à área em desenvolvimento (para lá do inaugural nº 13): nº 23 (*Le discours politique*); nº 37 (*Analyse du discours, langue et idéologies*); nº 41 (*Typologie du discours politique*); nº 52 (*Analyse linguistique du discours jaurésien*); nº 55 (*Analyse du discours et linguistique générale*); nº 62 (*Analyse du discours politique*); nº 71 (*Le congrès de Metz du Parti socialiste*); nº 81 (*Analyse de discours, nouveaux parcours*). Em função da predominância do discurso político como objeto de estudo, que a lista em causa evidencia, e antecipando as contribuições do volume que apresenta, Maingueneau demarca-se do que tendeu a fixar-se como *escola francesa de análise do discurso* – privilegiando antes o reconhecimento de diferentes análises de discurso (desenvolvidas em França) e retirando ao discurso político a centralidade de que até aí, de alguma forma, beneficiara.

Como parece ser quase inevitável, Maingueneau (1995) não deixa de se referir à ambiguidade conceptual e/ou flutuação terminológica recorrentemente associada ao uso de *discurso*, a que se segue, conseqüentemente, uma tomada de posição:

Beaucoup le considèrent [le discours] comme un domaine empirique, celui des unités linguistiques plus vastes que la phrase. Mais, à notre sens, *il désigne moins un domaine empirique qu'un certain mode d'appréhension du langage*. La linguistique de la *langue*, du système, est constamment doublée par une linguistique du *discours* qui, au lieu de replier le langage sur l'arbitraire de ses unités et de ces règles, l'étudie en le mettant en relation avec quelque référent social, psychologique, historique..., en le considérant comme l'activité de sujets qui interagissent dans des situations déterminées. (Maingueneau, 1995, p. 6).

Esta contribuição é particularmente interessante. Por um lado, na medida em que evidencia outras ambiguidades ou oscilações: independentemente de se partilhar ou não o entendimento do *discurso* como algo superior à frase, parece no mínimo estranho que as frases (reconhecidamente objetos sintáticos, alheios a quaisquer condições de produção) se vejam englobadas no “domínio empírico”. Por outro lado, e de forma mais relevante para aquilo que aqui nos ocupa, destaca-se o facto de se ver na linguagem um fenómeno duplo, suscetível de ser estudado do ponto de vista do *sistema* (envolvendo unidades e regras) e enquanto *atividade* (desenvolvida por pessoas em situações de interação). Este segundo ponto de vista – centrado, portanto, na linguagem enquanto atividade, ou *discurso* – caracterizaria a vocação da análise do discurso (ou das análises do discurso que se queiram parte da linguística), na medida em que assenta numa conceção linguística de *discurso*, próxima, de resto, da que aparece em Saussure (2002). Não se pode dizer, no entanto, que seja essa a conceção de *discurso* que se encontra sistematicamente ao longo da obra de Maingueneau (ou, de forma mais geral, nos textos que se situam no âmbito da AD). A conceção herdada de Foucault (1969) e, ainda que talvez de forma menos clara, a influência da chamada corrente althusser-lacianiana (Haroche, Henry & Pêcheux, 1971) tendem a dominar em AD, tornando central a noção de *formação discursiva* (e introduzindo, de forma redundante, a de *prática discursiva*). Veja-se por exemplo, a seguinte afirmação de Maingueneau:

Le geste inaugural de l'AD consiste à ramener à l'unité d'un positionnement une dispersion d'énoncés. Elle se distingue d'autres disciplines par la nature du principe qui préside à ce regroupement. Pour elle ce n'est pas

un critère formel, d'ordre typologique en particulier, qui doit intervenir mais le rapport à un lieu d'énonciation permettant d'identifier ce qu'on appelle à la suite de *l'Archéologie du savoir* de M. Foucault une «formation discursive». (Maingueneau, 1993, p. 6)

São conhecidas as dificuldades de se extraírem definições inequívocas de *l'Archéologie du savoir* – apesar do cuidado do autor em “fixar o vocabulário” (Foucault, 1969, p. 140). Isso não impediu, no entanto, o sucesso da noção de *formação discursiva* (ou de uma das formas de formular a noção):

Dans le cas où on pourrait décrire, entre un certain nombre d'énoncés, un pareil système de dispersion, dans le cas où entre les objets, les types d'énonciation, les concepts, les choix thématiques, on pourrait définir une régularité (un ordre, des corrélations, des positions et des fonctionnements, des transformations), on dira, par convention, qu'on a affaire à une *formation discursive*, (...). (Foucault, 1969, p. 53)

Como assinala Bronckart (2019), o programa de trabalho associado a esta definição consiste em identificar regularidades características dos discursos, enquanto conjuntos de enunciados ; e é distinto do que depende mais diretamente da influência de Althusser e de Lacan: “La démarche du groupe althussero-lacanien visait à de réancrer la notion de formation discursive dans le cadre marxien, et plus particulièrement à la redéfinir comme l'une des composantes nécessaires de toute formation idéologique.” (Bronckart, 2019, p. 245). Para melhor compreender este ponto de vista, convirá visitar os textos de referência – e um dos que é habitualmente reconhecido como tal é o artigo intitulado *La sémantique et la coupure saussurienne : langue, langage, discours* (Haroche, Henry & Pêcheux, 1971). Encontramos aqui uma sequencialidade que permite clarificar o que está em causa para estes autores (Haroche, Henry & Pêcheux, 1971, p. 102) :

- em primeiro lugar, os autores relembram a noção de *formação social*, entendida em termos marxistas: “(...) étant donné une formation sociale à un moment déterminé de son histoire, elle se caractérise, à travers le *mode de production* qui la domine, par un état déterminé du *rapport entre les classes* qui la composent; (...)”;

- em segundo lugar, a noção de *formação ideológica* dá conta de uma das forças que pode intervir na “conjuntura ideológica” associada a uma determinada formação social, estando essa(s) força(s) em relação com a luta de classes: “chaque formation idéologique constitue ainsi un ensemble complexe d’attitudes et de représentations qui ne sont ni «individuelles» ni «universelles», mais se rapportent plus ou moins directement à des *positions de classes* en conflit les unes par rapport aux autres.”;
- finalmente, a *formação discursiva* aparece como uma componente da formação ideológica, que se identifica pelo facto de dizer respeito à dimensão propriamente discursiva (sublinhe-se, apesar da redundância):

Les formations idéologiques comportent nécessairement, comme une de leurs composantes, une ou plusieurs *formations discursives* interreliées, qui déterminent *ce qu’il peut et doit être dit* (articulé sous la forme d’une harangue, d’un sermon, d’un pamphlet, d’un exposé, d’un programme, etc.) à partir d’une position donnée dans une conjoncture donnée : le point essentiel ici est qu’il *ne s’agit pas seulement de la nature des mots employés, mais aussi (et surtout) des constructions dans lesquelles ces mots se combinent*, dans la mesure où elles déterminent la signification que prennent ces mots : comme nous l’indiquions en commençant, les mots changent de sens selon les positions tenues par ceux qui les emploient; on peut préciser maintenant : les mots « changent de sens » en passant d’une *formation discursive* à une autre. (Haroche, Henry & Pêcheux, 1971, pp. 102-103).

Pode assinalar-se, nesta passagem, alguma convergência com Foucault, não tanto em *l’Archéologie du savoir* mas no célebre início de *L’ordre du discours*: “(...) : je suppose que dans toute société la production du discours est à la fois contrôlée, sélectionnée, organisée et redistribuée par un certain nombre de procédures (...)” (Foucault, 1971, pp.10-11). Pode destacar-se, também, a emergência da problemática dos géneros (a funcionar como uma espécie de enquadramento organizativo do que “pode e deve ser dito”). Pode ainda sublinhar-se o impacto desta perspectiva sobre a noção de *sistema linguístico*, cuja estabilidade fica claramente

dependente do uso, ou do funcionamento – em última análise, do discurso. Mas a questão fundamental tem a ver com a forma como é entendida a relação entre o social e o linguístico. Com efeito, a leitura desta passagem não pode reduzir o alcance a atribuir às “construções em que as palavras se combinam”, tomando-as apenas como construções linguísticas – ou mesmo, apenas, como construções textuais (um sermão ou um panfleto, por exemplo). Pelo contrário, os autores assumem a determinação social e ideológica do discurso – que, como tal, não deixa de ser discurso (sistema em uso). Nesse sentido, parece fundamental reconhecer que o que aqui se preconiza é uma abordagem descendente, que vai do social ao linguístico, próxima da que explicitamente formula Volochinov (1977), e a que à frente me referirei mais em pormenor.

De momento, interessará retomar o papel da noção de *formation discursive* na (evolução da) AD – ou, de forma mais específica, na evolução do pensamento de Dominique Maingueneau, autor de referência na AD. Com efeito, no início dos anos 90, este autor tomava como central a noção de *formation discursive*, como atrás se viu. Mas em 2002, ao definir *formation discursive* no *Dictionnaire d'Analyse du Discours*, o autor explicita as dificuldades relacionadas com a noção: “Le terme « formation discursive », après avoir dominé l'analyse du discours francophone, a depuis les années 80 davantage de difficulté à trouver sa place.” (Maingueneau, 2002, p. 271). Sendo o caráter “mal definido” uma das razões apontadas para esta inversão, o autor virá posteriormente a apontar ainda mais claramente as oscilações e imprecisões ligadas à noção em causa, em trabalhos de análise do discurso, e a reconhecer as suas próprias dificuldades e estratégias para lidar com o problema:

(...) ; quand j'ai rédigé l'article « Formation discursive » pour le *Dictionnaire d'analyse du discours* (2002) que j'ai codirigé avec P. Charaudeau, j'ai moi-même eu tendance à tirer « formation discursive » vers « positionnement », dans l'incapacité où je me trouvais de lui assigner un statut bien net. (Maingueneau, 2011, p. 91).

Neste mesmo artigo, intitulado *Pertinence de la notion de formation discursive* (Maingueneau, 2011), e na sequência das reflexões referidas, Maingueneau admite a possibilidade de um uso mais preciso da noção de

formação discursiva, quando repensada no contexto da diversidade de unidades sobre as quais trabalha quem faz análise do discurso, e retoma a proposta de categorização dessas mesmas unidades, já apresentada em trabalho anterior (Maingueneau, 2004). A proposta assenta na divisão entre unidades tópicas e não-tópicas: as primeiras seriam previamente delimitadas pelas “práticas de linguagem”, resultando as segundas de uma decisão, ou construção, de quem investiga. As unidades tópicas são divididas em dominiais e transversas. No primeiro caso, o recorte pode fazer-se em função de *tipos de discurso*, associados a um determinado setor da sociedade (são referidos, como exemplos, o discurso administrativo, o literário e o publicitário) e de *géneros de discurso* (diretamente relacionados com os tipos); ou em função de *campos discursivos* e de *posicionamentos*. No caso das unidades transversas, o recorte faz-se em função de *registos*, distinguindo o autor *registos linguísticos* e *comunicacionais*: os primeiros definem-se em função de critérios enunciativos (são exemplos a oposição benvenistiana entre “discurso” e “história”, bem como os desenvolvimentos posteriores de Simonin-Grumbach, 1975 e de Bronckart et al., 1985); os segundos, de que são dados como exemplo o discurso cómico, o discurso de vulgarização ou o discurso didático, combinam traços linguísticos, de ordem enunciativa e pragmática, e aspetos funcionais. Convirá dizer que a definição de *unidades transversas* é dada de forma mais clara no artigo anterior: “Les analystes du discours travaillent également avec des unités qu’on pourrait dire *transverses*, en ce sens qu’elles traversent les textes relevant de multiples genres de discours.” (Maingueneau, 2005, p. 10). Em ambos os casos (no texto de 2005 e no de 2011) recorre-se à noção de *registro* que, no entanto, permanece também insuficientemente explicada: se se pode compreender a ideia de “registro enunciativo”, isso deve-se aos trabalhos invocados (Benveniste, 1966, 1974; Simonin-Grumbach, 1975; Bronckart et al., 1985); mas para os registos comunicacionais nada mais é dito, para além dos critérios que os definem, e fica em aberto a questão de perceber se há, ou não, uma distinção conceptual entre *registro comunicacional* e, por exemplo, *discurso cómico*.

Voltemos ao segundo conjunto de unidades consideradas, as não-tópicas, que se subdividem em *percursos* e *formações discursivas*. Os primeiros correspondem à construção de agrupamentos de unidades, em princípio lexicais ou frásicas, dando a ver “des relations insoupçonnées à l’intérieur de l’interdiscours.” (Maingueneau, 2011, p. 92). No que diz respeito às

formações discursivas, a propósito das quais são referidas unidades como o discurso racista, o discurso colonial ou o discurso do patronato, podemos começar por dizer que podem ser *não focais*, se correspondem a “um espaço de dispersão irreduzível” (Maingueneau, 2011, p. 94), ou *unifocais*, quando há convergência para um foco comum. Em função dos exemplos dados, o foco de convergência é explicado nos seguintes termos: “(...) quelque « mentalité » du patronat, du racisme ou du colonialisme qui, à des degrés et selon des stratégies divers, serait inconsciemment partagée par les multiples locuteurs du groupe concerné” (Maingueneau, 2011, p. 93). Como se compreende, esta oposição (formações discursivas unifocais/não focais) decorre de um pressuposto anterior, relacionado com a *dispersão* associada à noção de *formação discursiva* em Foucault. A redefinição proposta por Maingueneau recupera igualmente o carácter inequivocamente histórico que Foucault também atribui a discurso⁴⁴, mas toma-o como fator diferenciador entre discursos (ou unidades consideradas):

Les formations discursives, quant à elles, sont construites par les chercheurs indépendamment des frontières établies (ce qui les distingue des unités « domaniales ») et regroupent des énoncés profondément inscrits dans l’histoire (ce qui les distingue des unités « transverses ») (Maingueneau, 2011, p. 93).

Qualquer esforço de categorização, por mais pertinente que possa ser, tende a evidenciar lacunas e/ou conflito entre critérios. Parece ser este o caso, também. Ainda que se possa compreender a operacionalidade que se pretende atingir com as distinções propostas, nem sempre conseguem a clareza necessária e algumas, pelo menos, resultam insustentáveis. Com efeito, muito dificilmente se pode compreender ou aceitar que o discurso cômico, o discurso de vulgarização ou o discurso didático – referidos como exemplos a propósito dos registos comunicacionais, ao definirem-se as

44 “On appellera discours un ensemble d’énoncés en tant qu’ils relèvent de la même formation discursive; (...). Le discours ainsi entendu n’est pas une forme idéale et intemporelle qui aurait, de plus, une histoire; le problème ne consiste donc pas à se demander comment et pourquoi il a pu émerger et prendre corps en ce point-ci du temps ; il est, de part en part, historique – fragment d’histoire, unité et discontinuité dans l’histoire elle-même, posant le problème de ses propres limites, de ses coupures, de ses transformations, des modes spécifiques de sa temporalité plutôt que de son surgissement abrupt au milieu des complicités du temps.” (Foucault, 1969, p. 153).

unidades (tópicas) transversas – sejam necessariamente “menos profundamente inscritos na história” do que o discurso racista, o discurso colonial ou o discurso do patronato (que, como já foi dito, são exemplos referidos a propósito das *formações discursivas*, enquanto unidades não tópicas). Se este critério (o da inscrição histórica) levanta dúvidas, a identidade das formações discursivas (enquanto unidades a diferenciar de outras, em AD) parece ficar fundamentalmente dependente de um recorte pré-estabelecido (ou não). E, deste ponto de vista, a questão talvez se coloque, sobretudo, em termos metodológicos, como faz crer o papel determinante da constituição de *corpus* – e como, de resto, parece poder deduzir-se das palavras de Maingueneau (2011, p. 92):

Pour des unités telles que « le discours raciste », « le discours colonial », le « discours patronal », etc., les corpus correspondants peuvent convoquer un ensemble ouvert de textes relevant de types et de genres de discours, de champs et de positionnements variés. Ils peuvent aussi, selon la volonté du chercheur, mêler corpus d'archives et corpus suscités par lui (tests, entretiens directifs ou non, questionnaires...).

O confronto com o artigo de 2005, que o próprio Maingueneau refere como correspondendo à primeira versão da proposta apresentada, introduz esclarecimentos fundamentais, não propriamente sobre a noção de *formação discursiva*, enquanto unidade de análise, mas sobre a imprecisão conceptual que, a esse mesmo propósito, se mantém e se vê até reforçada. Com efeito, se lermos a definição de formações discursivas, enquanto unidades não tópicas, no artigo de 2005, reconhecemos os aspetos retomados em 2011 ; mas, logo a seguir, confrontamo-nos com uma declaração ambígua, segundo a qual a noção (de formação discursiva) que é assumida se afasta das noções propostas em Foucault, 1969 e em Haroche, Henri & Pêcheux, 1971, mas “sem as trair totalmente” ; se a novidade parece ficar a dever-se ao recurso explícito à noção de *géneros de discurso*, a fidelidade conceptual permanece, no mínimo, obscura, uma vez que os autores referidos são arrumados num mesmo pacote, atribuindo-se-lhes uma (sobre)valorização das determinações do inconsciente e apagando a dimensão marxista de que explicitamente se reclamam Haroche, Henri e Pêcheux (1971). Vejam-se as palavras do autor:

C'est pour ce type d'unité que je suis tenté de recourir au terme de « formation discursive », l'écartant ainsi aussi bien de la valeur que lui donne Foucault (1969, pp. 52-53) que de celle que lui donnent Haroche, Henry, Pêcheux (1971), mais sans les trahir totalement. Ces auteurs ne précisent pas en effet les relations entre formations discursives et genres de discours ; ils mettent plutôt l'accent sur le fait qu'il s'agit de systèmes de déterminations inconscientes de la production discursive en un lieu et un moment donnés. (Maingueneau, 2005, p. 10).

Embora esta afirmação tenha desaparecido do texto de 2011, não foi substituída por outra mais esclarecedora – e a ideia de que a noção de *formação discursiva* pudesse ganhar um sentido mais preciso parece continuar a situar-se no plano das intenções. Entretanto, neste esforço de clarificação das unidades trabalhadas em AD, há outros aspetos que merecem também ser comentados.

Como já atrás foi referido, a apresentação das unidades tópicas e das unidades (tópicas) dominiais recorre, respetivamente, às expressões “práticas de linguagem” e “práticas sociais” (Maingueneau, 2011, p. 91). Na ausência de qualquer explicação sobre as mesmas, parece poderem (ou deverem) ser entendidas como intersubstituíveis (ou sinonímicas). Mas, a ser assim, levanta-se, obviamente, um problema conceptual – que, de resto, se confronta de imediato com a noção de *tipos de discurso*. Ainda que a noção seja apenas brevemente explicada (o que se compreende, uma vez que o objetivo principal do artigo se prende com a noção de *formação discursiva*), é explícita a relação estabelecida entre tipos de discurso e “setores da sociedade” (Maingueneau, 2011, p. 91). Resumindo: conviria esclarecer melhor a forma como o autor entende a relação entre (tipos de) discurso e práticas de linguagem / práticas sociais / setores de atividade. Por outro lado, como atrás se viu, o autor distingue, nas unidades dominiais, as que correspondem a *tipos de discurso* e *géneros de discurso* e as que dependem de *campos discursivos* e de *posicionamentos* (Maingueneau, 2011, p. 91). Pode-se constatar a ausência de definição de qualquer uma destas noções (ainda que, uma vez mais, o facto se possa compreender em função do destaque dado à noção de *formação discursiva*). Mas não deixa de ser pertinente verificar a evolução que, deste ponto de vista, manifestam os artigos de 2005 e de 2011. Com efeito, *campo discursivo* não ocorre no artigo de 2005 que, no entanto, problematiza a noção de *tipo de discurso*:

La notion de type de discours aussi est hétérogène ; il s'agit en effet d'un principe de groupement de genres qui peut correspondre à au moins deux logiques différentes : celle de la co-appartenance à un même appareil institutionnel, celle de la dépendance à l'égard d'un même positionnement. Ce n'est pas la même chose de parler de « discours de l'hôpital » et de « discours communiste ». (Maingueneau, 2005, p. 9).

Parece assim dever concluir-se que a noção de *tipo de discurso*, mais ampla em 2005, se desdobra em 2011: tipos de discurso ficam associados a “setores de atividade” (como o discurso administrativo ou o discurso literário), *campos discursivos* dependem de um mesmo “posicionamento” – e o exemplo do discurso comunista, referido em 2005, é substituído por uma reflexão relativamente obscura: “C'est ainsi que dans le champ politique on considère que les différents positionnements correspondent à des partis.” (Maingueneau, 2011, p. 91). Mas talvez a questão mais importante diga respeito à estranheza que causa o facto de os posicionamentos aparecerem associados às unidades (tópicas) dominiais, e não às unidades (não tópicas) que são as formações discursivas, sobretudo depois de ouvirmos o próprio Maingueneau confessar que, pela dificuldade em definir de forma clara a noção de *formação discursiva*, a aproximou da de *posicionamento*, tal como já atrás se viu (Maingueneau, 2011, p. 91). É verdade que esse comentário diz respeito à definição apresentada no *Dictionnaire d'Analyse du Discours* (Charaudeau & Maingueneau, 2002) e que é legítimo, e normal, que um autor reveja – e corrija, se for caso disso – os seus pontos de vista. Seja como for, pode ser útil revisitar estas noções no *Dictionnaire d'Analyse du Discours* – até pelo papel estabilizador que, tendencialmente, sobre elas recai, pelo facto de serem dadas como definição (de dicionário). Assim, depois de situar a noção de *formação discursiva* relativamente aos contributos de Foucault e de Pêcheux, Maingueneau sublinha o impacto do termo, que começa por explicar da seguinte forma:

Il [le terme « formations discursive »] permet en effet de désigner tout ensemble d'énoncés socio-historiquement circonscrit que l'on peut rapporter à une identité énonciative: le discours communiste, l'ensemble des discours tenus par une administration, les énoncés relevant d'une science donnée, le discours des patrons, des paysans, etc. ; (...). (Maingueneau, 2002, p. 271).

Mas o desenvolvimento imediato assume como redutor este entendimento, contrapondo uma atualização do termo:

Aujourd'hui, on a tendance à l'employer surtout pour les positionnements d'ordre idéologique; aussi parle-t-on plus facilement de « formation discursive » pour des discours politiques ou religieux que pour le discours administratif ou le discours publicitaire. (Maingueneau, 2002, p. 271).

Se consultarmos a definição de *posicionamento*, encontramos em primeiro lugar uma declaração de princípio: “Il s'agit d'une des catégories de base de l'analyse du discours, qui touche à l'instauration et au maintien d'une *identité énonciative*.” (Maingueneau, 2002, p. 453). São a seguir elencadas diferentes possibilidades de entendimento do termo. Para além de uma aceção pouco especificada, distingue-se: a aceção no âmbito de um “campo discursivo”, correspondendo, neste caso a “une identité énonciative forte”, cujo exemplo é “le discours du parti communiste de telle période”; e uma aceção em que o termo vale “pour des entités à faible consistance doctrinale”, como uma emissão de televisão ou uma campanha publicitária (Maingueneau, 2002, p. 453). A dificuldade de seguir este raciocínio não está na coexistência de várias aceções (que, mais do que se oporem, parecem indicar a possibilidade de gradação de “posicionamentos”, ou identidades enunciativas). A dificuldade está, sobretudo, na fragilização da componente social, política e ideológica, que se assume como necessariamente forte, nos casos historicamente reconhecidos, como o dos partidos comunistas, e não determinante noutras situações (como a televisão ou a publicidade). Essa confusão surge igualmente quando o autor, a concluir a entrada sobre *posicionamento*, explicita o caráter menos sociopolítico de que este se revestiria, relativamente a *formação discursiva*: “La notion de positionnement connaît un succès croissant, corrélatif d'une désaffection pour « formation discursive », sans doute perçue comme trop liée au domaine sociopolitique.” (Maingueneau, 2002, p. 454).

Através da discussão que tem vindo a ser feita, evidencia-se, de qualquer forma, a centralidade que assume, no âmbito da AD, as questões de ordem enunciativa – na continuidade de Benveniste (1966, 1974) mas integrando também outros contributos determinantes. Sem esgotarmos esta vasta problemática, destacaremos duas questões: o contributo

específico de Maingueneau, nesta matéria; a discussão mais geral sobre o alcance da influência de Benveniste, em análise do discurso.

Na perspectiva de Maingueneau, essa centralidade pode ser entendida de forma literal, uma vez que o autor atribui ao “dispositivo de enunciação” a capacidade de resolver as tensões entre um plano propriamente textual e o que seria de ordem social e/ou comunicacional:

L'intérêt qui gouverne l'analyse du discours, ce serait d'appréhender le discours comme intrication d'un texte et d'un lieu social, c'est-à-dire que son objet n'est ni l'organisation textuelle ni la situation de communication, mais ce qui les noue à travers un dispositif d'énonciation spécifique. Ce dispositif relève à la fois du verbal et de l'institutionnel : penser les lieux indépendamment des paroles qu'ils autorisent, ou penser les paroles indépendamment des lieux dont elles sont partie prenante, ce serait rester en deçà des exigences qui fondent l'analyse du discours. (Maingueneau, 2005, p. 3).

Sem retomar uma discussão aprofundada sobre a aparente equivalência entre “lugar social” e “situação de comunicação”, nem sobre o alcance da dimensão institucional, associada ao que é verbal, convém assinalar que, no *Dictionnaire d'Analyse du Discours*, Maingueneau (2002, p. 515) assume a sobreposição de usos de “situação de comunicação” e de “cena da enunciação”, concluindo à frente sobre a vantagem de evitar uma conceção de *enunciação* marcada em termos sociológicos: “Pour un analyste du discours, la notion de « scène » permet d'éviter des catégories comme « contexte » ou « situation de communication », qui glissent facilement vers une conception sociologiste de l'énonciation.” (Maingueneau, 2002, pp. 517-518). A cena de enunciação aparece assim como dependente do género de discurso em que ocorre (e do carácter mais ou menos “construtivo”, ou ativo, do discurso):

Mais, en parlant de « scène d'énonciation », on met l'accent sur le fait que l'énonciation advient dans un espace *institué*, défini par le genre de discours, mais aussi sur la dimension *constructive* du discours qui se « met en scène », instaure son propre espace d'énonciation. (Maingueneau, 2002, p. 515)

Nesta mesma entrada, que incide sobre “scène d’annonciation”, o autor distingue três possibilidades de cena enunciativa: cena englobante, cena genérica e cenografia. A cena englobante é apresentada em relação com o tipo de discurso, mas a circularidade da definição e a sobreposição com elementos da cena genérica não tornam a proposta muito clara⁴⁵. Por outro lado, sendo certo que a cena genérica coincide com a que, tipicamente, se associa a determinado género de discurso, a explicação parece diluir a especificidade da noção no conjunto dos fatores que caracterizam um género, como poderá comprovar o confronto entre as duas citações que a seguir se apresentam:

<p>La scène générique est définie par les genres de discours particuliers. Chaque genre de discours implique en effet une scène spécifique : des rôles pour ses partenaires, des circonstances (en particulier un mode d’inscription dans l’espace et dans le temps), un support matériel, un mode de circulation, une finalité, etc.</p>	<p>En analyse du discours la catégorie du genre de discours est le plus souvent définie à partir de critères situationnels ; elle désigne en effet des dispositifs de communication socio- historiquement définis, (...). On parle ainsi de « genres de discours » pour un journal quotidien, une conversation, une émission télévisée, une dissertation, etc. Ils sont communément caractérisés par des paramètres tels que les rôles des participants, leurs finalités, leur médium, leur cadre spatio-temporel, le type d’organisation textuelle qu’ils impliquent, etc.</p>
<p>(Maingueneau, 2002, p. 516)</p>	<p>(Maingueneau, 2004, p. 108)</p>

Finalmente, a explicação de *cenografia* recorre a diferentes concepções de *discurso* e oscila na dependência a discurso ou a texto, enquanto origem da cenografia ou, por outras palavras, da substituição da cena genérica expectável:

45 “La scène englobante est celle qui assigne un statut pragmatique au type de discours dont relève un texte. Quand on reçoit un tract, on doit être capable de déterminer s’il relève du type de discours religieux, politique, publicitaire... autrement dit sur quelle scène englobante il faut se placer pour l’interpréter, à quel titre (comme sujet de droit, consommateur, etc.) il interpelle son lecteur.” (Maingueneau, 2002, p. 516).

La scénographie n'est pas imposée par le type ou le genre de discours mais instituée par le discours même. Les dix premières *Provinciales* (1656) de B. Pascal, par exemple, se présentent comme des libelles (scène générique) religieux (scène englobante). Ces libelles ne se présentent pas comme tels, mais comme une série de « lettres » adressées à un ami de province : cette scène épistolaire est la *scénographie* construite par le texte. (Maingueneau, 2002, p. 516).

Charaudeau (2015, p. 109) faz questão de assinalar as diferenças de pontos de vista, sublinhando o facto de, ao contrário de Maingueneau, distinguir situação de comunicação (da ordem do instituído) e situação de enunciação (da ordem do construído) e, simultaneamente, apontar o carácter redutor da noção de cenografia defendida por Maingueneau:

Il me semble que la scénographie est bien ce niveau de la mise en scène où intervient le sujet, mais Maingueneau a l'air d'en faire exclusivement le lieu où se combinent divers genres, alors que pour moi, c'est le lieu où le sujet peut, à la fois, convoquer divers contrats-genres s'intégrant dans un genre global et user de diverses autres stratégies. (Charaudeau, 2015, p. 113).

Apesar das questões que suscitam, as noções de *cena genérica* e de *cenografia* são relevantes para clarificar os regimes de genericidade que Maingueneau define. Tendo começado por distinguir géneros autorais, rotineiros e conversacionais (Maingueneau, 1999), o autor virá posteriormente a considerar apenas dois regimes de genericidade : o dos géneros conversacionais e o dos géneros instituídos (Maingueneau, 2004, pp. 110-111). E é precisamente para a distinção de quatro modos de genericidade instituída que o autor (Maingueneau, 2004, pp. 112-114) convoca as noções de *cena genérica* e de *cenografia*, distinguindo:

- géneros instituídos de modo 1: pouco sujeitos a variação, obedecem a “fórmulas” e a “esquemas organizacionais pré-estabelecidos” e a figura autoral é-lhe alheia (são exemplo a lista telefónica ou atos notariais, entre outros);
- géneros instituídos de modo 2: obedecem a uma espécie de caderno de encargos, o que significa, nos termos do autor, que

seguem uma cenografia preferencial mas podem recorrer a outras cenografias, sem pôr em causa a cena genérica (são exemplo o telejornal ou guias de viagem, entre outros);

- géneros instituídos de modo 3: não se lhes associa uma cenografia preferencial (são exemplos a publicidade ou canções);
- géneros instituídos de modo 4: são considerados géneros autorais, o que significa que, em última análise, põem em causa a própria noção de género.

Ainda que se possam revestir de alguma operacionalidade, em termos de análise, estas distinções não deixam de levantar dúvidas. Sem as discutir de forma pormenorizada, salientarei apenas as reservas que o próprio autor não deixa de apontar:

Je suis bien conscient du caractère rudimentaire de ces distinctions ; elles visent avant tout à réintégrer les productions les plus « autoriales » dans le champ de l'analyse du discours en marquant leur spécificité par rapport à d'autres modes de généricité instituée. (Maingueneau, 2004, p. 114).

Tal como já referido, as questões abordadas mostram de forma inequívoca a importância, no quadro da AD, de uma abordagem enunciativa – que convoca diferentes autores e que se pode caracterizar, também, de formas diferentes. Um exemplo disso mesmo será o capítulo V do volume *The Discourse Studies Reader* (Angermuller, Maingueneau, & Wodak, 2014), dedicado à “pragmática enunciativa” – a que os organizadores se referem, no primeiro parágrafo da introdução, como uma das correntes mais significativas em análise do discurso:

The enunciative-pragmatic approach to discourse has been developed in France and has spread to many countries, particularly Latin America. This approach may be considered a variety of discourse pragmatics but it is above all an analysis of language as a system, deeply concerned with subjectivity, not a theory of communication. Nowadays it can be counted among the most prominent currents in discourse analysis. Like others, e.g. the systemic functional model of Halliday (see the section

on ‘Sociopragmatics’), this approach highlights the reflexivity of speech activity, which allows the speakers to convert the system of language into discourse. (Angermuller, Maingueneau, & Wodak, 2014, p. 136).

Na linha da insuficiente definição de termos/noções, já anteriormente apontada, constatamos aqui a sobreposição entre “speech activity” e “discourse”: se é a primeira que permite a conversão do sistema em discurso, o que é, afinal, o discurso? Por outro lado, verifica-se um ponto de vista centrado na figura de quem fala: a ausência de uma perspectiva dialógica é reforçada pelo destaque dado à subjetividade. É verdade que, um pouco à frente, os autores incluem aspetos relacionados com o dialogismo na lista de fenómenos geralmente tidos em conta, no âmbito da pragmática enunciativa, e referem as figuras do enunciador e do coenunciador, de acordo com a teoria de Culioli. Mas estes aspetos não chegam a contrapor qualquer enquadramento objetivo ao papel central inicialmente atribuído à subjetividade. Parece repetir-se, neste caso, a ambiguidade que, de certa forma, caracterizou o posicionamento de Benveniste (1966; 1974), no que a esta questão diz respeito. Com efeito, a definição de enunciação que o autor começa por avançar assume-a como um ato individual de utilização da língua: “L’énonciation est cette mise en fonctionnement de la langue par un acte individuel d’utilisation.” (Benveniste 1974, p. 80). Mas, quase logo a seguir, Benveniste introduz elementos geralmente tratados em termos de intersubjetividade, como é o caso desta outra passagem sobrejamente conhecida: “Immédiatement, dès qu’il se déclare locuteur et assume la langue, il [le sujet] implante l’autre en face de lui” (Benveniste, 1974, p. 82). Mais à frente ainda, a referência a uma estrutura de diálogo e a explicitação de que ela faz necessariamente parte da definição de enunciação sugere a aproximação a uma conceção dialógica do funcionamento da língua:

Ce qui en général caractérise l’énonciation est *l’accentuation de la relation discursive au partenaire*, que celui-ci soit réel ou imaginé, individuel ou collectif. Cette caractéristique pose par nécessité ce qu’on peut appeler la *cadre figuratif* de l’énonciation. Comme forme de discours, l’énonciation pose deux « figures » également nécessaires, l’une source, l’autre but de l’énonciation. C’est la structure du *dialogue*. Deux figures en

position de partenaires sont alternativement protagonistes l'énonciation. Ce cadre est donné nécessairement avec la définition de l'énonciation. (Benveniste, 1974, p. 85).

Apesar destes ajustamentos, e apesar ainda da distinção da terceira pessoa como uma não-pessoa (Benveniste, 1966, p. 228), Benveniste permanece aquém da concepção dialógica de que Volochinov (1977) se pode considerar pioneiro. Com efeito, para este último autor, o dialogismo é uma característica indissociável do caráter fundamentalmente social da enunciação, irreduzível a fatores psicofisiológicos:

En réalité, l'acte de parole, ou, plus exactement, son produit, l'énonciation, ne peut nullement être considéré comme individuel au sens étroit de ce terme; il ne peut être expliqué par référence aux conditions psychophysiologiques du sujet parlant. L'énonciation est de nature sociale." (Volochinov, 1977, p. 119).

O alcance deste posicionamento torna-se ainda mais evidente quando lido (ou relido) à luz da concepção vigotskiana (de linguagem e de pensamento). Divergindo de forma explícita da concepção behaviorista e da concepção de Piaget, o autor assume que a função original da linguagem é o "contacto social" (isto é, a comunicação); e, através da apropriação da linguagem, a criança passa da comunicação com as outras pessoas, ou do agir sobre as outras pessoas, para o agir sobre si própria. O discurso interior constitui, deste ponto de vista, um salto no desenvolvimento da criança (a anteceder a "revolução" que constitui a passagem para a escrita): "Na nossa concepção, a verdadeira trajetória de desenvolvimento do pensamento não vai no sentido do pensamento individual para o socializado, mas do pensamento socializado para o individual." (Vygotsky, 2007, p. 32). Se a linguagem é, nesta perspetiva interacionista social, condição de emergência do pensamento consciente, isso implica também a natureza originalmente social dessa mesma consciência:

Nous nous connaissons nous-mêmes parce que nous connaissons les autres, et par le même procédé que celui par lequel nous connaissons les autres, parce que nous sommes par rapport à nous-mêmes les mêmes

que les autres par rapport à nous. (...) la conscience est en quelque sorte un contact social avec soi-même. (Vygotsky, 2003, p. 90)⁴⁶.

Benveniste mantém-se distanciado desta conceção interacionista social, apesar de assumir também a centralidade da linguagem, enquanto fator constitutivo da subjetividade (da pessoa). Mas é em termos fenomenológicos que o autor coloca a questão: “Or cette « subjectivité », qu'on la pose en phénoménologie ou en psychologie (...), n'est que l'émergence dans l'être d'une propriété fondamentale du langage. Est « ego » qui *dit* « ego ».” (Benveniste, 1966, p. 259)⁴⁷.

É verdade que esta leitura pode ser discutida, uma vez que lida com dados cronologicamente distanciados. Mas, como atrás ficou dito, uma das reservas que se pode fazer a Benveniste – e que não apaga o lugar de destaque que lhe é devido, pelos contributos relacionados com a problemática da enunciação – prende-se com a ausência de um enquadramento epistemológico consistente (e não ambíguo)⁴⁸.

3. Interacionismo Sociodiscursivo (ISD): a filiação escolhida

Tal como vem sendo referido, assumo uma visão plural da Linguística do Texto e do Discurso: o pressuposto de base, que a configura como linguística do uso/do funcionamento, sobrepõe-se à diversidade de orientações, apesar das dúvidas ou das reservas que essas mesmas orientações possam suscitar. É no âmbito dessa pluralidade que me parece justificar-se o destaque dado nesta secção à corrente teórica e epistemológica em que me filio: a conceção herdada do interacionismo social e, de forma mais específica, o desenvolvimento atual desta mesma corrente de pensamento, conhecida como Interacionismo Sociodiscursivo (doravante ISD) – inicialmente formulada por Jean-Paul Bronckart (1997) e hoje partilhada e desenvolvida em diferentes contextos académicos e de investigação, em particular na Suíça, no Brasil, na Argentina, em Espanha e em Portugal.

46 A edição original, em russo, data de 1925; o texto foi também publicado em 1994, no nº 50 de *Société Française*, pp. 47-48.

47 A orientação fenomenológica – e eventualmente existencialista – de Benveniste foi assinalada por F. I. Fonseca (1992, p.124).

48 Veja-se também, a este propósito, Bronckart, 2019, pp. 239-240.

A orientação a dar a esta secção não foi uma escolha fácil. Não sendo o ISD uma teoria linguística, mas um quadro teórico e epistemológico, uma explanação que se quisesse (relativamente) completa exigiria provavelmente um desenho diferente deste trabalho. A amplitude dos domínios envolvidos – filosofia, psicologia, sociologia, teoria(s) da ação, linguística – dificulta uma apresentação sintética e operacional. Ao mesmo tempo, as especificidades teóricas e epistemológicas, que sustentam a filiação que inequivocamente assumo, não podem deixar de ser enunciadas. Com efeito, ao percorrer as diferentes áreas disciplinares, mais ou menos estabilizadas no panorama da linguística atual, fui perspetivando divergências e convergências – umas vezes de forma conclusiva, outras remetendo para desenvolvimento posterior. Este é o momento de estabelecer as ligações em falta. O fio condutor para a apresentação do quadro do ISD passa pela retoma das grandes questões que foram sendo evidenciadas e criticadas.

3.1. Do Interacionismo social ao ISD

O interacionismo social corresponde a uma corrente de pensamento que se reconhece hoje em diversos autores do início do século XX, cujas obras manifestam a adesão ao pensamento filosófico e político de Spinoza, Hegel, Marx e Engels – tendo sido decisivos, neste âmbito, os contributos de Vygotsky ([1934]2007) e de Volochinov ([1929]1977). De forma simplificada e muito abreviada, poderemos dizer que o reconhecimento do papel da história social e da linguagem no desenvolvimento filogenético e ontogenético da espécie humana é o ponto de convergência que configura o interacionismo social (e que o opõe às correntes cognitivistas e behavioristas), como assinala Bronckart em síntese recente⁴⁹:

Au-delà de la spécificité des questionnements disciplinaires et des variantes d'orientation théorique ou méthodologique, ces courants avaient en commun d'adhérer à la thèse salon laquelle les capacités de pensée des humains ne découlent pas directement des propriétés physiques de leurs corps ou de leurs comportements objectifs, mais procèdent, comme le soutenait Engels dans *La Dialectique de la Nature*

49 Para uma apresentação mais detalhada, veja-se Bronckart & Friedrich, 1999, e.o

(1925/1971), de la réintégration en l'humain des propriétés de la vie sociale objective, dans ses aspects de création d'instruments, de coopération dans le travail et de langage. La pensée, comme l'ensemble des autres spécificités de l'organisation psychologique humaine, constituent donc, dans cette perspective, le résultat d'un *processus historique de socialisation*. (Bronckart 2019, p. 278)⁵⁰.

Para a consolidação deste posicionamento epistemológico foi determinante a investigação de Vygotsky sobre as relações entre linguagem e pensamento. Num trabalho em que, de forma sistemática, confronta as epistemologias de Piaget e de Vygotskyi, Bronckart (1999, p. 42) evidencia que o primeiro prolonga a herança cartesiana e kantiana, perspetivando o desenvolvimento cognitivo como condição de aparecimento da linguagem e das atividades coletivas, enquanto o segundo, assumindo as posições de Spinoza, de Marx e de Engels, defende a origem sociosemiótica do pensamento consciente, na espécie humana. Sublinhe-se que não está em causa negar o adquirido biológico de que o processo de hominização dotou a espécie. Mas, ao contrário da perspetiva de evolução na continuidade que manteve Piaget, Vygotsky considera decisivo o salto que corresponde à passagem do desenvolvimento biológico para o desenvolvimento socio-histórico:

Aproximamo-nos aqui da formulação da tese fundamental do nosso trabalho – tese da maior importância no que se refere a uma correcta posição do problema do pensamento e da linguagem. Trata-se de uma tese que decorre da *comparação* do desenvolvimento da linguagem interior e do pensamento verbal no homem com o desenvolvimento da linguagem e da inteligência tal como se verifica no mundo animal e nos estádios precoces da infância. Esta comparação demonstra que o primeiro não representa uma simples continuação do segundo. É o próprio tipo de

50 A continuação imediata evidencia como o interacionismo social se opõe às correntes cognitivistas e behavioristas: “Cette position implique qu’il est illusoire de tenter d’interpréter les conduites humaines en ce qu’elles sont spécifiques, soit par renvoi direct aux propriétés du substrat neurobiologique humain (direction prise par le cognitivisme et les neurosciences), soit comme le résultat de l’accumulation d’apprentissages conditionnés par les contraintes d’un milieu préexistant (thèse fondatrice du behaviorisme).” (Bronckart, 2019, p. 278).

desenvolvimento que se transforma. Transforma-se de uma forma biológica de desenvolvimento numa forma de desenvolvimento social e histórica. (Vygotsky, 2007, p.145).

Se podemos dizer, como Vygotsky, que se trata de um *salto qualitativo*, entendido nos termos do materialismo dialético e histórico, convirá igualmente sublinhar a forma como este entendimento se inscreve na filosofia spinoziana – em que também Marx se terá inspirado⁵¹. Na epistemologia de Spinoza (1965) são centrais os princípios de monismo materialista e de paralelismo psicofisiológico: o monismo materialista implica que tudo é parte de uma substância única, ou matéria em movimento, com uma dimensão física e uma dimensão psíquica (a primeira inscrita no espaço e diretamente observável, ao contrário da segunda); o paralelismo psicofisiológico integra essas duas vertentes, assumindo que qualquer entidade é dotada de uma complexidade equivalente, do ponto de vista físico e psíquico. A espécie humana aparece, deste ponto de vista, como parte da evolução (e não como o suposto ponto de chegada da criação). Mas para compreender essa evolução é determinante a tese vygotskyana sobre a descontinuidade do desenvolvimento, ou sobre o salto qualitativo, do desenvolvimento biológico para o socio-histórico. Essa tese – que o próprio autor considerou fundamental no conjunto do seu trabalho, como se viu na passagem atrás citada – é claramente evidenciada por Bronckart:

Pour l'auteur, il s'agissait à la fois de montrer que les processus psychiques et comportementaux humains s'inscrivent dans la continuité de processus analogues attestables à d'autres niveaux du vivant, et de montrer en quoi l'histoire des praxis humaines a généré un mode de fonctionnement psychologique radicalement nouveau, qui déploie ses effets sous une modalité que nous qualifierions de parallélisme second: un développement de mondes d'œuvre et de culture intimement corrélé à un développement des capacités de pensée consciente. Pour le dire

51 Com efeito, de acordo com Bronckart (2017a, p. 13, nota 19; 2014, p. 130, nota 6), Marx não cita Spinoza mas, a avaliar por cadernos de notas, entretanto descobertos, ter-se-á inspirado de forma significativa no pensamento daquele filósofo. Apesar de não ter tido acesso ao texto referido por Bronckart, deixo aqui a referência: Rubel, Maximilien (1977). Marx à la reencontre de Spinoza. *Cahiers Spinoza* 1, 1977, pp. 7-28.

autrement, selon Vygotskij, la condition pour penser convenablement la continuité était de comprendre en quoi consiste vraiment la rupture humaine. (Bronckart, 2017a, pp. 14-15).

É neste quadro que se situa o ISD, assumindo o papel central da linguagem na especificidade do ser humano e nas diferentes etapas do seu desenvolvimento – razão pela qual é referido, por vezes, como uma abordagem logocêntrica. Esta formulação tem a vantagem de manter em memória, no presente contexto, que o ISD não é uma teoria linguística; mas, por outro lado, importa sublinhar que se trata de um logocentrismo moderado, como assinala Bronckart (1997; 2019, p. 280): defendendo o papel decisivo da linguagem na especificidade humana, o ISD não nega o desenvolvimento de capacidades cognitivas gerais, que se autonomizam das circunstâncias socioculturais e de linguagem, mas assume que esse é um “processo segundo” (o primeiro envolve o desenvolvimento de capacidades de pensamento marcadas pela linguagem e pelo sociocultural; e é a progressiva autonomização desses fatores, como “processo segundo”, que contribui para a estabilização de capacidades cognitivas tendencialmente universais).

Na continuidade da corrente de pensamento hoje reconhecida como interacionismo social, o ISD entende-se como um quadro epistemológico – e não uma teoria no âmbito da psicologia, da sociologia ou da linguística. De resto, este é também um dos traços fundamentais que configu(ram) o interacionismo social, referido por Bronckart (2004a, p. 14) nos seguintes termos: “(...) un vaste mouvement transversal qui mettait l’accent sur l’*unité* de l’objet des sciences humaines/sociales, et qui prônait en conséquence l’articulation de ces disciplines dans le cadre d’une « science de l’esprit et de la socio-histoire » plus ou moins directement inspirée du projet de Dilthey (1893/1992).”⁵².

Ainda que este projeto de uma *ciência do humano* se tenha praticamente apagado, ultrapassado pelas tendências positivistas e estruturalistas do panorama científico, a partir dos anos 30 do século XX, ele continua a ser assumido no programa de trabalho do ISD. Em linhas gerais, poder-se-á

52 Em nota de rodapé, o autor sugere a expressão *science de l’esprit* assenta em títulos de Dilthey mas que, de acordo com vários comentadores da obra, seriam igualmente pertinentes designações como *science historique* ou *science des œuvres et de la culture* (Bronckart, 2004a, p.14, nota 1).

sintetizar brevemente esse programa nos termos em que o fez Bronckart (2004c, p. 116): “elle [la démarche de l’ISD] consiste à conduire des travaux théoriques et empiriques qui soulignent *le rôle fondamental de l’activité discursive dans le développement*, et ce aux trois niveaux du programme de référence: les pré-construits; les médiations formatives; le développement.” Ou, mantendo a perspectiva de desenvolvimento coletivo do ISD enfatizada no título do artigo que acaba de ser referido (“Commentaires conclusifs. Pour un développement collectif de l’interactionnisme socio-discursif”), podemos também (re)ver este programa do ponto de vista das orientações que têm assumido os diferentes grupos de investigação, no âmbito da (atual) rede internacional do ISD (Suíça, Brasil, Portugal, Espanha, Argentina, Canadá e França): “En la actualidad, estas tres orientaciones son las que hoy llamamos: didáctica de las lenguas, lingüística general y psicología del desarrollo. Estas tres orientaciones están en interacción y tienen una importancia equivalente.” (Bronckart, 2017c, p. 5).

3.2. Linguistas interacionistas sociais (breve digressão)

Ficou atrás suficientemente evidenciado o contributo decisivo de Vigotski na configuração epistemológica do interacionismo social e, conseqüentemente, também no programa de trabalho do ISD: numa perspectiva que se poderá dizer, à partida, de natureza psicológica, assume-se o papel fundamental da linguagem (isto é, da apropriação dos signos e das estruturas de funcionamento da linguagem) no desenvolvimento humano, em termos filogenéticos e ontogenéticos. Mas das referências fundadoras da epistemologia interacionista social faz parte também o contributo de Volochinov (como se viu no final da secção anterior). Linguista prematuramente desaparecido, foi pioneiro no estabelecimento de noções, entretanto tão consensualizadas que (quase) perderam o rasto das suas origens – em particular, a generalização da noção de *géneros* de texto (ou de discurso)⁵³ e as noções de *dialogismo* e *polifonia*. Através da elaboração destas noções e, de forma geral, nos textos que redige, Volochinov deixa claro o primado do social

53 Os géneros têm uma longa história, que remonta a Platão e a Aristóteles, e que os reduzia a géneros literários – embora tenham sido estes os que a tradição cultural reteve, sobretudo. A originalidade de Volochinov teve a ver com a generalização da noção de *género* associada a textos produzidos em qualquer atividade social.

sobre o individual. Se para este posicionamento, característico da epistemologia interacionista social, são fundamentais as influências filosóficas de Marx e Engels, para Volochinov (como para Vygotsky) o carácter semiótico da linguagem impõe-se como determinante e impede a hipótese de um determinismo imediato e direto do social – o que terá certamente merecido reservas, no contexto político e científico da Rússia dos anos 20-30 do século passado (como assinalam Bronckart & Bota, 2011, pp. 416-417).

Volochinov apoiou-se no trabalho de Saussure, que conhecia e respeitava, apesar das críticas que lhe dirigiu⁵⁴. Mas o pensamento de Saussure estava reduzido ao que então se conhecia dele, isto é, o *Cours de Linguistique Générale* – obra cujas contingências comentarei brevemente, a seguir, mas que se sabe não dar conta da complexidade do pensamento saussuriano, lido a partir do conjunto de dados hoje disponíveis. A releitura de Saussure tem sido desenvolvida por autores vários, com destaque, na perspetiva que aqui importa, para Bulea, 2005; Bronckart, 2007a, 2017b, e. o.; Bronckart, Bulea & Bota, 2010. Estes trabalhos evidenciam a adesão de Saussure à epistemologia interacionista social e, o que é mais, mostram como o contributo de Saussure permite desenvolver de forma mais consistente os fundamentos propriamente linguísticos (semióticos) deste quadro epistemológico. No quadro do ISD, Saussure constitui, assim, uma referência absolutamente fundamental.

Embora tenha criticado Saussure, o trabalho de Coseriu dá-lhe continuidade, identificando claramente os diferentes planos da linguagem e as relações entre eles – assumindo, ele também, uma perspetiva que se reconhece hoje como interacionista social. O facto de ter sido pioneiro no perspetivar o lugar e a função de uma linguística do texto, como já atrás se viu, reforça o lugar de destaque que aqui lhe cabe.

Apesar da importância de que se revestem, estes três linguistas foram (ou continuam a ser) objeto de alguma forma de marginalização ou de esquecimento, ainda que com contextualizações completamente distintas. Com efeito, contingências de ordem política e social podem determinar que se atrase ou se dilua (em última análise, se perca) o impacto de um pensamento ou de uma obra, mesmo no interior da área de conhecimento em que se situa ou para a qual contribui. Foi o caso de Vygotsky, cuja obra, atingida

54 Cf. Bronckart & Bota, 2011, p. 428, nota 6.

pelo index da Rússia dos anos trinta do século passado, só foi redescoberta cerca de trinta anos depois – sendo já dos anos oitenta as primeiras traduções em francês⁵⁵. Dizer que o mesmo efeito pode decorrer de contingências de ordem científica parecerá estranho, por dar a entender (erradamente, sem dúvida) que a ciência se faz à margem do social e do político. Mas, esclarecida esta reserva, convém insistir na ideia de que o maior ou menor impacto de uma obra pode também ser largamente determinado pelo jogo de forças no interior da área científica em causa, numa determinada época – e pelo modo como, de forma mais ou menos ingénua ou deliberada, se fixam leituras, interpretações e pontos de vista, se apagam ou se ignoram (novos) dados, se insiste em (ou se resiste a) algum totalitarismo científico.

No caso de Volochinov, está em causa a ambiguidade relativamente ao seu verdadeiro estatuto de autor de *Le marxisme et la philosophie du langage*, bem como de outros livros e artigos – autoria que, tendo sido durante muito tempo atribuída a Bakhtine, nem sempre se vê ainda completamente reabilitada. As circunstâncias associadas ao que, em última análise, correspondeu a uma indiscutível e indesculpável usurpação foram descritas, analisadas e denunciadas em Bota & Bronckart, 2008 e Bronckart & Bota, 2011. Ainda que não entremos aqui nos pormenores escandalosos desse processo, convém sublinhar que os dois trabalhos referidos mostram de forma evidente a oposição entre a orientação fenomenológica que marcam os escritos de Bakhtine e a inequívoca epistemologia materialista dialética em que se filiam os textos de Volochinov (e de Medvedev). Não desenvolvo mais esta questão (longa e minuciosamente trabalhada, em particular, em Bronckart & Bota, 2011). Mas referir-me-ei sempre a Volochinov, mesmo que as edições de que disponho tomem (ainda) Bakhtine como autor, contribuindo assim para o reconhecimento do carácter pioneiro da obra de Volochinov que por direito lhe pertence (e de acordo com uma exigência ética a que não se compreende que a academia ainda se esquive).

Tendo publicado muito pouco em vida, Saussure ficou durante praticamente um século preso à obra que pretendeu dar a conhecer o seu pensamento – o *Cours de Linguistique Générale* publicado postumamente, como se sabe, por Charles Bally e Albert Sechehaye. São certamente menos

55 Cf. Bronckart & Friedrich, 1999, pp. 8-9. No caso de *La signification historique de la crise en psychologie*, é de 1982 a primeira edição em russo.

conhecidos alguns aspetos da história desta publicação, contados e comentados por Bouquet (2010, pp. 32-35): o facto de os editores nunca terem assistido às aulas de Saussure; a movimentação, logo após a morte de Saussure, com vista ao que teria sido uma outra edição dos cursos de linguística geral; a resistência a esse mesmo projeto (concebido ou estimulado por Meillet e a ser desenvolvido com base em apontamentos de Regard, que teria efetivamente ouvido Saussure); e a contestação imediata, por autores como Meillet, Regard e Riedlinger, à publicação do *Cours de Linguistique Générale*. Não é difícil compreender que, como conclui Bouquet (2010, p. 35) essas críticas tenham permanecido silenciadas em função de pressões no interior da academia de Genève. Mas, por outro lado, é interessante saber que visaram o registo assertivo e fechado de que se revestiu o *Cours de Linguistique Générale* – apagando a complexidade e a inquietação do pensamento de Saussure, que terão conhecido os que dele estiveram próximos. Como assinalam Bronckart, Bulea & Bota (2010, p. 8): “(...), ces derniers [Meillet, Regard e Riedlinger] savaient en effet à quel point la démarche effective de Saussure avait été placée sous les signes du doute, de l’hésitation et de la perplexité.”

Por muito que os redatores do *Cours de Linguistique Générale* possam ter interpretado e mesmo reduzido o pensamento de Saussure, à luz do que se conhece hoje, a (boa) intenção que os moveu não fica propriamente em causa⁵⁶; e a consciência que tiveram da dificuldade da tarefa e das contingências das escolhas metodológicas estão patentes no prefácio da primeira edição, que não esconde o carácter interventivo da solução encontrada: “(...) tenter une reconstitution, une synthèse, sur la base du troisième cours, en utilisant tous les matériaux dont nous disposions, y compris les notes personnelles de F. de Saussure. Il s’agissait donc d’une récréation (...)” (Bally & Sechehaye, 1972, p. 9).

À distância de mais de um século, é o conjunto de textos e de notas que se pode hoje designar como *corpus saussuriano* que permite (re)ver a complexidade do pensamento de Saussure e compreender melhor o alcance das propostas que avançou (e até das hesitações com que se debateu) – e

56 Apesar da posição radicalizada, a este respeito, de Bouquet (2010, p. 32) que se refere ao *Cours de Linguistique Générale* como sendo “apócrifo”. Para clarificar as duas tendências sobre esta questão, veja-se Bronckart, 2017b, pp. 3-4.

reconhecer a faceta interacionista social do seu pensamento. Procurarei sublinhar isso mesmo, no que se segue, ainda que só uma pequena parte desse corpus seja mobilizada. Para isso conto também com um já vasto conjunto de textos de referência que comentam a obra de Saussure e nos devolvem hoje uma visão justa (ou ajustada) das “revoluções saussurianas”⁵⁷

O caso de Coseriu é diferente dos anteriores. Foi um linguista de destaque, com uma obra que aborda praticamente todas as áreas da linguística. Ao considerável número de títulos publicado em vida, junta-se um vastíssimo acervo de documentos, em diferentes etapas de preparação para publicação, como refere Loureda (2007, pp, 20-21; p. 21, nota 6)⁵⁸. Apesar disso, não parece ter tido o reconhecimento que certamente mereceria:

La teoría del lenguaje de Eugenio Coseriu se ha hecho conocida en gran medida debido a su continua presencia en los foros de discusión lingüística durante las últimas décadas. Muchos de sus conceptos, por ello, forman parte de la cultura general de la lingüística, aunque esta familiaridad haya provocado a veces el olvido de su procedencia y del edificio teórico en el que se encuentran. Sin embargo, pese a ser conocida, la lingüística de Coseriu no ha recibido todo el reconocimiento que merecería por su amplitud, por su profundidad, por su coherencia y, sobre todo, por sus posibilidades de desarrollo. (Loureda, 2007, pp. 20-21).

Além da questão já referida, relacionada com a existência de muitos manuscritos ainda não publicados, Loureda coloca duas hipóteses para este insuficiente reconhecimento: o facto de Coseriu quase não ter publicado em inglês e a orientação epistemológica que assume. A justificar-se, o primeiro fator será no mínimo curioso: tratando-se de um autor que publicou predominantemente em espanhol e em alemão, mas também em francês, em italiano e em romeno, perguntar-se-á que razões justificam que o mundo anglo-saxónico (já então) não pudesse acompanhar a produção científica em qualquer outra língua que não a sua. Ainda que Coseriu possa, efetivamente, ter sido pioneiro também nisso (numa internacionalização que não cumpria o *mainstreaming*), a outra razão apontada por Loureda toca uma

57 Título do colóquio que teve lugar em Genève, em junho de 2007.

58 Veja-se, a este propósito, <http://www.coseriu.de/>

questão mais de fundo – que evidencia também, agora do ponto de vista epistemológico, o perfil de um cientista em contracorrente relativamente à orientação dominante. Com efeito, mesmo sem uma análise exaustiva, pode salientar-se a discussão em torno do caráter positivista das ciências, em geral, e da linguística, em particular, em *Lições de Lingüística Geral* (Coseriu, 1980). Veja-se, por exemplo, a problematização do enquadramento filosófico (ou da sua ausência): “O corolário deste princípio (« estudo empírico antes da teoria ») é típico da maior parte dos lingüistas positivistas que, não se propondo problemas teóricos, estudam, como afirmam, os fatos, independentemente de qualquer filosofia.” (Coseriu, 1980, p. 16); ou as reservas relativamente às opções metodológicas (que, em última análise, decorrem de um posicionamento epistemológico): “Quanto à metodologia, por se julgar científica por excelência a das ciências naturais, considera-se que a lingüística poderá ser ciência verdadeira e própria somente quando chegar a se assemelhar a estas, isto é, quando puder estabelecer leis de causalidade análogas às das ciências naturais.” (Coseriu, 1980, p.18). A este propósito, é particularmente esclarecedora introdução a um volume de recolha de textos de Coseriu assinada por Bota (2007), em que o autor salienta o papel da filosofia – filosofia da ciência e filosofia (da ciência) da linguagem – no pensamento de Coseriu e na forma como concebe um “modelo complexo de funcionamento da linguagem”. Não sendo aqui o lugar para apresentar de forma mais detalhada esse mesmo modelo – ou a “lingüística integral” que Coseriu se propunha desenvolver – importa evidenciar como este autor se mostra convergente com o que reconhecemos hoje como princípios do interacionismo social. De forma aqui (quase) meramente ilustrativa, destaco o recorrente perspetivar da linguagem como atividade livre que “pertence ao que é propriamente humano” (Coseriu, 1987b, p.24) e como atividade intersubjetiva que, como tal, “é a base do social e a forma fundamental da historicidade do homem” (Coseriu, 1987b, p.48).

Para completar o esboço de retrato de um linguista desalinhado, convirá reter as duríssimas críticas que Coseriu dirige, em particular em *Interdisciplinarità e linguaggio* (2007b, pp. 262-263 ; 267-268) à “lingüística tradicional”, acusada de simplesmente “vegetar”, mas igualmente à “lingüística mais recente”: ao estruturalismo que, na sua forma clássica, considera morto, e ao generativismo (também referido como gramática generativa transformacional e gramática transformacional), a quem censura um

“desenvolvimento vistoso” mas “técnico e superficial”. Note-se, aliás, o facto de, à data, Coseriu duvidar ainda da implementação efetiva deste último quadro, que acusava de beneficiar, de alguma forma, de manobras protetoras: “(...) la grammatica trasformazionale non riesce a nascere, nonostante lo sforzo congiunto di diverse madri e matrigne.” (Coseriu, 2007b, pp. 267-268). Esta farpa (num texto cujo original data de 1980) parece corresponder a uma radicalização do posicionamento do autor, tal como se deixa ler em “A « situação » da lingüística” (artigo de 1973, posteriormente incluído em *O homem e sua linguagem*, de 1987). Neste artigo, com efeito, o autor começa por referir um profundo “antagonismo teórico e metodológico” entre o que aponta como as três direções características da “estado atual da lingüística” (lingüística estrutural e funcional, linguística generativa-transformacional e lingüística do texto), propondo-se, no entanto, “indicar de que forma esse antagonismo pode (e deveria) ser superado (1987b, p. 174). A análise que desenvolve das três subáreas da lingüística leva-o a considerá-las complementares, explicitando claramente que existe complementaridade entre diversas direções de uma mesma ciência “se cada uma delas não pode solucionar – e, eventualmente, sequer estabelecer razoavelmente – com seus próprios meios (princípios, fundamentos, critérios, etc.) os problemas das outras.” (Coseriu, 1987b, p. 182). E o artigo termina distinguindo esta complementaridade, de caráter teórico, entre as direções da lingüística, e as possibilidades de uma complementaridade prática: “A complementaridade prática – isto é, uma colaboração efetiva e profícua entre estas direções – dependerá, contudo, de renunciar-se ou não às interferências em domínios alheios e às pretensões de exclusividade (...)” (Coseriu, 1987b, p. 183).

De 1973 a 1980 terá Coseriu sido levado a duvidar seriamente da renúncia a interferências e pretensões de exclusividade?

Seja como for, o projeto de lingüística integral – ou “linguística idealmente « completa »” (2007b, p. 255) – proposta por Coseriu implica uma mudança de ponto de vista: “(...), « recuperare», come si diceva, per lo studio linguistico, tutto quello che è stato «messo fra parentesi» dallo strutturalismo stesso e poi anche dalla grammatica generativa” (Coseriu, 2007b, p. 263).

Um programa como este condenava-se, provavelmente, a algum silenciamento, ainda que já então perspetivasse, de forma pioneira e exigente, uma conceção interdisciplinar do trabalho a desenvolver: “Vediamo ora come tutto questo si presenta dal punto di vista dell’interdisciplinarietà in

senso «passivo» e «attivo», ossia quali sono le discipline della cui collaborazione la linguistica abbisogna e che cosa la linguistica stessa può offrire ad altre discipline.” (Coseriu, 2007b, p. 265).

Esta secção deu destaque a aspetos contextuais da vida e da obra de Volochinov, Saussure e Coseriu. Talvez ela não fosse fundamental, na economia geral do presente trabalho. Mas impunha-se(-me), de alguma forma: para não esquecer ou não branquear, para alertar, para prevenir; numa palavra, para tomar posição.

Corri talvez o risco de, por vezes, lidar de forma implícita com noções ou conceções ainda não introduzidas ou suficientemente explanadas – que serão retomadas na secção seguinte.

Com efeito, as três secções seguintes retomam os mesmos autores, centralizando agora a forma como concebem a linguagem, os textos, os discursos e as línguas – e evidenciando, por um lado, os pontos de contacto que os unem e, por outro, a forma como convergem numa epistemologia interacionista social e como permitem aprofundar o programa do Interacionismo Sociodiscursivo. A exposição privilegiará uma orientação temática, que não corresponde, necessariamente, à ordem cronológica dos autores em causa.

3.3. A linguagem: “um « antes » e não um « depois »”

Do ponto de vista da epistemologia interacionista social, a linguagem é encarada como atividade – uma atividade característica (dir-se-á mesmo constitutiva) da espécie humana. Este facto, que, como atrás se viu, é assinalado por Vygotsky como um salto qualitativo da espécie humana, do biológico para o socio-histórico, é partilhado por Saussure:

Ce qui est clair, comme on l’a répété mille fois, c’est que l’homme sans le langage serait peut être *l’homme*, mais qu’il ne serait pas un être se rapprochant même approximativement de l’homme que nous connaissons et que nous sommes, parce que le langage a été le plus formidable engin d’action collective d’une part, et d’éducation individuelle de l’autre, l’instrument sans lequel en fait l’individu ou l’espèce n’auraient jamais pu même aspirer à développer dans aucun sens ses facultés natives. (Saussure, 2002, p.145).

Também Coseriu sustenta, de forma lapidar, que “o humano começa precisamente pela linguagem” (Coseriu, 1987b, p. 48). E este mesmo autor afirma reiteradamente o papel determinante da linguagem como condição de consciência e de (auto)conhecimento – ou, dito de outra forma, como condição de desenvolvimento da pessoa:

A linguagem é a primeira manifestação específica do homem com tal – isto é, como ente capaz de conhecer o mundo e de autoconhecer-se –, assim como a primeira forma, e a única absolutamente geral, de que o homem dispõe para fixar e objetivar, muito aquém das impressões e reações imediatas, o conhecimento do mundo e de si mesmo, ou seja, todo o conteúdo da consciência. (Coseriu, 1987a, pp. 177-178).

A linguagem pode ser definida como o primeiro surgir – como nascimento – do humano e como abertura das possibilidades próprias do homem. Com efeito, a linguagem é a primeira apresentação da consciência humana como tal (pois que não existe consciência vazia e pois que só mediante a sua objetivação a consciência se deslinda a si mesma, ao reconhecer-se como coisa diferente do « mundo ») e, no mesmo ato, a primeira apreensão do mundo por parte do homem. (Coseriu, 1987b, p. 48).

Mas é talvez Volochinov que vai mais longe, neste aspeto. Preocupado, como Vigotski, com a constituição de uma psicologia verdadeiramente objetiva, Volochinov encara o problema da consciência individual e da apreensão objetiva do “vivido” (“*vécu intérieur*”, de acordo com a tradução da expressão do autor), sustentando o caráter semiótico do próprio psiquismo:

Quelle partie de la réalité relève du psychisme subjectif ? *La réalité du psychisme intérieur est celle du signe*. En dehors du matériau sémiotique, il n'est pas de psychisme. (...) Par nature, le psychisme subjectif est localisé à cheval sur l'organisme et le monde extérieur, pour ainsi dire à *la frontière* de ces deux sphères de la réalité. C'est là qu'a lieu la rencontre entre l'organisme et le monde extérieur, mais cette rencontre n'est pas physique : *l'organisme et le monde se rencontrent dans le signe*. L'activité psychique constitue l'expression sémiotique du contact de

l'organisme avec le milieu extérieur. C'est pourquoi *le psychisme intérieur ne doit pas être analysé comme une chose, il ne peut être compris et analysé que comme signe*. (Volochinov, 1977, p. 47).

Este é um dos pontos de vista centrais no quadro do ISD, claramente oposto ao da abordagem logico-gramatical⁵⁹ de que participa o generativismo: prolongando a herança de Descartes, assume-se a anterioridade de um pensamento (puro) e a linguagem limitar-se-ia a traduzir estruturas cognitivas estáveis. Pelo contrário, de acordo com o que acabamos de ver, a epistemologia interacionista social atribui um papel fundamental aos processos semióticos que se constituem, simultaneamente, como unidades de pensamento e como unidades de linguagem e, nessa mesma medida, organizam simultaneamente o psiquismo e a linguagem (cf. Bronckart, 2011, pp. 339-340).

Em síntese, sirvo-me de uma formulação feliz de Coseriu, ao explicitar, em “Logicismo e antilogicismo na gramática” (cuja versão original data de 1957) que o pensamento lógico se baseia necessariamente na linguagem (e não o contrário):

“A linguagem é um « antes » e não um « depois » em relação ao pensamento lógico.” (...) Há que inverter, pois, a perspectiva logicista: a linguagem não é produto do pensamento lógico, mas, ao contrário, este baseia-se necessariamente na linguagem.” (Coseriu, 1987a, p. 179).

As duas secções seguintes desenvolverão esta perspetiva da linguagem como “um « antes » e não um « depois »”, tendo em conta a natureza semiótica e o carácter social-interacional que a caracteriza.

3.3.1. A dimensão semiótica

Como Bronckart tem referido, o trabalho de Saussure permite sustentar de forma mais consistente a perspetiva de Vigotski e de Volochinov – dotando-a de um entendimento técnico, se assim se pode dizer, da elaboração e do funcionamento dos signos linguísticos. Limito-me aqui a uma apresentação sintética: por um lado, ela não dispensa a leitura dos

59 Expressão de Rastier (2001), que tem sido frequentemente retomada.

vários trabalhos em que se apoia⁶⁰ (para além, como é evidente, da leitura, ou releitura, dos textos de Saussure); por outro lado, as implicações que daqui decorrem, do ponto de vista do funcionamento dos textos e dos discursos, serão posteriormente discutidas.

Voltemos à forma como Volochinov equaciona o papel determinante da linguagem no desenvolvimento das funções psíquicas superiores e, de forma ainda mais radical, na própria constituição da pessoa, enquanto tal:

En réalité, la personnalité du locuteur, son activité mentale, ses motivations subjectives, ses intentions, ses desseins consciemment stylistiques, n'existent pas en dehors de leur matérialisation objective dans la langue. Il est clair qu'en dehors de son expression linguistique, ne serait-ce que dans le discours intérieur, la personnalité n'existe ni pour elle-même ni pour les autres. (...). C'est la langue qui éclaire la personnalité intérieure et la conscience, qui les crée, les différencie et les approfondit, et non le contraire. (Volochinov, 1977, pp. 210-211)⁶¹.

O que está em causa não é a possibilidade de a atividade mental (prévia) se traduzir linguisticamente (como talvez possa fazer crer, numa leitura rápida ou menos atenta, o facto de o autor se referir à “materialização objetiva em língua”). A atividade mental, como a personalidade, só têm existência na medida em que têm expressão linguística. Mas o que é então, exatamente a “expressão linguística” (ou a “materialização objetiva em língua”)? Volochinov deixa claro que ela – a expressão linguística – pode acontecer como *discurso interior*. Convirá lembrar o papel fundamental atribuído por Vygotsky (2007) à *linguagem interior*⁶²:

60 Refiro-me a trabalhos sobre Saussure, no quadro do ISD, já mais do que uma vez referidos.

61 A mais recente tradução de *Marxisme et Philosophie du Langage*, da responsabilidade de Sériot e Tylkowski-Ageeva, evidencia diferenças significativas (que não analiso nem discuto, aqui): “[...] la personne parlante, avec son vécu, ses visées subjectives, ses intentions, ses desseins stylistiques conscients, n'a aucune existence en dehors de son objectivation matérielle dans la langue. En effet, en dehors de sa manifestation linguistique, ne serait-ce que dans la parole intérieure, la personne n'est une donnée ni pour qu'elle-même ni pour les autres. C'est la langue qui éclaire la personne intérieure et la conscience, c'est elle qui les crée, les différencie, les approfondit, et non le contraire”. (Volochinov, [1929]2010, pp. 449-451, *apud* Bronckart & Bota, 2011, p. 433).

62 Dadas as óbvias questões relacionadas com a tradução destes textos, não assumo aqui uma distinção efetiva entre *discurso interior* e *linguagem interior* – limitando-me a seguir as expressões usadas nos textos a que me refiro.

ao contrário da ideia dominante, que supõe que a apropriação da linguagem vai do interior para o exterior, este autor mostra que a linguagem oral é anterior e que é a passagem para o discurso interior, enquanto apropriação individual, que permite o desenvolvimento da pessoa consciente (e a possibilidade de desenvolvimento da escrita). O efeito de desenvolvimento associado à linguagem não depende, portanto, da sua realização oral. É a este mesmo ponto de vista que adere Volochinov – que, de resto, afirma explicitamente não existir atividade mental sem expressão semiótica (Volochinov, 1977, p. 122). Também Saussure partilha o mesmo ponto de vista, afirmando-o reiteradamente. Com efeito, ele está presente no *Cours de Linguistique Générale*: “Prise en elle-même, la pensée est comme une nébuleuse où rien n’est nécessairement délimité. Il n’y a pas d’idées préétablies, et rien n’est distinct avant l’apparition de la langue.” (Saussure, 1972, p. 155). E aparece igualmente em *Ecrits de Linguistique Générale*: “Ce qui est faux, c’est de penser qu’il y ait quelque part des formes (existant par elles-mêmes hors de leur emploi) ou quelque part des idées (existant par elles-mêmes hors de leur représentation).” (Saussure, 2002, p. 31). Poder-se-á ainda verificar que a mesma questão aparece, em termos semelhantes, nas notas de Constantin (relativas ao terceiro curso de linguística geral, na Universidade de Genève, que serviu de base para a preparação do *Cours de Linguistique Générale*). Talvez seja útil ver que, nessas notas, a questão se coloca também já para hipotéticas unidades de som, consideradas independentemente das ideias. Mas, para Saussure, nem no plano das ideias nem no plano do som encontramos unidades que tenham existência prévia, própria e distinta (independente da sua existência como signo):

Il n’y a pas : a) des idées qui seraient toutes établies et toutes distinctes les unes en face des autres, b) des signes pour ces idées. Mais il n’y a rien du tout de distinct dans la pensée avant le signe linguistique. Ceci est le principal. D’un autre côté il vaut la peine de se demander si en face de ce royaume des idées tout à fait confus le royaume du son offrirait d’avance des unités bien distinctes (pris en lui-même en dehors de l’idée). Il n’y a pas non plus dans le son des unités bien distinctes, circonscrites d’avance. C’est entre deux que le fait linguistique se passe. (Saussure, 2005, p. 285).

O facto linguístico acontece então no cruzamento de dois planos (dois “reinos”): o das ideias e o dos sons. Este aspeto relaciona-se diretamente com o carácter arbitrário e diferencial do signo linguístico – características inequivocamente evidenciadas por Saussure (todo o Saussure, poder-se-á dizer). Assim, o que constitui o signo linguístico enquanto tal é a associação, de ordem psíquica, entre um sentido e uma forma, e nunca a colagem a um qualquer exterior, material ou não:

Enfin, il est à peine besoin de dire que la différence des termes qui fait le système d'une langue ne correspond nulle part, fût-ce dans la langue la plus parfaite, aux rapports véritables entre les choses ; et que par conséquent il n'y a aucune raison d'attendre que les termes s'appliquent complètement ou même très incomplètement à des objets définis, matériels ou autres. (...). Ainsi l'existence des faits matériels est, aussi bien que l'existence des faits d'un autre ordre, indifférente à la langue. Tout le temps elle s'avance et se meut à l'aide de la formidable machine de ses catégories négatives, véritablement dégagées de tout fait concret, et par là même immédiatement prêtes à emmagasiner une idée quelconque qui vient s'ajouter aux précédentes. (Saussure, 2002, p. 76).

Simultaneamente, o signo caracteriza-se pelo seu carácter diferencial, isto é, a língua é um sistema de diferenças e de oposições. Ainda que esta característica não constitua novidade relativamente ao *Cours de Linguistique Générale*, é aqui, em *De l'essence double du langage* (Saussure, 2002) que encontramos a explicitação da rede de termos e de relações que constituem, diferencialmente, o signo:

Nous sommes toujours ramené aux quatre termes irréductibles et aux trois rapports irréductibles entre eux ne formant qu'un seul tout pour l'esprit : (un signe / sa signification) = (un signe / et un autre signe) et de plus = (une signification / une autre signification). (...) C'est là ce que nous appelons le QUATERNION FINAL et, en considérant les quatre termes dans leurs rapports: le triple rapport irréductible. (Saussure, 2002, p. 39).

Como já foi dito no início desta secção, as implicações mais específicas do funcionamento semiótico dos signos linguísticos, na perspectiva da Linguística do Texto e do Discurso, serão retomadas à frente.

3.3.2. O caráter social-interacional

O pressuposto fundamental da epistemologia interacionista social tem a ver com o primado do social: integrando-se, ao nascer, num ambiente social rico de obras e de cultura (em sentido amplo), a criança desenvolve as condições de apropriação dessa herança na medida em que se apropria da capacidade semiótica que a constitui como pessoa consciente. Desde as mais precoces (e fundamentais) interações com o bebé à multiplicidade e diversidade de situações em que as pessoas comunicam, ao longo da vida, o que se impõe é o caráter fundamentalmente social e interacional da linguagem, claramente apontado por Volochinov:

La véritable substance de la langue n'est pas constituée par un système abstrait de formes linguistiques ni par l'énonciation-monologue isolée, ni par l'acte psycho-physiologique de sa production, mais par le phénomène social de l'interaction verbale, réalisé à travers l'énonciation et les énonciations. L'interaction verbale constitue ainsi la réalité fondamentale de la langue. (Voloshinov, 1977, pp. 135-136)⁶³.

Convirá talvez sublinhar como esta perspectiva se diferencia das abordagens pragmáticas (e/ou cognitivistas) discutidas no início deste trabalho – abordagens essas que aceitam (ou corroboram) um ponto de vista logico-gramatical, segundo o qual a situação de uso (e respetivos efeitos), surge no termo do processamento da linguagem. Para Volochinov, como se pode ver, o social-interacional é a realidade da linguagem – é o que a traz à existência, enquanto tal:

L'énoncé concret (et non pas l'abstraction linguistique) naît, vit et meurt dans le processus de l'interaction sociale des participants de l'énoncé. Sa signification et sa forme sont déterminées pour l'essentiel par la forme et le caractère de cette interaction. Si l'on arrache l'énoncé à ce sol nourricier,

63 Sem porem em causa a orientação dominante da passagem em causa (que se centra sobre o caráter interacional), verificam-se, também aqui, significativas diferenças de tradução: “La réalité effective du langage n'est pas un système abstrait de formes linguistiques, ni un énoncé monologique isolé, ni l'acte psycho-physiologique de réalisation de l'énoncé, mais l'événement social de l'interaction verbale, réalisé dans l'énoncé et les énoncés. C'est l'interaction verbale qui constitue, ainsi, la réalité fondamentale du langage. (Voloshinov, [1929]2010, p. 319, *apud* Bronckart & Bota, 2011, p. 566).

bien réel, on perd la clé qui donne accès à la compréhension de sa forme et de son sens, et l'on n'a plus entre les mains qu'une enveloppe, soit celle de l'abstraction linguistique, soit celle, tout aussi abstraite, du schème de la pensée (...). (Volochinov, 1981b, pp. 198-199).

Esta percepção está associada a um dos contributos fundamentais da obra de Volochinov : a moderna noção de *género*, aplicada a todo e qualquer texto (e não apenas aos textos da atividade literária):

Ainsi, chacun des types de communication sociale que nous avons cités organise, construit et achève, de façon spécifique, la forme grammaticale et stylistique de l'énoncé ainsi que la structure du type dont il relève: nous la désignerons désormais sous le terme de genre.” (Volochinov, 1981a, p. 290).

A questão dos géneros de foi já amplamente desenvolvida em trabalhos anteriores (Coutinho, 2019, 2012, 2003) e será ainda retomada à frente. Voltemos então, para já, ao primado do “enunciado concreto” em situação de interação (em detrimento da “abstração linguística”). De acordo com a representação (ainda) mais comum do pensamento de Saussure, este estaria nos antípodas desta perspetiva – interessado apenas na língua “em si e por si mesma”. Ao contrário do que faz supor esta fórmula, que encerra o *Cours de Linguistique Générale* e que não é da responsabilidade do próprio Saussure, o conjunto do *corpus* saussuriano permite confirmar a importância que também este autor dava à situação de interação (comunicativa), como lugar primeiro de elaboração da língua. Nas passagens a seguir citadas, ocorrem, de forma (aparentemente) sinonímica, *parole, discursif e langage discursif*. Como à frente se verá, temos elementos para pensar que Saussure estabeleceu (ou pelo menos admitiu) uma diferença efetiva entre *fala e discurso*. Mas, para já, podemos omitir essa questão e reter a forma como equaciona a anterioridade do discursivo (ou da fala) relativamente à estabilização do sistema da língua:

Toutes les modifications, soit phonétiques, soit grammaticales (analogiques) se font exclusivement dans le discursif. (...) Toute innovation arrive par improvisation, en parlant, et pénètre de là soit dans le trésor intime de l'auditeur ou celui de l'orateur, mais se produit donc à propos de langage discursif. (Saussure, 2002, p. 95).

S'il est vrai que l'on a toujours besoin du trésor de la langue pour parler, réciproquement tout ce qui entre dans la langue a d'abord été essayé dans la parole un nombre de fois suffisant pour qu'il en résulte une impression durable: la langue n'est que la consécration de ce qui avait été évoqué <par> la parole. (Saussure, 1996, p. 65).

Os dois autores convergem, portanto, na distinção entre a realidade da língua em ação⁶⁴ e o que daí resulta, como língua abstraída da dimensão social-interacional⁶⁵. Mas é Volochinov (1977, p. 137) quem formaliza a questão, se assim se pode dizer, preconizando uma ordem metodológica descendente para o estudo da língua: análise das situações de interação verbal, em articulação com as condições concretas em que se realizam; análise das diferentes “formas de interação”, isto é, dos géneros de texto; e só então, análise das “formas da língua”.

Se se pode considerar que, de uma forma geral, esta é uma opção tendencialmente generalizada no quadro da linguística do texto e do discurso, haverá ainda implicações a analisar.

3.4. Atividade de linguagem, textos e discursos

Esta secção retoma deliberadamente o título da obra de Bronckart (1997) que costuma ser usada como referência para o programa de trabalho do ISD (o que não invalida, como é evidente, todo o trabalho precedente)⁶⁶. Complementando o que foi exposto nos pontos anteriores, trata-se agora de apresentar o que já se pode considerar uma perspetiva clássica no quadro teórico e epistemológico em causa – o que me permitirá, na linha do que fiz anteriormente, remeter para a última secção deste enquadramento a discussão sobre questões em aberto.

A conceção social da linguagem que atrás ficou evidenciada é indissociável de uma dimensão praxiológica – sustentada em termos de teoria(s) da atividade e da ação (que não desenvolverei). Assim, para compreender o papel e o impacto das teorias da ação no quadro do ISD, poder-se-á

64 A expressão evoca a de Saussure, na já célebre *Note sur le discours*: “(...) qu'est-ce qui, à un certain moment, permet de dire que la langue *entre en action comme discours*?” (Saussure, 2002, p. 277)

65 Também Coseriu participa deste ponto de vista, como a seguir se verá.

66 Nomeadamente, Bronckart et al., 1985. Sobre esta questão, veja-se também Bronckart, 2017c.

consultar, entre outros, Bronckart & Groupe LAF, 2004, Bronckart, 2008b, Bronckart, Bulea & Fristalon, 2004. Na sequência destes trabalhos, limitar-me-ei aqui a reter a distinção entre *atividade*, *ação* e *ato* (noções com implicações determinantes para uma abordagem interacionista social do trabalho em ciências da linguagem).

Partilhando a perspectiva de Vygotsky, com quem trabalhou, Leontiev enfatizou o papel das atividades sociais coletivas e, em particular, do trabalho, no desenvolvimento filogenético e ontogenético. Pode falar-se, portanto, de inseparabilidade entre atividade de linguagem e atividades sociais: a primeira contribui para planejar, organizar e comentar as segundas, como por várias vezes tem mostrado Bronckart (veja-se, por exemplo, Bronckart, 2004b, pp. 100-101, ou Bronckart, 2008b, pp. 861-862). Por outro lado – mas também na sequência de Leontiev – Bronckart considera que os “processos ativos” podem ser captados em três níveis diferentes:

- o da atividade (em sentido estrito), associada a uma organização coletiva e orientada para uma finalidade social;
- o da ação, enquanto recorte da atividade coletiva assumido por alguém que se posiciona como actante singular, em função do(s) objetivo(s) para essa mesma ação (ou, mais exatamente, em função da forma como representa o(s) objetivo(s) e da consciência que dele(s) tem);
- o do ato, a corresponder “aos instrumentos ou às soluções técnicas que são explorados para atingir o objetivo de uma ação” (Bronckart, 2008b, p. 862).

Este enquadramento, em articulação com o que ficou anteriormente exposto, permite contextualizar algumas das grandes opções assumidas no quadro do ISD. Apresento-as a seguir de forma quase esquemática, assumindo desenvolvimentos anteriores (Coutinho, 2019, 2014, e.o.):

- a atividade de linguagem é uma constante da espécie humana, que vive em contextos coletivos organizados para determinadas finalidades, isto é, em atividades gerais, de ordem antropológica e/ou social; as atividades de linguagem contribuem, em

termos de planificação, regulação e avaliação, para a realização dessas atividades gerais (sociais / coletivas) (cf. Bronckart, 2004a, pp. 100-101);

- os textos são entendidos como unidades comunicativas globais, que correspondem a uma ação (da responsabilidade de um agente singular); naturalmente associados às atividades coletivas em que tomam forma, os textos dependem dos géneros que circulam nessas mesmas atividades e cada texto adota e adapta, de forma mais ou menos rígida ou criativa e em função de fatores vários, o género em causa;
- no contexto de produção de um texto, há decisões relativas aos parâmetros do contexto de produção (contexto físico e contexto sociossubjetivo) e à arquitetura textual, descrita por Bronckart (1997) como um folhado: o nível mais exterior (mecanismos de responsabilidade enunciativa) relaciona-se com o tipo de interação entre instâncias de produção e de receção; os mecanismos de textualização (conexão, coesão nominal e coesão verbal) intervêm, no nível intermédio, incidindo sobre o nível mais profundo; este corresponde à infraestrutura geral dos textos, a incluir plano de texto e tipos de discurso (e, eventualmente, sequências textuais prototípicas);

O modelo de arquitetura textual apresentado poderá ser ajustado, de acordo com a versão recentemente formulada por Bronckart (2019, pp. 288-289)⁶⁷: ao segundo nível, a que continuam a estar associadas as operações de conexão e de coesão nominal, é agora atribuída (pelo menos, de forma mais explícita) a função de assegurar a *coerência temática*; o terceiro nível, mais superficial, assegura a *coerência interativa* de um texto. Se esta formulação (“coerência interativa”) vem substituir (com larga vantagem) a de “coerência pragmática” (que ocorria, por exemplo, em Bronckart, 2005), os mecanismos relevantes mantêm-se idênticos: *foyer* enunciativo (que surge em Bronckart, 2008a), vozes e pontos de vista, operações de modalização.

67 Na verdade, esta última versão não parece completamente nova, recuperando, enfatizando ou adaptando formulações anteriores (nomeadamente, Bronckart, 2005).

Sem desenvolver mais este aspeto, interessa-me, pelo contrário, retomar a questão dos tipos de discurso, no quadro específico do ISD. Correspondendo a diferentes possibilidades de organização dos conteúdos e constituindo-se através das unidades linguísticas que neles ocorrem, os tipos de discurso decorrem, em primeiro lugar, de operações que constituem *mundos discursivos* (sistemas de coordenadas formais que se distinguem dos sistemas de coordenadas do mundo normal, exibindo ao mesmo tempo o tipo de relação que com elas estabelecem). Os mundos discursivos resultam, assim, de dois tipos de operação:

- relação entre as coordenadas que organizam o conteúdo temático de um texto e as coordenadas do mundo normal, podendo verificar-se relação de conjunção ou de disjunção – a primeira definindo discursos da ordem do expor, a segunda discursos da ordem do narrar;
- relação entre as instâncias de agentividade (personagens, grupos, instituições, etc.), com a respetiva inscrição espacio-temporal, e os parâmetros físicos da ação (agente produtor, interlocutor, espaço e tempo de produção), podendo verificar-se relação de implicação (se o texto mobiliza ou implica os parâmetros físicos) ou relação de autonomia (se, na ausência de qualquer explicitação, as instâncias de agentividade permanecem independentes dos parâmetros físicos da ação).

A conjugação destas possibilidades determina quatro mundos discursivos que podem ser abordados de dois pontos de vista diferentes: na perspectiva das operações psicológicas que lhes são subjacentes, tidas como gerais, isto é, independentes das características particulares de cada língua, ou através das marcas linguísticas em ocorrência, necessariamente dependentes das propriedades específicas da língua em causa. O quadro que se segue dá conta das operações constitutivas dos mundos discursivos e dos quatro tipos de discurso que lhes estão associados:

		Organização temporal (relação entre as coordenadas temporais dos processos verbalizados no texto e as coordenadas temporais da situação de produção)	
		Conjunção	Disjunção
		Ordem do EXPOR	Ordem do NARRAR
Organização atorial (relação entre as instâncias de agentividade mobilizadas no texto e as instâncias de agentividade associadas à situação de produção)	Implicação	Discurso Interativo (Expor implicado)	Relato Interativo (Narrar implicado)
	Autonomia	Discurso teórico (Expor autónomo)	Narração (Narrar autónomo)

Quadro 4 – Esquema adaptado (Bronckart, 1997; 2008a, p. 71).

Os tipos de discurso, enquanto tipos linguísticos, correspondem assim a segmentos que entram na composição dos textos – relativamente aos quais são, portanto, infraordenados. Esta noção é totalmente distinta da que cobre a mesma expressão, no quadro da análise de discurso (e da análise textual dos discursos), como atrás se viu – questão a que voltaremos no ponto seguinte.

O modelo de arquitetura textual desenvolvido em Bronckart, 1997, que acaba de ser brevemente apresentado, tende a ser reiterado como versão estabilizada (para não dizer estandardizada). No entanto, o autor introduziu posteriormente algumas mudanças significativas (veja-se, em particular, Bronckart, 2008a). A principal tem a ver com o entendimento da infraestrutura textual, que passa a integrar uma componente de organização temática e uma componente de organização discursiva: na primeira, o autor distingue o nível da temática (relativa aos conteúdos temáticos semiotizados) e o da planificação (que diz respeito à organização linear desses mesmos conteúdos); a segunda diz respeito aos tipos de discurso em presença e às formas de articulação e sucessão entre eles. No que diz respeito à componente discursiva, o autor sublinha dois aspetos diferentes relativamente ao modelo anterior: por um lado, o facto de os mecanismos de coesão verbal ficarem claramente associados aos tipos de discurso (corrigindo-se assim a duplicação que antes os atingia porque, estando

necessariamente implicados nos tipos de discurso em ocorrência, eram de novo mobilizados nos mecanismos de textualização); por outro, a necessidade agora assumida de desenvolver a compreensão da componente discursiva, através da análise das determinações dos tipos discursivos (ou das coordenadas que os caracterizam) sobre “as modalidades de organização sintática e macrossintática”. (Bronckart, 2008a, p. 79).

3.5. Zonas de confronto

Retomo aqui algumas das questões que foram sendo discutidas ao longo deste trabalho, no intuito de clarificar divergências ou, simplesmente, esclarecer algumas opções (até mesmo terminológicas). Como noutros momentos deste trabalho, as questões aqui equacionadas não se perspetivam em termos de exaustividade, nem sequer se pretendem como mais relevantes do que outras que poderiam ser invocadas; são apenas as que mais diretamente se relacionam com o fio condutor da reflexão, no presente contexto.

Ao contrário da flutuação que ocorre frequentemente em relação às noções (ou termos) de *texto* e de *discurso*, no quadro do ISD estas noções estão claramente identificadas e não se sobrepõem:

- os textos são unidades comunicativas globais, que adotam (e adaptam) um determinado género, de entre os géneros disponíveis no âmbito da atividade (ou das atividades) em que tomam forma e circulam; não sendo objetos estritamente linguísticos, não dispensam modos de “confecção” linguística (que se podem articular com as eventuais componentes multimodais em presença);
- os (tipos de) discurso correspondem a modos de locução, ou modalidades de enunciação, que traduzem mundos discursivos pré-construídos; são, portanto, formas de semiotização linguística de mundos discursivos, que se configuram como “envelopes” de unidades linguísticas e entram na constituição dos textos, como segmentos identificáveis por essas mesmas unidades linguísticas.

Na distinção exposta evidencia-se a abordagem descendente em que se encara o *texto*: ele não resulta da composicionalidade (ascendente) de unidades linguísticas de nível inferior, como frequentemente ainda se

assume, em linguística; mas, porque acontece no contexto de determinada atividade social, com as suas próprias finalidades e as suas próprias normas de funcionamento (de que fazem parte os géneros textuais, como modelos relativamente estabilizados, numa determinada época e numa determinada cultura), o texto é uma ação comunicativa (isto é, um recorte na atividade de linguagem) que depende da atividade social em que toma forma (ou que comenta) e que se serve dos recursos linguísticos disponíveis para cumprir os seus próprios objetivos. Neste sentido, é inevitável o confronto com as perspectivas de análise do discurso e de linguística do texto (ou de análise textual dos discursos), anteriormente apresentadas, para as quais os discursos são práticas contextualizadas, por vezes mesmo explicados, de forma inequivocamente redundante, como “práticas discursivas” ou atividades discursivas – ao contrário dos textos, entendidos como “a face mais puramente linguística” (Adam, 2002, p. 39). Neste confronto, a distinção assumida no quadro do ISD chega a ser tratada como irrelevante. É o caso da crítica que Adam (1999, p. 84) dirige a Bronckart, acusando-o, apesar de explicitamente reconhecer os aspetos em que convergem, do que parece não passar de uma mera teimosia leviana: “[il] a tendance à appeler « texte » ce que presque tout le monde convient d’appeler « discours » et inversement –, (...)”. Bronckart reagiu a esta crítica relembrando a tradição de autores e perspetivas que se situam na mesma linha:

Dans le reste du « presque tout le monde » se situent quand même toute la tradition de la théorie des genres (cf. Schaeffer, 1986), l’essentiel de la *textlinguistik* allemande, et des auteurs aussi sérieux que Genette (cf. 1979/1986) ou Rastier (2001). Et le « tout le monde » (francophone) semble quant à lui bien dépendant de la décision de Harris (1969) de qualifier d’« analyse de discours » une démarche qui, selon les principes d’Adam lui-même, relève pourtant clairement de la « linguistique textuelle ». (Bronckart, 2004b, p. 102, nota 3)⁶⁸.

68 Além dos autores aqui referidos, é pertinente associar à conceção de discurso que está em causa os contributos de Weinrich (1973), com a distinção entre *mundo comentado* e *mundo narrado*, de Benveniste (1966), com a conhecida oposição entre *história* e *discurso*, e de Jenny Simonin-Grumbach (1975), que retoma esta oposição e a desenvolve, numa perspetiva culioliana. Veja-se Bronckart, 2004b, p. 106; Coutinho, 2019, p. 160 e segs.

Num texto mais recente, Bronckart (2017c) sublinha ainda que o facto de uma posição ser maioritária não constitui, em si mesmo, um critério científico válido. Subscrevendo naturalmente esta afirmação, limite-me aqui a um ponto da situação relativamente a escolhas terminológicas (enquanto pontos de chegada das questões em confronto):

- no que diz respeito ao nível supraordenado (*atividades de linguagem*, para o ISD, *discursos* ou *tipos de discurso*, para as análises de discurso), o fundamental será (re)conhecer as diferenças: “N’étant pas maîtres de l’usage, nous ne pouvons néanmoins qu’enregistrer cet emploi du terme de discours comme équivalent de celui d’activité langagière.” (Bronckart, 2004b, p. 102);
- relativamente à conceção de *tipos de discurso* como elementos infraordenados (em confronto com o uso da mesma expressão em análise do discurso, ao nível supraordenado que se confunde com o das atividades sociais/coletivas), Bronckart propôs recentemente a estabilização de *tipos discursivos*, como solução alternativa: “(...) en definitiva, sugeriría simplemente, para evitar confusiones, que se utilice de aquí en más la expresión « tipos discursivos » en lugar de « tipos de discurso ».” (Bronckart, 2017c, p. 7).

Como o próprio autor refere, considerou outras possibilidades, nomeadamente “tipo enunciativo”. Em trabalhos anteriores, sobretudo por razões didáticas, eu própria optei frequentemente por opções herdadas de outros autores, como “modos de locução” ou “modalidades de enunciação”. Apesar de desfazerem o confronto com a forma como a expressão é usada em análise do discurso e admitindo até que possam ajudar a compreender a noção, soluções como estas correm o risco de introduzir novos problemas (o termo “locução”, em particular, é obviamente limitado e infeliz). Assim sendo, a partir deste momento usarei sistematicamente *tipos discursivos*.

Ainda relacionado com a noção de tipos discursivos há um outro debate que importa esclarecer. Na perspectiva do ISD, os tipos discursivos constituem ingredientes obrigatórios da confecção dos textos (embora a ocorrência deste ou daquele tipo de discurso não seja pré-determinada, nem pré-determinável) – ao contrário do que se passa com as sequências prototípicas (frequentemente referidas, simplesmente, como tipos de texto),

que são facultativas. Este ponto de vista não se pode considerar completamente consensualizado – apesar de o próprio Adam ter já deixado claro o carácter facultativo das sequências (como atrás foi destacado). Assim, mais do que discutir se as sequências são ou não facultativas, tratar-se-á de confrontar essa característica com a obrigatoriedade dos tipos discursivos, no quadro do ISD.

Um primeiro aspeto a ter em conta prende-se com a dependência das sequências relativamente aos tipos, como assinalou Bronckart (2008a, p. 80): “(…), à l’exception de la « description », elles se distribuent de manière différentielle selon les types (la séquence « narrative » dans le récit interactif et la narration ; les séquences « argumentative » et « explicative » dans le discours théorique ; la séquence « dialogale » dans certains discours interactifs) ; (...)”⁶⁹. Em trabalho anterior (Coutinho, 2019, pp. 109-111) mostrei, através do exemplo do *Livro de Linhagens de D. Pedro*, a presença constante de discurso do narrar – só sequencialmente organizado de forma prototípica (narrativa) no chamado episódio da batalha do Salado. A análise empírica mostra, portanto, a dependência dos tipos sequenciais relativamente aos tipos discursivos. Mas convém também essa mesma dependência, em função de um ponto de vista conceptual.

Começemos por lembrar que as sequências são entendidas como agrupamento (ou reagrupamento) de unidades de grandeza inferior, sendo elas próprias objeto de reagrupamento, em unidades de grandeza superior:

Les propositions-énoncés sont directement soumises à deux grands types de regroupements qui les font tenir ensemble. On distinguera les unités textuelles faiblement typées, les périodes, des unités plus complexes et typées, les séquences (schéma 5, p. 48). (Adam, 2011a, p. 161).

Para que não fiquem dúvidas, reproduzo a seguir o esquema referido na citação anterior:

69 Adam (2011, p. 171) faz notar que a descrição apresenta uma fraca caracterização sequencial, que decorre do facto de não prever uma ordem de agrupamento das proposições enunciadas em macroproposições (ao contrário do que se passa com os outros quatro tipos sequenciais).

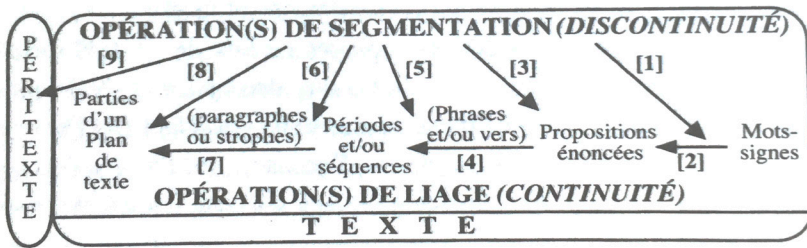


Figura 1 Operações de ligação e de segmentação (Adam, 2011a, p. 48)

Como se pode observar, apesar de referidas como “unidades composicionais de base”, as sequências (e os períodos) são unidades de nível intermédio – como Adam assume posteriormente, distinguindo ligações de nível microtextual, mesotextual e macrotextual (cf. Philippe & Adam, 2015, pp. 56-74). Seja como for, o empacotamento sequencial corresponde a uma etapa de estruturação textual (ascendente) e o carácter tipificado decorre, segundo o autor, de memorização por impregnação cultural:

Les cinq types de base retenus correspondent à cinq types de relations macro-sémantiques mémorisées par imprégnation culturelle (par la lecture, l'écoute et la production de textes) et transformées en schéma de reconnaissance et de structuration de l'information textuelle. (Adam, 2011a, p. 162).

Pelo contrário, os tipos discursivos estão associados a operações (simultaneamente) psicológicas e de linguagem⁷⁰. Além disso, a prática dos tipos discursivos determina o domínio de raciocínios diferentes (raciocínios práticos nos discursos interativos; raciocínios cronológicos nos discursos da ordem do narrar; raciocínios lógicos ou quase lógicos nos discursos teóricos) e, em última análise, viabiliza a construção de conhecimentos “descontextualizados” – isto é, que se autonomizam relativamente às características dos tipos discursivos em que se formam mas que, por sua

70 Em francês, “psycho-langagières” – que não se pode traduzir, como é evidente, por psicolinguísticas. O português do Brasil usa “linguageiras”.

vez, podem ter (ou vir a ter efeito) sobre os próprios tipos de discurso (cf. Bronckart, 2004b, pp. 106-108; 2008a, pp. 89-90; Bota, 2018). Assim, se se pode dizer que os tipos discursivos correspondem – como as sequências prototípicas – a possibilidades de organização dos conteúdos, terá ficado clara a diferença que os separa:

- a organização sequencial lida com empacotamento de “unidades”, de forma a obter uma determinada sequencialidade textual; deste ponto de vista, as sequências partilham o estatuto “propriamente” linguístico que Adam atribui ao texto (e que já foi várias vezes aqui discutido e criticado);
- os tipos discursivos, enquanto semiotização (linguística) de mundos discursivos, são sempre necessariamente de ordem psicológica e de linguagem e viabilizam a mediação entre as representações da experiência vivida e as representações coletivas; à aprendizagem e ao domínio dos tipos discursivos associam-se, por isso, possíveis efeitos, em termos de desenvolvimento pessoal (irredutíveis a uma mera aprendizagem de estruturação textual).

Reitero assim, sem reservas, o caráter obrigatório dos tipos discursivos: na atividade de linguagem – ou na ação que é o texto – não é possível dispensar escolhas discursivas (mas nada obriga a uma sequencialidade prototípica).

Na continuidade desta questão, surge a última zona de confronto que me proponho abordar, e que tem a ver com o uso de “géneros narrativos, descritivos, argumentativos, explicativos e dialogais”. A pertinência da questão pode ser evidenciada a partir das ligações macrotextuais, tal como as entendem Philippe & Adam (2015, pp. 67-74), de quem reproduzo o esquema que se segue:

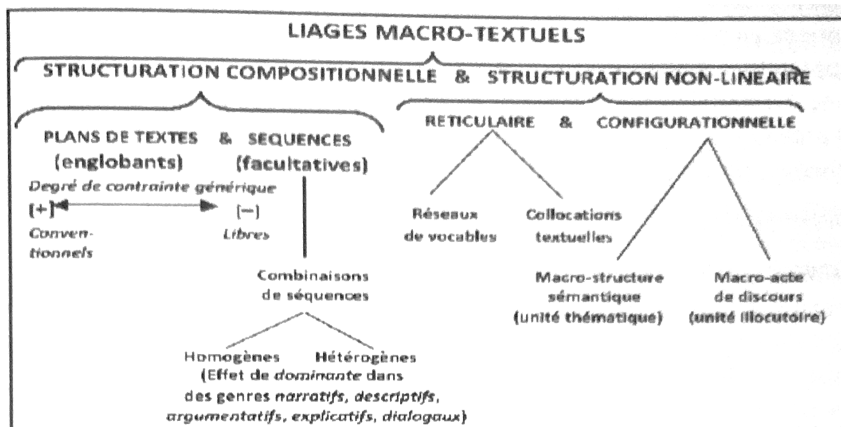


Schéma 4 : liages macro-textuels

Figura 2 – Reproduzida de Philippe & Adam, 2015, p. 71

Apesar de não haver aqui dúvidas sobre o carácter facultativo das sequências, a lógica que se impõe, face ao esquema proposto, é a da organização sequencial (prototípica): as sequências (que se pressupõem, tendencialmente, em ocorrência) combinam-se e, tanto no caso de sequências homogêneas como no de sequências heterogêneas, resulta um efeito de (sequencialidade) dominante. É este efeito que está na base dos chamados tipos de texto: a organização sequencial dominante, de determinado tipo, estende-se ao texto como um todo. O facto de a problemática dos tipos de texto se ter visto tendencialmente substituída pela dos géneros não apagou o problema – como mostra o esquema em análise. Mantém-se, com efeito, a designação de diferentes géneros em função, uma vez mais, de uma dominante sequencial (géneros ditos narrativos ou argumentativos, por exemplo, em função do efeito de sequencialidade dominante). Na sequência do que acabámos de ver, e como claramente afirmam Bronckart e Bulea (2015, p. 13), estas designações “projetam no nível da genericidade propriedades que dizem respeito a níveis de organização infraordenados.”

3.6. Perspetivas (em jeito de interpelação para a linguística)

A apresentação feita do quadro do ISD está longe de ser exaustiva. As opções epistemológicas assumidas determinam uma grande amplitude de áreas de conhecimento e relações de convergência e de colaboração que não podem ser aqui desenvolvidas. No contexto do presente trabalho, compreender-se-á que assumo destaque a necessidade do contributo da linguística para o desenvolvimento do projeto do ISD – ou, de forma mais ampla, para (o projeto de) uma *ciência do humano* vinculada à epistemologia interacionista social⁷¹.

O pressuposto para este ponto de vista tem a ver com a forma como o ISD assume a centralidade da linguagem – aspeto já longamente discutido, ao longo deste trabalho. Podem por isso apontar-se, em síntese, os diferentes ângulos de funcionamento (ou de apreensão) do fenómeno da linguagem, de acordo com o quadro do ISD: a atividade de linguagem (associada a atividades gerais); os textos (e géneros de texto) reconhecidos no contexto das diferentes atividades gerais; os discursos (ou tipos discursivos), como formas de semiotização linguística de mundos discursivos; e os recursos (micro)linguísticos mobilizados no nível meso dos tipos discursivos (que, por sua vez, entram na composição do nível macro a que correspondem os textos). Como se pode verificar, esta síntese está orientada no sentido da abordagem descendente preconizada por Volochinov e dela decorre o que pode tomar como uma interpelação para a linguística: invertendo o princípio de composicionalidade (ascendente) que chegaria ao texto através da combinação de unidades menores em unidades maiores, a possibilidade de olhar a língua a partir da unidade comunicativa global que é o texto pode evidenciar aspetos significativos do funcionamento da própria língua. A título meramente exemplificativo, veja-se o caso da adverbial final isolada (sem realização da subordinante) analisada em Coutinho, 2012, ou do uso da forma *que* com convergência (dir-se-á mesmo simultaneidade) de valores (coordenativo, final, explicativo/causal, temporal e condicional) analisado em Coutinho, 2014: em ambos os casos, a estrutura usada é a que convém, comunicativamente, mesmo que esse uso não corresponda às descrições gramaticais disponíveis. Poder-se-á resumir a questão aqui

71 Veja-se, em particular, o artigo significativamente intitulado “Une science du langage pour une science de l’humain” (Bronckart (2011)).

colocada admitindo que a descrição do funcionamento dos textos suscite simultaneamente uma (renovada) compreensão do funcionamento da língua. Recorrendo às palavras de Bronckart (2008a, p. 24):

Mais les textes ne constituent pas la seule forme de manifestation des faits langagiers, et il nous paraît donc nécessaire, (...), de clarifier la nature des rapports existant entre le niveau du texte et notamment celui de la (et/ou des) langue(s), et par là même de clarifier ce qui est effectivement désigné par cette dernière notion.

O autor interpela a linguística de forma mais direta no artigo significativamente intitulado “Une science du langage pour une science de l’humain” (Bronckart, 2011). As considerações que fecham o artigo – apresentadas como “convicções” ou “condições de eficácia” do necessário contributo da linguística – constituem uma excelente síntese das opções epistemológicas do ISD e das implicações que delas decorrem para o papel da linguística. Tomo também essas mesmas considerações como síntese da postura epistemológica que assumo, enquanto linguista. Nesse sentido, antecipando embora questões a serem desenvolvidas, opto por as reproduzir, atribuindo-lhes um caráter programático:

Accepter d’abord que tous les objets d’une science du langage ont une dimension fondamentalement sémiotique, que le langage et les langues sont avant tout des instruments de création de signification ; « mettre la question du sens sous le paillason » a évidemment constitué de ce point de vue une erreur fondamentale.

Accepter aussi que la réalité première du langage est d’ordre praxéologique ; que le premier niveau empirique de la vie d’une langue est constitué des textes, dans leurs rapports aux activités humaines et à leur contexte, et que toute méthodologie d’analyse doit présenter dès lors un caractère descendant, des structures globales vers les structures et entités locales.

Reconsidérer enfin, dans une perspective réellement dialectique, les rapports entre les pratiques textuelles empiriques et ces vécus du langagier que constituent la langue personnelle et la langue de la communauté. (Bronckart, 2011, p. 359).

PARTE II:

Desenvolvimento local

Na segunda parte deste trabalho, pretendo dar conta da investigação desenvolvida no CLUNL, na área da Linguística do Texto e do Discurso – globalmente considerada, de acordo com o enquadramento (institucional e conjuntural) apresentado na Introdução; mas simultaneamente orientada em função da adesão ao quadro teórico e epistemológico do ISD.

1. Resultados da investigação

A Linguística do Texto e do Discurso tem agora dez anos de funcionamento na NOVA FCSH (os primeiros doutoramentos na área de especialidade são de 2014), a que se podem juntar dez anos de doutoramentos em Teoria do Texto⁷². Esta secção pretende dar uma visão global da orientação assumida e do que se produziu – pelo que interessará mais a coesão e a evolução dos interesses e das investigações do que a segmentação em Linguística do Texto e do Discurso ou em Teoria do Texto (que, como referido na introdução, tem um carácter predominantemente conjuntural).

72 Tomo com referência o ano do meu próprio doutoramento, o primeiro em Teoria do Texto na NOVA FCSH. Antes de mim doutorara-se em Análise do Discurso Fernanda Miranda Menéndez, infelizmente precocemente desaparecida. Ambas fomos orientadas por Luísa Soares Opitz.

A problemática dos géneros de texto começa a tornar-se central, na investigação desenvolvida no âmbito do CLUNL e do Departamento de Linguística da NOVA FCSH, a partir da minha própria tese de doutoramento – a primeira em Teoria do Texto (Coutinho, 1999, posteriormente retomada em Coutinho, 2003). As que se seguem (Rodrigues, 2003 e Gonçalves, 2008) evidenciam preocupações distintas, o que, como é evidente, não lhes reduz o mérito: a primeira, situada no âmbito da pragmática, trabalha a problemática da cortesia linguística, então pouco desenvolvida entre nós; a segunda, uma tese em cotutela, articula questões de literatura portuguesa com recursos da área da Teoria do Texto, nomeadamente a noção de *percurso interpretativo* (Rastier, 2001) e, como se verá à frente, avança hipóteses teoricamente relevantes (nomeadamente, sobre a noção de *unidade textual*). Progressivamente, e com a aproximação em relação ao ISD, a questão dos géneros de texto fortalece-se e conduz a teses que contribuem para o avanço do conhecimento, neste âmbito. Destaque-se, de forma não exaustiva:

- questões de intertextualização (Miranda, 2007, retomado em Miranda, 2010);
- análise de géneros específicos e de particularidades na respetiva organização textual, como o *cartoon* (Leal, 2011) e o *stand-up comedy* (Morozova, 2019);
- relação entre géneros de texto e atividades sociais (Teixeira, 2014; Torres, 2016) ou entre géneros de texto e identidades sociais (Pruekchaikul, 2019);
- argumentação em diferentes géneros (Pinto, 2006);
- descrição e didatização do género *memórias* (Jorge, 2014);
- didatização de géneros orais no ensino de língua estrangeira (espanhol) em contexto português (Vásquez Ruiz, 2016).

Para além das teses de doutoramento, a área da linguística do texto e do discurso progrediu, na NOVA FCSH, através da investigação desenvolvida no âmbito do CLUNL: entre 2003 e 2006, no grupo DISTEX – Discursos e Textos do Português Moderno e, mais especificamente, no âmbito do grupo GeTOC – Géneros textuais e organização do conhecimento; de 2007 ao presente, no grupo Gramática &

Texto⁷³. A investigação desenvolvida nestes contextos estabilizou alguns contributos relevantes para o programa do ISD, que se desdobram em dois grandes blocos (não estanques): descrição de textos e de géneros de texto, por um lado; questões de didatização de textos e de géneros de texto, por outro. De forma abreviada e longe de ser exaustiva, podem desdobrar-se alguns dos tópicos desenvolvidos:

- elaboração das noções de *parâmetros de género* (Gonçalves & Miranda, 2008; Coutinho & Miranda, 2009) e de *marcadores de género* (Miranda, 2007 e 2010);
- caracterização diferencial de textos e géneros de texto (Miranda, 2007 e 2010), incluindo géneros em meio web (Gonçalves, 2015, Gonçalves, 2014);
- caracterização de tipos discursivos em português e descrição do respetivo funcionamento em diferentes géneros (Coutinho, 2004; Miranda, 2009; Gonçalves & Leal, 2012; Rosa, 2020);
- aprofundamento da noção de *plano de texto* (Coutinho, 2011; Coutinho, 2014, Rosa, Fidalgo, Gonçalves, Leal & Jorge, 2018);
- tema e organização temática (Gonçalves & Teixeira, 2014)
- problematização da noção de *marcadores discursivos*, em confronto com a de *tipos discursivos* (Coutinho, 2008; Coutinho & Gonçalves, 2020);
- implicações de uma abordagem descendente: determinação exercida pelas atividades gerais (sociais) sobre os textos e os géneros de texto, bem como sobre os recursos linguísticos mobilizados (Gonçalves & Teixeira, 2009; Coutinho, 2012; Teixeira, 2012; Coutinho, 2014a; Coutinho, 2014b; Teixeira, 2015; Teixeira, 2016; Gonçalves, 2017; Gonçalves & Torres, 2017);
- didatização de textos / géneros de texto, numa perspetiva diferencial (Miranda & Coutinho, 2015; Coutinho, Tanto & Luís, 2015; Coutinho 2019b).

73 O grupo DISTEX foi coordenado por Adriano Duarte Rodrigues, tendo eu própria assumido a coordenação do (sub)projeto GeToc. No grupo Gramática & Texto a coordenação tem rodado, de acordo com o processo de eleição pelo conselho científico do grupo: inicialmente assumida por Teresa Brocardo, passou depois por mim própria e por Clara Nunes Correia, tendo regressado a Teresa Brocardo em novembro de 2020.

Refiro ainda outros tópicos de investigação, diretamente relacionados com teses de doutoramento em curso, que se destacam pelo facto de desenvolverem problemáticas originais no quadro do ISD:

- questões de revisão de texto e de tradução na perspetiva do ISD (Fidalgo, 2018);
- análise dos tipos discursivos em textos produzidos por mulheres em posição de liderança (Joaquim, 2019).

Finalmente, há que ter em conta a produção associada a algumas problemáticas específicas (literacia científica, produção textual em contexto académico e didatização de géneros textuais) que, por razões que a seguir se compreenderão, prefiro tratar no ponto seguinte.

2. Publicação e desenvolvimento

A publicação em circuitos de referência, com avaliação por pares, é hoje em dia uma exigência para quem faz investigação em contexto académico. O interesse de dar a conhecer resultados da investigação e de os submeter a contextos alargados de validação é indiscutível. Mas o valor associado a indicadores bibliométricos pode, por vezes, subverter o processo, sobrevalorizando a quantidade e o ritmo de publicação em detrimento de outros fatores que, contextualmente, podem ser tidos como relevantes.

Estas considerações de ordem geral servem de introdução a um aspeto particular do trabalho desenvolvido por algumas pessoas que trabalham na área da Linguística do Texto e do Discurso, no contexto do CLUNL, em termos de investigação, e/ou do Departamento de Linguística da NOVA FCSH, do ponto de vista da docência. Trata-se, como assinalado no final do ponto anterior, de duas ordens de questões:

- produção de textos em contexto académico e científico, problemática largamente associada à docência da unidade curricular Práticas Textuais (obrigatória na licenciatura em Ciências da Linguagem da NOVA FCSH, desde 2006, e mais recentemente incluída, como opção, no plano de estudos da licenciatura em Estudos Portugueses);

- promoção da literacia científica através do desenvolvimento de ferramentas de leitura e de compreensão, com base na investigação em linguística (dos textos e dos discursos) e em didática do português (projeto Promoção da Literacia Científica, 2016, financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian; Investigadora Responsável: Matilde Gonçalves).

A estes dois contextos junta-se um terceiro, que também envolve docência mas, neste caso, no âmbito do Centro Luís Krus – Formação ao Longo da Vida, bem como a problemática da didatização de géneros de texto: trata-se do curso da Escola de Verão *Ensinar Português: conteúdos, estratégias e materiais*, que decorreu na NOVA FCSH, em julho de 2019.

Nos dois primeiros casos, a investigação seguiu os parâmetros habituais de publicação:

- sobre produção textual em contexto académico, veja-se Coutinho, 2004; 2006; 2013 e 2019; Teixeira & Leal, 2019; Jorge, Coutinho, Fidalgo & Rosa, 2019;
- sobre leitura e compreensão e textos, numa perspetiva de literacia científica, veja-se Jorge & Luís, 2018; Gonçalves & Jorge, 2019; Gonçalves & Magalhães, 2019.

Para além disto, houve, nos três casos, publicação de *e-books* (com diferentes estratégias de validação científica, a seguir explicadas). Este facto, em si mesmo, não mereceria atenção particular. Mas a especificidade das publicações em causa tem a ver com uma opção pedagógica e didática: o envolvimento das pessoas participantes, como estratégia de construção e de comunicação do saber. Apresentam-se a seguir, em termos sintéticos, as características de cada uma das publicações:

Jorge, N.; Coutinho, A.; Fidalgo, M. & Rosa, R. (eds) (2018). *Práticas textuais 17|18*. [PDF] [n.d.]: Calaméo. ISBN 978-989-20-8480-0.
URL: <http://hdl.handle.net/10362/42697>

- Publicação resultante do trabalho desenvolvido na unidade curricular Práticas Textuais, no ano letivo 2017-2018 (docente responsável, Antónia Coutinho; docente, Noémia Jorge);
- A validação dos artigos publicados está diretamente associada ao contexto da unidade curricular, cujos objetivos se centram sobre o desenvolvimento da escrita em contexto académico, com vista a desempenhos (mais) conseguidos;
- Apoios: APP – Associação de Professores de Português; Museu da Escrita do Sudoeste | Município de Almodôvar.

Gonçalves, M.; Jorge, N.; Coutinho, A.; Fidalgo, M. & Rosa, R. (eds.) (2020). *Práticas Textuais 18|19*. 1.ª ed. [e-Book] Lisboa: CLUNL, NOVA FCSH. ISBN 978-989-54081-1-5. URL: <http://hdl.handle.net/10362/106650> ou https://issuu.com/matildegoncalves5/docs/pr_ticas_textuais_18_19

- Características idênticas a Práticas Textuais 17|18 mas, neste caso, envolvendo também a unidade curricular Linguística do texto e sendo a docência assumida por Matilde Gonçalves;
- Apoios: APP – Associação de Professores de Português; Museu da Escrita do Sudoeste | Município de Almodôvar.

Gonçalves, M. & Jorge, N. (orgs) (2018). *Literacia científica na escola*. [e-Book] Lisboa: NOVA FCSH – CLUNL. URL: <https://drive.google.com/file/d/1I3hF05jjiSahm9RWHmOpKz5-JGcBBP44/view> ou https://issuu.com/matildegoncalves5/docs/literacia_cient_fica_na_escola

- Publicação resultante da ação de formação *Promover a literacia científica em contexto escolar* (27 de janeiro e 11 de fevereiro de 2017, NOVA FCSH), no âmbito do projeto *Promoção da Literacia Científica* (<https://literaciacientifica.fcs.unl.pt/>);
- Os textos que integram a Parte II, intitulada *A literacia científica na aula de Português – Percursos didáticos*, é composta por oito propostas de transposição didática, elaboradas por participantes na ação de formação;
- Os textos referidos foram objeto de avaliação por uma Comissão Científica;
- Apoios: Fundação Calouste Gulbenkian; Associação de Professores de Português; Associação de Professores de Matemática.

Coutinho, A. & Jorge, N. (coords) (2019). *Ensinar géneros de texto: conteúdos, estratégias, materiais*. [e-Book].

https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/16212350/Ensinar_Generos_texto_2019.pdf

- Publicação resultante da ação de formação com o mesmo título, integrada na Escola de Verão (NOVA FCSH | Centro Luís Krus), realizada em julho 2019 e acreditada pelo CCPFC (registo: CCPFC/ACC-100740/18);

- os textos publicados resultam do trabalho desenvolvido, de acordo com os objetivos do curso, como referido na Nota introdutória: analisar o processo de transposição didática de conteúdos de Linguística Textual (com destaque para os géneros de texto e os tipos de texto), tendo em conta estudos teóricos, documentos curriculares vigentes e os próprios textos empíricos, tal como circulam nas práticas de comunicação atuais;

- Apoios: Associação de Professores de Português (APP), Porto Editora, Centro Luís Krus – Formação ao Longo da Vida (Escola de Verão da NOVA FCSH).

O destaque aqui dado a estas publicações pretende evidenciar a opção de fundo que as sustenta e que, em última análise, se sustenta em algumas das opções epistemológicas fundamentais no quadro do ISD: o reconhecimento da importância dos textos nas diferentes atividades sociais mas também, e de forma mais decisiva, a consciência das potencialidades da linguagem como fator de desenvolvimento pessoal, ao longo da vida. Sem pôr em causa, como é evidente, a necessidade de publicação em circuitos de referência, para quem faz investigação num contexto como o do CLUNL, as publicações que aqui estão em destaque decorrem de duas decisões de fundo:

- uma opção política e de cidadania, que privilegia o conhecimento partilhado, ou a coconstrução do conhecimento;
- uma opção didática, assente na convicção de que “o saber não é nunca um saber lido, mas sim um *saber agido*” (Coutinho, 2019, p. 17) e que, por isso, não pode dispensar condições efetivas de envolvimento e de ação (ação enquanto aprendizagem), como também se refere na “Nota de abertura” de *Práticas Textuais 17|18*:

O que está em causa é a apropriação de modelos e a experiência concreta de os pôr em prática. Porque nenhum saber declarativo (sobre escrita) se substitui à experiência pessoal de escrita. E nenhum saber anteriormente formulado se substitui ao trabalho de (re)formulação – de textualização – de quem dele se apropria. (Jorge, Coutinho, Fidalgo & Rosa, 2018, p.2).

3. Questões em aberto

O normal no trabalho de investigação é não chegar ao fim: cada etapa percorrida suscita mais dúvidas, outras questões, hipóteses recolocadas. Nesse sentido, as questões a seguir elencadas não são exaustivas: são as que estão em destaque, neste momento. Embora venham emergindo de forma diferente, nenhuma delas se pode considerar propriamente nova: algumas surgiram a propósito da preparação de um artigo ou no contexto de orientação de uma tese (e foram deliberadamente adiadas); outras recuperam intuições antigas, revistas e (eventualmente) melhoradas; muitas foram discutidas à volta de um café, quando a interação nos projeta para o que não sabíamos ou nos abre de repente uma perspetiva sobre o que não tínhamos pensado. Todas têm como pano de fundo muitas leituras (leituras repetidas, a rondar, por vezes, o que se mantém obscuro). Há questões que se podem ver como derivas, isto é, que não são, ou não têm sido (explicitamente) tematizadas no contexto dos estudos linguísticos sobre os textos e os discursos nem no quadro do ISD – e que, apesar disso, se (me) impõem como relevantes. De uma forma geral, relacionam-se com o programa de trabalho do ISD, ou com aspetos específicos desse programa, explicitamente formulados. Deste ponto de vista, destaco a influência de Jean-Paul Bronckart e de Ecaterina Bulea-Bronckart – em particular através do curso que realizaram em 2016, no âmbito da Summer School do Doutoramento em Linguística, que intitularam “Textualité, discursivité et figuration: Les diverses approches théoriques et méthodologiques et leurs implications didactiques” (Bronckart & Bulea-Bronckart, 2016); e, de forma mais específica ainda, através da contribuição das sessões asseguradas, nesse mesmo contexto, por Ecaterina Bulea-Bronckart, organizadas sob o subtítulo “Accent sur la figuration: un parcours en quatre temps (et deux jours)”.

As questões em aberto não são, portanto, questões minhas, porque estão (sempre) enraizadas em trabalho prévio e em reflexão partilhada.

Mas, por outro lado, assumo-as como as minhas questões: não se confundem com as que estão a ser trabalhadas, no grupo de investigação do CLUNL e/ou em teses de doutoramento em curso (ainda que as problemáticas se cruzem); e o destaque que lhes atribuo não é necessariamente partilhado (ou não é uniformemente partilhado).

3.1. Signos, macrossignos e o que (não) são unidades textuais

O facto de se entenderem os textos, no quadro do ISD, como unidades comunicativas globais (e não objetos estritamente linguísticos) não invalida o carácter semiótico que os caracteriza e confere-lhes mesmo, em última análise, o estatuto de “entidades semióticas de mayor grado de estructuración” (Bronckart, 2017c, p. 6).

A estruturação dos textos foi e é objeto das disciplinas (linguísticas) do texto, atrás referidas – que integram e recuperam, de diferentes formas, a herança de disciplinas clássicas que se ocuparam de textos e de discursos (com destaque para a retórica). Apesar disso, parece continuar a haver margem para pensar em que medida se podem entender os textos propriamente como signos – ou macrossignos. Esta hipótese é teoricamente interessante e parece poder contribuir para uma melhor compreensão do ponto de vista defendido por Coseriu – segundo o qual, como atrás se viu, o texto como objeto da linguística (linguística do texto, ou linguística do sentido) se justifica apenas na medida em que há um sentido que só pode ser dado, ou acedido, através do texto. Trata-se, portanto, de uma hipótese – para a qual elenco a seguir algumas pistas de desenvolvimento possível.

A um primeiro nível, a questão pode relacionar-se com o facto de não ser evidente a delimitação de *signo linguístico* em termos de dimensão (para o dizer de forma simples). Tulio de Mauro destacou há muito este aspeto – ou esta abertura – no pensamento de Saussure:

Avec quelques oscillations, Saussure tend à appeler *signe* toute union d'un signifiant et d'un signifié, depuis les unités minimums (que Frei a ensuite appelées *monèmes* : *aim-*, *-ont*, *parl-*, *-er*, etc) jusqu'aux unités complexes, que Saussure appelle *syntagmes* (*chien*, *il parle*, *par ici s'il vous plaît*, *ce soir la lune rêve avec plus de paresse*, etc.). (De Mauro, 1972, pp. VIII-IX).

Mas é com Ecaterina Bulea-Bronckart que a questão ganha estatuto, perspectivada no contexto de uma “abordagem semiológica alargada”⁷⁴ em que se integra a investigação que conduziu à noção de *figuras de ação* (Bronckart & Bulea, 2006; Bulea, 2009 e 2010). O trabalho da autora assenta numa releitura aprofundada da própria noção de *(macro)signo* – na perspectiva da conceção saussuriana, tal como é desenvolvida, em particular, em *De l’essence double du langage* (Saussure, 2002). Trata-se, fundamentalmente, da complexidade de relações através das quais se estabelece diferencialmente um signo – complexidade essa que envolve quatro termos numa relação tripla, a que Saussure (2002, p. 39) se refere através da expressão “QUATERNION FINAL”⁷⁵, e relativamente à qual Ecaterina Bulea evidencia o caráter “eminente processual”.

Esta dimensão processual liga-se diretamente a duas das linhas orientadoras que sustentam a própria noção de *figuração* (que me limito a evocar, de forma muito simplificada, remetendo para Bronckart & Groupe LAF, 2004; Bronckart & Bulea, 2006, Bulea-Bronckart, 2010, 2018):

- a dimensão praxeológica própria da linguagem, entendida como atividade (que organiza e comenta as atividades sociais) e associada a cada texto empírico, enquanto ação (ou recorte, no âmbito de determinada atividade, imputada a ou assumida por uma instância agentiva;
- o papel de reconfiguração (interpretativa) do vivido (reorganizando e racionalizando a heterogeneidade e o “estado de discórdância” desse mesmo vivido) que, na sequência de Bronckart (Bronckart & Groupe LAF, 2004, pp. 35-39) se considera recair (ou poder recair) sobre qualquer texto, e não apenas sobre textos de caráter narrativo e escrito, como entendia Ricœur – a

74 No original: “Une approche sémiologique « étendue »” (Bulea-Bronckart, 2016).

75 Reproduzo aqui de novo a citação, já introduzida em 5.3.1.: “Nous sommes toujours ramenés aux quatre termes irréductibles et aux trois rapports irréductibles entre eux ne formant qu’un seul tout pour l’esprit : (un signe / sa signification) = (un signe / et un autre signe) et de plus = (une signification / une autre signification). (...) C’est là ce que nous appelons le QUATERNION FINAL et, en considérant les quatre termes dans leurs rapports: le triple rapport irréductible.” (Saussure, 2002, p. 39).

quem se deve, em qualquer caso, o contributo fundador para esta perspectiva (Ricoeur, 1986)⁷⁶.

Introduzido, ainda que de forma resumida e simplificada, o quadro em que se insere a noção de *figuras de ação*, podemos sintetizá-la como se segue:

- as figuras de ação são “produtos interpretativos” que dão conta do que se passa quando os tipos discursivos organizam um conteúdo temático da ordem do agir; correspondem, portanto, a possibilidades de articulação entre tipos discursivos (como formas de organização enunciativa mobilizadas nas produções linguísticas em geral) e o tema do agir (mobilizado em textos particulares, como é o caso das entrevistas analisadas por E. Bulea);
- na investigação desenvolvida foram identificadas cinco figuras de ação (sobre as quais não recai um efeito de generalização): *ação ocorrência* (forte grau de contextualização; o agir é captado através de dimensões particulares, específicas); *ação acontecimento passado* (captação retrospectiva do agir na sua singularidade mas sem relação com a situação de produção de linguagem; há contextualização, mas fragmentária e seletiva); *ação experiência* (cristalização pessoal de múltiplas ocorrências (do agir) vividas; corresponde a uma espécie de balanço da experiência como actante, a partir da sedimentação, dessingularização e descontextualização de repetidas práticas de uma mesma tarefa); *ação canónica* (o agir é captado sob forma de construção teórica, fazendo abstração do contexto em que se desenvolve e das propriedades de quem a efetua); *ação definição* (o agir é captado enquanto objeto de reflexão, na qualidade de suporte e de alvo de uma redefinição por parte de quem se posiciona como actante).

76 “D’une manière ou d’une autre, tous les systèmes de symboles contribuent à configurer la réalité. Plus particulièrement, les intrigues que nous inventons nous aident à configurer notre expérience temporelle confuse, informe, et à la limite muette. «Qu’est-ce que le temps? demandait Augustin. Si nul ne me le demande, je le sais; si on me le demande, je ne sais plus.» C’est dans la capacité de la fiction de configurer cette expérience temporelle quasi muette que réside la fonction référentielle de l’intrigue. (Ricoeur, 1986, p. 20).

Como mostra a autora (Bulea, 2009), as figuras de ação preservam as propriedades gerais dos signos (carácter bifacial, natureza psíquica e carácter diferencial), constituindo-se assim como *entidades globais diferenciais* – ou, se quisermos, como (macro)signos; mas o mesmo não se pode dizer, de forma simples, das propriedades específicas dos signos linguísticos (arbitrariedade radical, carácter discreto e linear):

- a arbitrariedade permanece parcialmente válida, na medida em que não se verifica uma relação necessária entre determinado tema e determinado tipo de discurso; no entanto, apesar de esta ser a tendência geral, a autora constatou algumas formas de “afinidade” entre tema e organização discursiva (em particular, nas ocorrências de *ação definição* e de *ação ocorrência*);
- o carácter linear é totalmente preservado pelas figuras de ação, uma vez que não podem ocorrer em sobreposição;
- o carácter discreto permanece de forma enfraquecida: o início e o fim das figuras de ação são geridos textualmente e não de forma sistémica.

A autora conclui sublinhando que os aspetos referidos, associados à extensão e à complexidade dos segmentos que configuram as figuras de ação, implica que estas não correspondem a unidades estáveis, ou estabilizáveis, como as unidades (do sistema) da língua, nem permitem entre si operações como as que relacionam as unidades propriamente linguísticas (nomeadamente, operações predicativas). Isso não invalida, no entanto, o estatuto de *entidades semiológicas*, diferenciais e de nível intermédio (ou nível meso) – entre as unidades da língua e o texto como um todo.

As conclusões desta investigação podem ter implicações em diferentes planos: a) o das próprias figuras de ação; b) o de outras (hipotéticas) “unidades textuais”; c) o do texto, globalmente considerado. Vejamos cada um dos casos.

a) Figuras de ação

De acordo com o que ficou atrás referido, ainda que muito brevemente, as figuras de ação correspondem a “produtos interpretativos” do agir, que resultam da associação entre esse mesmo conteúdo temático (o agir) e os

tipos discursivos. Fica assim em aberto a questão de saber que figuração ocorre quando o conteúdo temático é outro (qualquer outro). Por outras palavras: parece difícil sustentar que o trabalho de figuração (temático e discursivo) ocorra apenas quando o tema é o agir. Além disso, a noção de figuras de ação surgiu num contexto de investigação no âmbito das ciências da educação, associada à necessidade de compreender melhor de que forma a linguagem intervém no desenvolvimento da pessoa, ao longo da vida – e, em particular, em contexto de trabalho. Compreende-se, deste ponto de vista, o efeito de desenvolvimento que pode estar associado à figuração, enquanto verbalização das diferentes possibilidades de encarar o trabalho (o agir). Mas, sendo estas preocupações inequivocamente importantes no programa de trabalho do ISD, elas não invalidam outros aspetos – como a compreensão do funcionamento dos textos, que aqui está em causa. Mais ainda: a compreensão do funcionamento dos textos, na perspetiva do ISD, não se reduz a uma questão formal, envolvendo sempre, em última análise, a compreensão do papel que a natureza semiótica da linguagem assume, em diferentes atividades e para as pessoas que nelas intervêm – sendo de admitir, portanto, a transversalidade da figuração. Este ponto de vista não significa tomar as figuras de ação identificadas na investigação referida como necessariamente generalizáveis (como, de resto, é claramente assumido por E. Bulea), nem pressupor a sua automática inoperacionalidade em contextos diferentes – como pode sugerir o trabalho desenvolvido sobre testemunhos de alcoólicos anónimos (Jorge, 2011).

Em trabalho anterior (Coutinho, 2013) procurei dar seguimento às questões que já então se me colocavam, neste mesmo âmbito: a elaboração discursiva de outros temas implica também a emergência de figuras? se sim, que figuras? figuras outras, mais ou menos próximas das figuras de ação já identificadas? Assim, admitindo que o conteúdo temático da ordem do agir não possa ser o único a desencadear a emergência de figuras, importa perceber que regularidades se veem identificadas, quando estão em causa outros temas. Neste sentido, coloquei então a hipótese de *figuras temáticas*. Prolongando o diálogo que vimos mantendo sobre esta questão – claramente assumida como uma questão em aberto – Ecaterina Bulea-Bronckart introduziu no curso de doutoramento em Lisboa (Bulea-Bronckart, 2016), como possibilidade de alargamento do caso específico das figuras de ação, a hipótese de *figuras praxeológicas* e *figuras gnoseológicas*. Hipótese a

consolidar, em termos conceptuais – mas que só a análise de textos poderá confirmar (ou infirmar). A questão permanece em aberto, para já.

b) O que não são “unidades textuais”

Como ficou atrás referido, as figuras de ação podem ser consideradas como macrossignos (Bulea, 2009, p. 149), uma vez que preservam as propriedades gerais dos signos (carácter bifacial, natureza psíquica e carácter diferencial) e mantêm, ainda que de forma parcial ou atenuada, as propriedades específicas dos signos linguísticos (arbitrariedade, linearidade e carácter discreto). Como também foi já enfatizado, é particularmente relevante a especificidade do funcionamento discreto das figuras de ação: ainda que esta propriedade se observe, ela funciona no âmbito do texto (em que ocorrem as figuras) e não de forma sistémica, como é o caso das unidades (linguísticas) no interior do sistema da língua considerada. Esta é a razão pela qual as figuras de ação não são entendidas como unidades sistémicas (reutilizáveis, por assim dizer), mas como entidades que emergem na própria dinâmica textual:

(...), elles [les entités sémiologiques de l'ordre des figures] les encadrent [les opérations prédicatives], en même temps qu'elles permettent et “supportent” la réalisation d'autres types d'opérations, proprement textuelles et sémiotiques: enchaînements et macro-enchaînements thématiques, alternances, emboîtements et tensions sémiques, extériorisation et manifestation de séries associatives au travers des isotopies, etc. Ce qui ne fait qu'accentuer leur caractère éminemment dynamique, proprement créateur de signification, l'existence des entités sémiologiques de ce type se soutenant d'un processus morphogénétique toujours à (re)faire. (Bulea, 2009, p. 151).

As características referidas permitem equacionar, de forma mais ampla, o que são (ou não são) unidades textuais – no sentido de unidades estáveis e sistemicamente organizadas, que seriam próprias do nível do texto. A expressão pode ser usada para referir segmentos, ou blocos, que entram na composição dos textos: no caso do ISD, estarão em causa segmentos que correspondem a diferentes tipos discursivos ou, na sequência do que acabamos de ver, figuras, que associam conteúdo temático e tipos discursivos; noutros quadros teóricos (nomeadamente, na linguística do texto

desenvolvida por Adam e/ou na mais recente análise textual dos discursos em que se situa) tratar-se-á de blocos textuais, delimitados por operações de ligação e segmentação de alto nível (Adam, 2011a). De acordo com as considerações atrás apresentadas, será pouco rigoroso falar de *unidades*, em todos estes casos – que, tal como as figuras de ação, não são geridos sistemicamente, mas sim no âmbito do texto. Não deixa de ser pertinente, no entanto, ponderar o estatuto das clássicas segmentações herdadas da retórica clássica – introdução, desenvolvimento e conclusão. A estabilidade que apresentam (ainda que limitadas a determinados géneros de texto) e o facto de se oporem entre si (diferencialmente) poderia sugerir a possibilidade de serem tomadas como unidades textuais (em sentido forte). Por outro lado, no entanto, o carácter bifacial (conteúdo e expressão ou, se preferirmos, significado e significante) não é evidente: ainda que se definam, de forma inequívoca, em termos de conteúdo, este não depende, de forma direta, de escolhas regulares, em termos linguísticos ou discursivos. Neste sentido, as segmentações retóricas parecem corresponder sobretudo a estruturas organizativas. Mas, apesar do carácter normativo que tradicionalmente assumem, ou se lhes atribui (do ponto de vista da produção), elas estabelecem-se (ou reestabelecem-se, em termos de interpretação) na dinâmica do texto (de cada texto) – de tal forma que, na ausência de marcações explícitas, a segmentação é frequentemente menos evidente do que se possa julgar⁷⁷.

Poder-se-á também considerar como estruturas organizativas as estruturas sequenciais (mais ou menos) prototípicas, que Adam considera estabelecidas por impregnação cultural, bem como os períodos (que o mesmo autor toma como unidades não tipificadas, a distinguir das sequências). E destaca-se ainda o parágrafo, a que Adam dedicou recentemente uma atenção particular (Adam, 2018), assumindo-o, depois de rever a evolução do termo e até as ambiguidades de que se reveste essa história, como uma “unidade textual transfrástica” (Adam, 2018, p. 34). Não deixa de ser curioso a forma como, na introdução, o autor refere a orientação do trabalho a desenvolver: “(...) proposer *une théorie générale du paragraphe* qui le constitue en *unité d’analyse linguistique des faits de discours*.” (Adam, 2018, p. 19). E um pouco mais atrás, também na introdução, o parágrafo é claramente definido como “unidade discursiva”:

77 Cf. Coutinho, 2019, pp. 90-97.

Je considérerai donc le paragraphe comme une unité discursive dont la *structure interne* peut être partiellement décrite, dans ses multiples variations, à l'aide des grammaires de la proposition (ou clause), de la phrase, de la période et de l'interphrastique (anaphores, connecteurs, etc.). En revanche, l'articulation textuelle des suites de paragraphes doit être pensée dans un cadre linguistique élargi. (Adam, 2018, p. 18).

Apesar destas oscilações (unidade textual ou discursiva ?), o caráter transfrástico é mantido e o parágrafo aparece, na concepção do todo textual, como uma possibilidade de estruturação do nível transfrástico intermédio, de que também fazem parte as sequências⁷⁸. No entanto, o parágrafo parece particularmente dotado de capacidade de articulação entre o microtextual e o macrotextual:

On ne passe pas simplement et directement de la microsegmentation du texte à sa macrostructuration. Dire que le paragraphe est une unité intermédiaire – mésotextuelle – de structuration veut dire qu'il est doublement lié à la texture microtextuelle inter- et transphrastique et à la macrostructuration hiérarchisante des plans de texte, elle-même très dépendante des genres de discours et des traditions éditoriales. (Adam, 2018, p. 84).

Na continuidade da citação que acaba de ser feita, o autor apresenta uma esquematização dos níveis de textualização (microtextual, mesotextual e macrotextual), que a seguir se reproduz, na Figura 3.

78 “La théorie des séquences (narratives, descriptives, argumentatives, explicatives et dialogales) exposée dans *Les textes: types et prototypes* (Adam 2017) était une première théorisation du niveau transphrastique intermédiaire – mésotextuel – de structuration des grands ensembles verbaux, mais il restait à accorder une place au paragraphe dans cette théorie d'ensemble.” (Adam, 2018, p. 18).

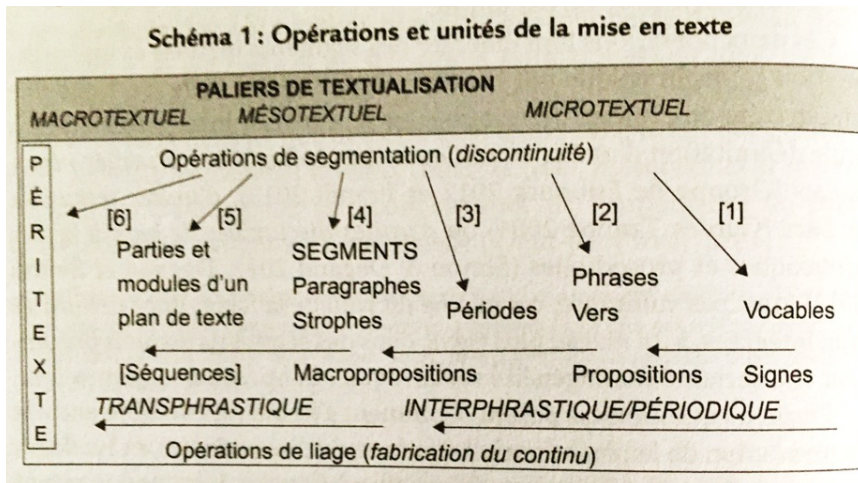


Figura 3

Não parecendo completamente clara a distribuição de unidades e de operações entre elas (em particular, a localização das sequências parece mais próxima do nível macro do que do meso), interessará sobretudo sublinhar a função da operação [5], de nível macro – que dá instruções sobre o agrupamento de parágrafos em “unidades textuais mais complexas”, a corresponderem a “partes de um plano de texto” (Adam, 2018, p. 85).

A consideração do nível macrotextual dos planos de texto leva o autor a equacionar de forma mais ampla a questão das *unidades textuais*. Remetendo claramente para textos realizados na modalidade escrita – o que decorre, em última análise, da própria noção de *parágrafo* – Adam evidencia a diversidade de “unidades textuais”, a oscilação terminológica a elas associada e a relatividade de que se revestem:

Le passage du paragraphe à l'organisation macrotextuelle des plans de textes nous amène au bord de la question des grandes organisations textuelles : au-delà des paragraphes les unités textuelles ne manquent pas et sont soumises à de nombreuses variations terminologiques. Le chapitre et la partie, le volume du livre ne sont pas des unités simples puisqu' un ouvrage peut être divisé en plusieurs volumes matériels ou livres. Mais le concept de *livres* peut fort bien renvoyer aux premières subdivision [sic] d'un ouvrage, chaque livre étant à son tour divisé en chapitres,

eux-mêmes segmentés en paragraphes ou groupes de paragraphes séparés par des lignes blanches. Le concept de *parties* peut renvoyer aux volumes édités d'un ouvrage, décomposé par l'édition en plusieurs publications, mais ce concept peut également être la première grande division d'un ouvrage, ces parties étant elles-mêmes être divisées en chapitres, segmentés en groupes de paragraphes (Adam, 2018, p. 120)

Sem pôr em causa o interesse dos contributos de Adam, numa perspectiva de descrição da organização textual, parece-me importante salientar os seguintes aspetos: por um lado, a orientação composicional ascendente, claramente evidenciada pelo esquema reproduzido na Figura 3, que dá continuidade a uma conceção de texto como objeto (linguístico), resultante da sucessão, organizada, de unidades menores; por outro, o facto de as “unidades textuais” estarem associadas a tradições culturais (e editoriais, como o próprio autor refere), o que não lhes confere, em sentido forte (ou apenas em sentido exato) o estatuto de unidades semiológicas, com um funcionamento sistémico.

Embora as questões permaneçam em aberto, concluirei sublinhando:

- as reservas associadas ao uso da expressão “unidade textual”: evitando o pressuposto do funcionamento em sistema associado a *unidade*, parece preferível recorrer a uma expressão menos marcada, mas suficientemente operacional (em linha, aliás, com algumas das opções de Jean-Michel Adam); a expressão *blocos textuais* poderá cumprir a função mas talvez seja preferível *partes do texto* – uma vez que dá mais evidência à relação entre partes e todo (partes do texto e plano de texto);
- a distinção – a desenvolver e a clarificar – entre partes de texto pré-estabelecidas (ou fixadas pela tradição cultural, literária e editorial), associadas ao que se pode tomar como planos (de texto) convencionais, e partes de texto que emergem, no âmbito de um texto singular, numa dinâmica de morfogénese (Bulea, 2009; Gonçalves, 2010; Coutinho, 2014a) através da qual se estabelece um plano de texto ocasional⁷⁹;

79 Sobre planos fixos e ocasionais, veja-se Adam, 2002 e 2011a, p. 205; Coutinho, 2017 e 2014.

- a hipótese, epistemologicamente relevante no quadro do ISD, da diferença entre partes de texto que assumem (apenas, ou predominantemente) uma função organizativa e partes de texto que, emergindo do dinamismo morfogenético associado à dimensão de figuração, ou reconfiguração, da linguagem, se constituem como entidades semióticas de caráter bifacial (forma e conteúdo, ou significante e significado) – ou, por outras palavras, como (macro)signos.

Como se terá compreendido, as figuras de ação são exemplo das últimas entidades referidas – embora as figuras identificadas por Bulea (2010) não constituam uma lista fechada nem seja de fechar a hipótese de outras figuras (que não incidam sobre o tema do agir), como já assumido. O caráter instável, temporário e transitório das figuras (de ação) não está associado a uma qualquer menoridade; pelo contrário, decorre do caráter processual próprio dos (macro)signos – e, em última análise, evidencia o facto de qualquer entidade semiótica ser já, em si mesma, uma entidade global:

La constitution des signes réside ainsi dans la *co-détermination* ou la délimitation mutuelle des deux faces qu'ils comportent –faces qualifiées d'abord de « formes » et « significations », ensuite de «signifiants» et «signifiés» –, délimitation qui a lieu lors même de leur «accouplement» (ELG: 20). De ce fait, **les entités “globales” qui en résultent ne sont que des produits temporaires et fragiles, tributaires de quatre termes et trois rapports perpétuellement actifs** : les rapports différentiels des formes entre elles; les rapports différentiels des significations entre elles; enfin les rapports associatifs (ou l'accouplement) entre formes et significations. (Bulea, 2009, p. 135, destaque meu).

O caráter dinâmico e global próprio do signo (qualquer signo) relança a questão para o nível do texto (como um todo).

c) O texto, globalmente considerado

Discutida a questão das figuras de ação e, de forma mais geral, das entidades textuais a que se possa reconhecer o estatuto de macrosignos, impõe-se pensar como colocar esta última problemática a propósito dos

textos, globalmente considerados. Mais do que respostas, limitar-me-ei a equacionar dúvidas e dificuldades de resolver contradições (no que me parece ser o estado atual da questão).

Destaca-se de imediato, a este propósito, a tensão entre genericidade e singularidade inevitavelmente associada aos textos. Por outras palavras: se os textos cumprem o caráter bifacial (expressão e conteúdo) próprio dos signos, não é evidente em que medida podem (ou não) ser vistos em termos diferenciais (como também é próprio dos signos). Será suficiente, para sustentar esta perspetiva, reconhecer o caráter diferencial dos géneros de texto? Ou, pelo contrário, será necessário tomar em consideração a singularidade de cada texto (dentro de uma mesma classe genológica)? Sem fechar a discussão, arriscaria dizer que a resposta às questões colocadas não pode deixar de passar pelo caráter singular de cada texto – admitindo, portanto, que seja esse o nível que está em causa, para Coseriu, quando considera que o nível do texto se justifica na medida em que há um sentido que só é dado, ou acedido, através do texto enquanto tal (enquanto macrossigno, dir-se-á). Nesta linha de pensamento, importa ter presente a forma como o autor distingue *designação*, *significado* e *sentido*: a primeira diz respeito à representação extralinguística, o segundo à forma como esse conteúdo é dado (estruturado) em cada língua particular e o terceiro ao conteúdo que é próprio do texto (de cada texto): “(...) lo que se entiende en el texto y sólo en el texto (= el conjunto de los contenidos que sólo se dan como contenidos de los textos) (...)” (Coseriu, 2007, p. 152). A explicação do autor evidencia de forma inequívoca o entendimento do funcionamento do texto como signo (ou macrossigno):

Análogamente a la distinción de Saussure entre signifiant y signifié, hecha para el signo lingüístico, puede distinguirse en el signo textual entre significante y significado: el significado y la designación constituyen juntos el significante, en tanto que el sentido es el significado del signo textual. (Coseriu, 2007, p. 153).

Daqui decorre que, nos textos, se verifica uma dupla relação semiótica: a primeira diz respeito aos signos linguísticos que fazem parte do texto, a segunda acontece quando aqueles passam a significantes de um

sentido propriamente textual (Coseriu, 2007, p. 155). A exemplificação do autor passa, de forma talvez previsível, por um texto literário: é possível memorizar e repetir *A metamorfose* de Kafka sem compreender nada do seu sentido. Mas, ao mesmo tempo, assume-se que todos os textos, incluindo os do quotidiano e os de carácter científico, têm sentido – um sentido que lhes é próprio, e que não tem outra forma de existência (exterior, ou anterior, ao texto). A exceção apontada é a das terminologias, ou “variedades técnicas especializadas de uma língua”, em que o significado coincide com a designação (o que permite, como é sabido e enfatizado por Coseriu, que um termo tenha “o mesmo significado” em diferentes línguas); não é evidente, no entanto, que estejamos neste caso a falar de textos, pelo menos na aceção que o próprio Coseriu defende. Há, no entanto, um caso apontado por Coseriu que parece problemático: trata-se da possibilidade de textos em que o sentido não corresponderia a um nível específico, coincidindo antes com o significado e a designação. Vejamos o que diz o autor:

(...): hay textos en los que el sentido coincide con el significado y la designación. Si a quien produce un texto de este género se le pregunta qué ha querido decir con él, puede contestar sin más: “He querido decir exactamente lo que he dicho”, es decir que no hay nada que entender presentado en forma de sentido autónomo, para el cual lo dicho no sería en sí mismo más que el portador del signo, es decir, el *significante*. (Coseriu, 2007, p. 156).

Este ponto de vista suscita(-me) algumas reservas. Por um lado, mesmo admitindo a possibilidade considerada, a argumentação não parece atingir os seus objetivos: com efeito, da *Metamorfose* de Kafka (para manter o exemplo) ou de qualquer poema (para simplificar) se poderá dizer que quem produziu o texto disse exatamente o que queria dizer – o que, em última análise, confirma o ponto de vista (aparentemente redundante, se não mesmo tautológico) segundo o qual o sentido do texto só pode ser dado através do texto. Por outro lado, um pouco antes, o próprio autor considera que este mesmo critério se aplica também a textos do quotidiano e a textos do domínio científico, atribuído a diferença à ligação a uma “realidade empírica” e ao carácter “simplesmente objetivo” do sentido:

Todo texto tiene algún sentido (...), incluso los que se utilizan en la vida cotidiana, pues también él simple referirse a la realidad empírica (= el no tener más allá de esta referencia ningún sentido ulterior) es una forma de sentido. También los signos textuales de la vida cotidiana se interpretan en relación con su sentido, por lo general suponiendo que es simplemente objetivo (esto es válido, sobre todo, para el lenguaje científico). (Coseriu, 2007, p. 155).

Ainda que a validade dos critérios apontados (caráter empírico e objetivo) possa ser discutida ou deva ver-se sujeita a validação empírica, parece consolidar-se a hipótese de que a emergência (ou a elaboração) do sentido constitua condição da existência do texto – enquanto entidade específica, ou macrosigno. A tratar-se de uma condição *sine qua non*, haveria talvez objetos a que chamaríamos textos mas que, na realidade, não chegariam a sê-lo, em sentido próprio. Mas talvez a solução seja mais simples (mesmo assumindo a condição *sine qua non*): talvez esteja em causa, apenas, o caráter textual de qualquer produção linguística. E o trabalho é – continua a ser – compreender e descrever as diferentes formas pelas quais textos de um mesmo género elaboram (inevitavelmente) sentidos diferentes. Será mais uma questão que continua a exigir aprofundamento teórico e validação (ou infirmação) empírica.

3.2. Como descrever a *língua em ação*?

Na sequência do que atrás se viu, o sentido – que é próprio do texto – evidencia um problema de fronteira entre o nível linguístico e o nível do texto, entendido como “uma modalidade superior do linguístico”:

A linguagem como tal tem (= é) significado, mas não “sentido”: ela apenas possibilita sentidos de todo tipo, os quais, entretanto, não aparecem senão nos textos. Em consequência, os textos também não podem ser interpretados simplesmente como manifestações da linguagem enquanto tal, mas apenas como uma modalidade superior do linguístico, em que a linguagem como tal se converte em expressão para conteúdos de outro nível. (Coseriu, 1987b, p. 149).

A um primeiro nível – que poderei tomar como consensual, no quadro do ISD e, em função dele, no contexto do presente trabalho – ver-se-á aqui a não redução do texto a um objeto (estritamente) linguístico (isto é, a uma sucessão, ainda que organizada, de unidades linguísticas). Mas talvez a questão mais importante passe por compreender que não está apenas em causa uma mera inversão – da composicionalidade ascendente a uma abordagem descendente. Talvez a questão mais desafiadora tenha a ver com a forma como as (macro)entidades integram, enquadram e, nessa medida, relançam o carácter dinâmico e processual que também caracteriza as (micro)unidades linguísticas.

(...) en plus d'être des configurations discursives "appliquées" à l'agir, les figures d'action constituent des entités sémiologiques permettant la remise en mouvement d'unités linguistiques infra-ordonnées qui s'y adressent (voir le rapport entre l'action définition et le signe "soin"); double statut qui montre le caractère emboîté, enchevêtré, pluridimensionnel de la production de signification. (Bulea, 2009, p. 149).

Esta perspetiva evidencia o interesse de ressituar o trabalho em linguística (ou, pelo menos, algum trabalho em linguística) de acordo com uma orientação claramente apontada por Saussure:

Avant tout on ne doit pas se départir de ce principe que la valeur d'une forme est tout entière dans le texte où on la puise, c'est-à-dire dans l'ensemble des circonstances morphologiques, phonétiques, orthographiques, qui l'entourent et l'éclairent. (Saussure, 1922, p. 514).

Ainda que a ligação não seja direta ou explicitamente estabelecida (pelo menos, tanto quanto é do meu conhecimento), este ponto de vista parece muito próximo de alguns aspetos da Teoria Formal Enunciativa (TFE)⁸⁰ desenvolvida por Antoine Culioli (1990, 1999a e 1999b). Em primeiro lugar, poder-se-á constatar uma clara convergência, em termos epistemológicos:

80 Também referida como Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOPE).

À une épistémologie du compartimenté, du statique et du linéaire, il apparaît, à l'épreuve des phénomènes, qu'il faut substituer une épistémologie de l'interactif, du dynamique et du non linéaire, dans une dialectique complexe du rigide et du malléable où se nouent et se dénouent des figures du stable et de l'instable, à travers la plasticité régulée du langage. (Culioli, 1999b, p. 66).

A forma como, conceptual e operacionalmente, a teoria lida com esta epistemologia do interativo e do dinâmico passa pela opção por uma abordagem transcategorial – que se pode tomar como traço distintivo da teoria Formal Enunciativa, relativamente a outras teorias linguísticas. É o que mostra Clara Nunes Correia quando, ao sublinhar a pertinência da análise transcategorial para o estudo da determinação nominal, conclui:

O que se defende, como ponto diferencial na análise proposta pela TFE em relação a outros quadros teóricos referidos, são os princípios, explicitamente assumidos como suporte – teórico e epistemológico – para que se opte por esta análise, ultrapassando quer uma visão meramente classificatória, quer uma metodologia meramente descritiva: (...). (Correia, 2002, p. 302).

A autora remete a seguir para Franckel & Paillard (1998) – artigo que, entre outros aspetos da teoria de Antoine Culioli, explicita claramente a forma de trabalhar numa lógica de transcategorialidade:

(...), la théorie procède de façon privilégiée par des travaux consacrés au fonctionnement particulier de telle unité dans telle langue et non à l'étude du mode de matérialisation dans telle langue donnée de telle catégorie préétablie.

Une conséquence de cette approche se manifeste à travers une démarche que l'on peut caractériser comme transcategorielle. Cela signifie d'une part que les catégories pertinentes pour une langue ne le sont pas nécessairement pour une autre et d'autre part que le fonctionnement d'une unité donnée met en jeu des phénomènes qui relèvent de plusieurs catégories hétérogènes. (Franckel & Paillard, 1998, pp. 59-60).

A noção de *forma esquemática* é central, para compreender e lidar com a articulação entre “estabilidade e deformabilidade em linguística”: veja-se, em particular, o artigo do autor que assim se intitula (Culioli, 1990, p. 129), bem como o artigo já referido de Franckel e Paillard (1998). A operacionalidade da noção, numa perspectiva de análise textual, foi também testada e, pode dizer-se, comprovada – em particular, na medida em que o exercício concreto a que me refiro (Correia & Coutinho, 2006) envolveu, de forma colaborativa, quadros teóricos distintos.

De forma complementar, pode ainda sublinhar-se a compatibilidade epistemológica desta teoria com a orientação que domina o presente trabalho – perceptível pelo facto de Culioli considerar que o objeto da linguística é a *atividade de linguagem*, definida como “representation, referential processes and regulation” (Culioli, 1990, p. 14), como “form production and recognition” (Culioli, 1990, p. 177) e ainda como “[activité] signifiante” (1999, p. 19).

É em função do que acaba de ser exposto que posso colocar a questão de fundo, relacionada, precisamente, com os limites de articulação entre quadros teóricos diferentes – no que diz respeito, em particular, à descrição do funcionamento da(s) língua(s) e no seguimento do que já discuti em trabalho anterior (Coutinho, 2019b). Tratava-se de perceber, nesse caso, até que ponto as divergências epistemológicas impedem a convergência, no que diz respeito a recursos descritivos disponibilizados. Em termos concretos: as diferenças epistemológicas de fundo entre uma orientação interacionista social (ou interacionista sociodiscursiva) e a orientação generativa impedem o recurso às descrições gramaticais disponibilizadas no âmbito da última? A minha resposta é, tendencialmente, negativa: usar categorias descritivas como complemento do nome ou sujeito nulo, por exemplo, pode não significar mais do que partilhar uma terminologia gramatical (o que é inequivocamente útil, em particular pelas implicações em termos de ensino). A questão inverte-se, quando se trata da TFE: a convergência epistemológica obriga a lidar (necessariamente) com todo o sistema conceptual e, sobretudo, com todo o dispositivo de formalização de que a teoria se serve? Uma vez mais, a minha resposta será, tendencialmente, negativa: sem pôr em causa o interesse de um programa de trabalho controlado e formalizado, importa ter em conta finalidades diferenciadas, no âmbito do trabalho em linguística – ou, de forma mais direta, a especificidade do

trabalho com textos e discursos (na perspetiva do interacionismo sociodiscursivo). A este propósito, pode ser particularmente útil, uma vez mais, o contributo de Coseriu.

Assumindo, na continuidade da conceção aristotélica retomada por Humboldt, que a linguagem é fundamentalmente *ἐνέργεια* (atividade criadora) e não *ἔργον* (produto), o autor considera que essa atividade se desenvolve em três níveis diferentes: no nível universal, está em causa o *falar* (em geral), como atividade humana considerada independentemente das determinações históricas (isto é, das línguas, enquanto “técnicas” historicamente determinadas); o nível histórico compreende as *línguas*, como “modos históricos de falar” ou “técnicas da atividade linguística”; o nível individual corresponde ao *discurso*, entendido como “o ato linguístico (ou a série de atos linguísticos conexos) de um determinado indivíduo numa dada situação” (Coseriu, 1980, p. 93). Esta perspetiva pode ver-se esquematizada na Figura 4, reproduzida de Coseriu (1980, p. 93):

pontos de vista níveis	<i>ἐνέργεια</i> atividade	<i>δύναμις</i> saber	<i>ἔργον</i> produto
nível universal	falar em geral	saber elocucional	totalidade do “falado”
nível histórico	língua concreta	saber idiomático	(língua abstrata)
nível individual	discurso	saber expressivo	“texto”

Figura 4

Deixo de lado, neste momento, uma exploração mais exaustiva desta proposta, em particular no que diz respeito aos outros pontos de vista considerados (linguagem como saber e como produto), bem como a discussão (possível e desejável) relativamente à noção de *texto* como produto. Interessa evidenciar, pelo contrário, o facto de o autor considerar que a cada um dos níveis (universal, histórico e individual) correspondem “disciplinas linguísticas parciais” diferenciadas – “uma vez que as tarefas dessas

disciplinas são diferentes consoante o nível a que se referem.” (Coseriu, 1980, p. 98). Deixando em aberto outras disciplinas parciais, na medida em que explicita o facto de nelas incluir a *gramática*, é sobre esta que incide a proposta de Coseriu – desfazendo, em última análise, a eventual unicidade de uma disciplina linguística que dessa forma se autodesignasse. Assim, Coseriu (1980, p. 98) estabelece uma correspondência entre falar geral e gramática geral (entendida como teoria gramatical)⁸¹, língua e gramática descritiva (de uma língua em particular), texto e análise gramatical (de determinado texto).

A diferenciação de abordagens, em termos gramaticais, parece-me poder contribuir para uma questão de fundo que se coloca a quem trabalha na área específica da Linguística do Texto e do Discurso – e que tem a ver com o nível de aprofundamento exigido, relativamente a conhecimentos (teóricos) de ordem gramatical. Se não está em causa, obviamente, a necessidade desse domínio, ficam equacionadas, no entanto, formas diferentes de trabalhar, associadas a tarefas diferenciadas. Neste sentido, saliento o papel da *análise gramatical* – como recurso significativo suscetível de contribuir, no quadro do ISD, para alargar o modelo (centrado sobre a produção textual) e equacionar perspetivas de leitura /interpretação de textos.

A concluir, regresso agora à distinção entre *discurso* como atividade e *texto* como produto. A segunda noção poderia ser discutida – articulando-se, aliás, com a perspetiva de texto como macrossigno, atrás esboçada. Mas a noção de *discurso* como atividade, tal como a propõe Coseriu, é inequivocamente próxima da forma como Saussure a entende: “La langue n’est créée qu’en vue du discours, mais qu’est-ce qui sépare le discours de la langue, ou qu’est-ce qui, à un certain moment, permet de dire que la langue *entre en action comme discours* ?” (Saussure, 2002, p. 277).

Permanecem em aberto as possibilidades – colaborativas – de diferentes quadros teóricos e epistemológicos, suscetíveis de contribuir para a descrição da *língua em ação* – ou *discurso*. Como fica em aberto a discussão sobre os limites da formalização – sem invalidar a (minha) indiscutível preferência pelo contributo de um quadro, como o da TFE, que se propõe dar conta da dinâmica e da interação no “agenciamento

81 O autor esclarece o entendimento de gramática geral como teoria da gramática (e não gramática universal).

das formas” (Franckel & Paillard, 1998, p. 52)⁸². Independentemente do nível de formalização, esse agenciamento de formas é, em última análise, *língua em ação*, ou *discurso* – inequivocamente de ordem linguística (ao contrário dos textos):

Dans un engagement interprétatif dont nous reconnaissons les risques, nous soutiendrons que, s’agissant des objets de la linguistique, les analyses antérieures au Cours III étaient plus “saussuriennes” que celle présentée dans ce dernier enseignement, et nous considérerons en conséquence que doit être maintenue la distinction entre actes de phonation ou plus généralement de production verbale, et procédés d’organisation des énoncés, parce que les premiers ne sont que d’ordre vocal ou scriptural alors que les seconds sont d’ordre sémiotique. Ce qui revient à considérer, comme Saussure l’a parfois noté ou enseigné de manière implicite ou explicite, que **les enchainements discursifs relèvent du domaine de la langue et non de la parole: (...)**” (Bronckart, 2017b, p. 17, destaque meu).

82 E que, por isso, foi já designado, na história do CLUNL, como “la bonne syntaxe”.

Todo o imperfeito é um início

O empréstimo desta parte de um texto de Gonçalo M. Tavares (2018, p. 76)⁸³ não é (apenas) uma forma de iludir a (necessária) conclusão deste texto – perspetivando tudo o que nele fica por dizer. É, sobretudo, a convicção de que o que verdadeiramente conta(rá) é o que for retomado e reconfigurado (em conjunto) – na aula ou no encontro de orientação, amanhã, nas aulas do próximo ano, na investigação de um novo ciclo.

83 Tavares, Gonçalo M. (2018). *Breves notas sobre Literatura-Bloom*. Lisboa: Relógio d'Água.

Referências bibliográficas

- ADAM, J.-M. (2018). *Le paragraphe: entre phrases et textes*. Paris: Armand Colin.
- ADAM, J.-M. (2015). Introduction aux problèmes du texte. In J.-M. Adam (Ed.), *Faire texte. Frontières textuelles et opérations de textualisation* (pp. 11–33). Besançon: Presses Universitaires de Franche-Comté.
- ADAM, J.-M. (2014). Le paradigme du texte: regard rétrospectif et perspectives pour les sciences des textes. In M. Monte & G. Philippe (Eds.), *Genres et textes. Déterminations, évolutions et confrontations. Etudes offertes à Jean-Michel Adam* (pp. 297–323). Lyon: Presses Universitaires de Lyon.
- ADAM, J.-M. (2012). Le modèle émergentiste en linguistique textuelle. *L'information grammaticale*, 134, 30–37. <https://doi.org/10.3406/igram.2012.4211> .
- ADAM, J.-M. (2011a). *La Linguistique textuelle. Introduction à l'analyse textuelle des discours (1ª edição 2005)*. Paris: Armand Colin.
- ADAM, J.-M. (2011b), *Les Textes : types et prototypes (1ª edição 1992)*. Paris: Armand Colin.
- ADAM, J.-M. (2010). L'émergence de la Linguistique Textuelle en France: entre perspective fonctionnelle de la phrase, grammaires et linguistiques du texte et du discours. *Revista Investigações*, 23(2), 11–47.
- ADAM, J.-M. (2002). En finir avec les types de textes. In M. Ballabriga (Ed.), *Analyse des discours. Types et genres: communication et interprétation* (pp. 25–43). Toulouse: Editions Universitaires du Sud.
- ADAM, J.-M. (1999a). Linguistique textuelle. Des genres de discours aux textes. Paris: Nathan.
- ADAM, J.-M. (1999b). Présentation. In H. Nølke & J.-M. Adam (dirs). *Approches modulaires: de la langue au discours* (pp. 11-16). *Lausanne*: Delachaux et Niestlé.

- ADAM, J.-M. (1989). Pour une pragmatique linguistique et textuelle. In C. Reichler (Ed.), *L'interprétation des textes* (pp. 183–222). Paris: Minuit.
- ANGERMULLER, J., Maingueneau, D., & Wodak, R. (2014). The Discourse Studies Reader. An Introduction. Em J. Angermuller, D. Maingueneau, & R. Wodak (Edits.), *The Discourse Studies Reader. Main currents in theory and analysis* (pp. 1-14). Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- ANSCOMBRE, J.-C., & Ducrot, O. (1983). *L'argumentation dans la langue*. Bruxelles-Liège: Pierre Mardaga Editeur.
- ANSCOMBRE, J.-C., & Ducrot, O. (1976). L'argumentation dans la langue. *Langages*, 42, 5–27. <https://doi.org/https://doi.org/10.3406/lgge.1976.2306>
- BALLY, C., & Sechehaye, A. (1972). Préface de la première édition. In F. d. Saussure, *Cours de Linguistique Générale* (pp. 7-11). Paris: Payot.
- BENVENISTE, E. (1966). *Problèmes de Linguistique Générale* 1. Paris: Gallimard.
- BENVENISTE, E. (1974). *Problèmes de Linguistique Générale* 2. Paris: Gallimard.
- BERNÁRDEZ, E. (1982). *Introducción a la lingüística del texto*. Madrid: Espasa-Calpe, S.A.
- BONHOMME, M. (1999). Rhétorique modulaire et figures du discours. In H. Nølke & J.-M. Adam (dirs). *Approches modulaires : de la langue au discours* (pp. 163-186). Lausanne: Delachaux et Niestlé.
- BOTA, C. (2018). *Pensée verbale et raisonnement*. Bern, Switzerland: Peter Lang (e-book).
- BOTA, C., & Bronckart, J.-P. (2007). Voloshinov et Bakhtine: deux approches radicalement opposées des genres de texte et de leur statut. *Linx*, (56), 67–83. <https://doi.org/https://doi.org/10.4000/linx.360>
- BOUQUET, S. (2010). Du Pseudo-Saussure aux textes saussuriens originaux. In J.-P. Bronckart, E. Bulea & C. Bota (eds) *Le projet de Ferdinand de Saussure* (pp. 31-48). Genève-Paris: Librairie Droz.
- BRONCKART, J.-P. (2019). *Théories du langage. Nouvelle théorie critique*. Bruxelles: Editions Mardaga.
- BRONCKART, J.-P. (2017a). Théories linguistiques et psychologie du développement. F. de Saussure et V. Vološinov en appui aux thèses interactionnistes. *Cahiers de l'ILSL*, (52), 5–25.
- BRONCKART, J.-P. (2017b). Du coût du Cours III... et du CLG. A propos de la langue, de la parole et du discours. In D. Gambarara & F. Reboul (Eds.), *Travaux des colloques Le Cours de Linguistique Générale, 1916-2016. L'émergence, le devenir* (pp. 3–20). Genève: Cercle Ferdinand de Saussure.
- BRONCKART, J. (2017c). Interaccionismo sociodiscursivo : ¿ De dónde venimos y a dónde vamos ? Conferencia de cierre del V Encuentro del ISD. Rosario (Argentina).

- BRONCKART, J.-P. (2014). Du rôle du langage dans la construction des spécificités de l'animal humain. In J. Reisse & M. Richelle (Eds.), *L'homme. Un animal comme les autres ?*. (pp. 129–154). <https://doi.org/10.5555/asdf>
- BRONCKART, J.-P. (2013). The language system at the heart of the systems that make up the the human being. In C. A. M. Gouveia & M. F. Alexandre (Eds.), *Languages, metalanguages, modalities, cultures. Functional and socio-discursive perspectives* (pp. 65–84). Lisboa: ILTEC.
- BRONCKART, J.-P. (2011). Une science du langage pour une science de l'humain. *DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, 27(2), 337–361. <https://doi.org/10.1590/delta.v27i2.12358>
- BRONCKART, J.-P. (2010). La vie des signes en questions: des textes aux langues et retour. In J. Veloso, A. Brito, F. Silva, & A. Fiéis (Eds.), *Textos Seleccionados, XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 11–41). Porto: APL.
- BRONCKART, J.-P. (2008a). Genres de textes, types de discours, et « dégrés » de langue. *Texto ! Textes et Cultures*, 13(1).
- BRONCKART, J.-P. (2008b). Discussion de quelques concepts pour une approche praxéologique du langage. *Congrès Mondial de Linguistique Française – CMLF'08*, 861–867. <https://doi.org/10.1051/cmlf08313>
- BRONCKART, J.-P. (2007a). A atividade de linguagem frente à LINGUA: homenagem a Ferdinand de Saussure. In A. M. de Mattos Guimarães, A. R. Machado & M. A. Coutinho (orgs.). *O interacionismo sociodiscursivo. Questões epistemológicas e metodológicas* (pp. 19-42). Campinas: Mercado de Letras.
- BRONCKART, J.-P. (2007b). De l'activité collective à l'action et à la pensée individuelles pour une psychologie fermement vygotskienne. In M. Merri (Ed.). *Activité humaine et conceptualisation: Questions à Gérard Vergnaud* (). Toulouse: Presses Universitaires du Mirail. Retrieved from <https://archive-ouverte.unige.ch/unige:37551>
- BRONCKART, J.-P. (2004a). Pourquoi et comment analyser l'agir verbal et non verbal en situation de travail. In J.-P. Bronckart et Groupe LAF (eds). *Agir et discours en situation de travail*. Cahiers de la Section des Sciences de l'Éducation 13, 11-144.
- BRONCKART, J.-P. (2004a). Les genres de textes et leur contribution au développement psychologique. *Langages*, 38(153), 98–108. <https://doi.org/10.3406/lgge.2004.938>
- BRONCKART, J.-P. (2004b). Commentaires conclusifs. Pour un développement collectif de l'interactionnisme socio-discursif. *Calidoscópico* 2(2), 113–124. <https://doi.org/10.4013/6460>
- BRONCKART, J.-P. (1999). La conscience comme “analyseur” des épistémologies de Vygotski et Piaget. In Y. Clot (ed.). *Avec Vygotski* (pp. 17-43). Paris: La Dispute.

- BRONCKART, J.-P. (1997). *Activité langagière, textes et discours. Pour un interactionisme socio-discursif*. Lausanne: Delachaux et Niestlé.
- BRONCKART, J.-P. (1995). Du behaviorisme à l'interactionisme social. In H. Lejeune (Ed.), *Des animaux et des hommes. Hommage à Marc Richelle* (pp. 255–292). Paris: PUF.
- BRONCKART, J.-P. & Bota, C. (2011). *Bakhtine démasqué. Histoire d'un menteur, d'une escroquerie et d'un délire collectif*. Genève: Librairie Droz.
- BRONCKART, J.-P., & Bulea, E. (2011). Como o psiquismo humano se torna histórico-cultural? As contribuições da análise saussuriana às teses desenvolvimentais de Vigotski. *Cadernos Cenpec | Nova Série, 1*(1). <https://doi.org/10.18676/cadernos-cenpec.v1i1.42>
- BRONCKART, J.-P., & Bulea, E. & Bota, C (eds) (2010). *Le projet de Ferdinand de Saussure*. Genève-Paris: Librairie Droz.
- BRONCKART, J.-P., & Bulea-Bronckart, E. (2006). La dynamique de l'agir dans la dynamique langagière. In J.-M. Barbier & M. Durand (Eds.), *Sujets, activités, environnements: approches transverses* (pp. 105–134). Paris: Presses Universitaires de France.
- BRONCKART, J.-P. & Groupe LAF (ed.) (2004). Agir et discours en situation de travail. *Cahiers de la Section des Sciences de l'Education*, 103. Genève.
- BRONCKART, J.-P., Bulea, E. & Fristalon, I. (2004). Les conditions d'émergence de l'action dans le langage. *Cahiers de Linguistique Française* 26, 345-369.
- BRONCKART, J.-P. & Friedrich (1999a). Prologue. In L. S. Vygotsky. *La signification historique de la crise en psychoplogie* (pp. 7-13). Lausanne: Delachaux & Niestlé.
- BRONCKART, J.-P. & Friedrich (1999b). Présentation. In L. S. Vygotsky. *La signification historique de la crise en psychoplogie* (pp. 15-69). Lausanne: Delachaux & Niestlé.
- BRONCKART, J.-P. et alii (1985). *Le fonctionnement des discours. Un modèle psychologique et une méthode d'analyse*. Neuchâtel – Paris: Delachaux & Niestlé.
- BULEA Bronckart, E. (2018). Pour une approche sémiologique de l'oral : illustrations à partir des « figures d'action ». *Studia Universitatis Babeş-Bolyai. Philologia*, 63(2), 13-32. <https://doi.org/10.24193/subbphil.2018.2.01>
- BULEA Bronckart, E. (2014). É assim que vivem os signos?. *Estudos Linguísticos / Linguistic Studies* 9, Lisboa: Colibri/CLUNL, 61-93. URL:https://clunl.fcsh.unl.pt/wp-content/uploads/sites/12/2018/02/61_93.pdf
- BULEA Bronckart, E. (2010). *Linguagem e efeitos desenvolvimentais da interpretação da atividade*. Campinas: Mercado de letras.
- BULEA Bronckart, E. (2009). Types de discours et interprétation de l'agir: le potentiel développemental des "figures d'action". *Estudos Linguísticos*, 3, 135-152.

- BULEA, E. (2005). Est-ce ainsi que les signes vivent ? *Texto!* [em linha], vol. X, nº4. URL: http://www.revue-texto.net/Saussure/Sur_Saussure/Bulea_Signes.html (tradução em português: Bulea Bronckart, 2014).
- BULEA Bronckart, E. & Bronckart, J.-P. (2016). Textualité, discoursivité et figuration: Les diverses approches théoriques et méthodologiques et leurs implications didactiques. Texto de apoio, NOVA Lisbon Summer School in Linguistics, 4-8 julho de 2016.
- BULEA Bronckart, E., & Bronckart, J.-P. (2008). As potencialidades praxiológicas e epistêmicas dos (tipos de) discursos. *Scripta*, 22(12), 43-84.
- CHARAUDEAU, P. (2015). De la “scène d’énonciation” au “contrat” et aller-retour. In J. Angermuller et G. Philippe (dir.). *Analyse du discours et dispositifs d’énonciation. Autour des travaux de Dominique Maingueneau*. (pp. 109-116). Limoges: Lambert-Lucas.
- CONTE, M.-E. (org.) (1977). *La linguística testuale*. Milão: Feltrinelli.
- CORREIA, C. N. (2002). *Estudos de determinação. A operação de quantificação-qualificação em sintagmas nominais*. Lisboa: FCG/FCT.
- CORREIA, C.N. & Coutinho, M. A. (2006). Formes schématiques et schémas textuels. *Revue de Sémantique et de Pragmatique*, 19/20, 249–260.
- COSERIU, E. (2001). Dix thèses à propos de l’essence du langage et du signifié. *Texto!*, I(2), URL: http://www.revue-texto.net/Inedits/Coseriu_Theses.html.
- COSERIU, E. (2007a). *Linguística del texto. Introducción a la hermenéutica del sentido* (O. Loureda, ed.). Madrid: Arco/Libros, S.L.
- COSERIU, E. (2007b). *Il Linguaggio e l’uomo attuale. Saggi di filosofia del linguaggio* (C. Bota, M. Schiavi, G. Di Salvatore, & L. Gasperoni, eds.). Verona: Ed. Centro Studi Campostrin.
- COSERIU, E. (1987). Teses sobre o tema “Linguagem e poesia”. In *O homem e sua linguagem* (pp. 145-149). Rio de Janeiro: Presença (versão espanhola disponível em Eugenio-Coseriu-Archives, doc 156).
- COSERIU, E. (1987a). *Teoria da linguagem e linguística geral* (2.a edição). Rio de Janeiro: Presença (Edição original: (1973). *Teoría del lenguaje y lingüística general*. Madrid: Gredos.)
- COSERIU, E. (1987b). *O homem e sua linguagem* (2ª edição). Rio de Janeiro: Presença (Edição original: (1977). *El hombre y su lenguaje*. Madrid: Gredos).
- COSERIU, E. (1984). Fundamentos y tareas de la lingüística-integral. *Actas Del II Congreso Nacional de Lingüística, Vol. I*, 37–53. San Juan (Argentina): Universidad Nacional de San Juan.
- COSERIU, E. (1980). *Lições de Lingüística Geral*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.
- COUTINHO, A. (no prelo). The place of semantics and pragmatics in a linguistic approach to texts. *Catalan Journal of Linguistics* (aceite a 1 de junho de 2020).

- COUTINHO, A. (2019a). *Texto e(m) linguística: teorias, cruzamentos, aplicações*. Lisboa: Edições Colibri.
- COUTINHO, A. (2019b). Que inter-relações entre géneros de texto e conhecimento gramatical podem ser objeto de conhecimento explícito e de avaliação? *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, 6 (1º Número temático-RAPL – Avaliar Aprendizagens Gramaticais na Escola), 107–117. DOI: <https://doi.org/10.26334/2183-9077/rapln6ano2019a9>
- COUTINHO, M. A. (2017). Da natureza heurística da Teoria do Texto. *Revista Investigações – Linguística e Teoria Literária*, Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, 30(2), 153-172. URL: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/231381> .
- COUTINHO, M. A. (2015). Uma noção, duas análises, algumas comparações. In A. Fiéis, M. Lobo & A. Madeira (eds). *O Universal e o Particular. Uma vida a comparar. Homenagem a Maria Francisca Xavier* (pp. 125-141). Lisboa: Edições Colibri.
- COUTINHO, M. A. (2014a). Les liages textuels au défi d'une approche descendante. In M. Monte & G. Philippe (Eds.), *Genres et textes. Déterminations, évolutions et confrontations. Etudes offertes à Jean-Michel Adam* (pp. 269–286). <https://doi.org/10.4000/books.pul.3147>
- COUTINHO, M. A. (2014b). Language in Action: Epistemological and Methodological Issues. In C. N. Correia, C. Tanto, L. Cunha, L. Shotropa & N. Jorge (eds). *From Language to Discourse* (pp. 224-235). Newcastle upon Tyne, United Kingdom: Cambridge Scholars Publishing.
- COUTINHO, M. A. (2013). Le développement thématique dans les pratiques d'écriture en contexte scolaire/académique. *La Lettre de l'AIRDF*, 54 (1), 39-41. [10.3406/airdf.2013.1983](https://doi.org/10.3406/airdf.2013.1983)
- COUTINHO, M. A. (2012). Dos géneros de texto à gramática. *DELTA – Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, 28(1), 27–50. <https://doi.org/10.1590/S0102-44502012000100002>.
- COUTINHO, M. A. (2011). Macroestruturas e microestruturas textuais. In Duarte, I. & O. Figueiredo (orgs.). *Português, língua e ensino* (pp. 189-220). Porto: U. Porto Editorial.
- COUTINHO, M. A. (2008). Marcadores discursivos e tipos de discurso. *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, (2), 193–210.
- COUTINHO, M. A. (2006). Le rôle des discours rapportés dans l'organisation textuelle: le cas des comptes rendus de lecture. In J. M. López Muñoz, S. Marnette, & L. Rosier (éds.). *Dans la jungle du discours rapporté: genres de discours et discours rapporté* (pp. 227-236). Cádiz: Publicaciones de la Universidad de Cádiz.

- COUTINHO, M. A. (2006). O texto como objeto empírico: consequências e desafios para a linguística. In *Veredas* 10(1-2), pp. 89-07. URL: <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo076.pdf>. ISSN Edição Online 1982-2243 / ISSN Edição Imprensa 1415-2533.
- COUTINHO, M. A. (2004). A ordem do expor em géneros académicos do português europeu contemporâneo. *Calidoscópio* 2(2), pp. 9-15. URL: http://www.unisinus.br/publicacoes_cientificas/images/stories/pdfs_calidoscopio/06calidoscopiov2n2_artigo01.pdf.
- COUTINHO, M. A. (2003). *Texto(s) e competência textual*. Lisboa: FCT/FCG.
- COUTINHO, M. A. (2001). Saberes e dizeres. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas* 14, 141-151. <http://hdl.handle.net/10362/7931>.
- COUTINHO, M. A. (1999). *Texto(s) e competência textual*. Doutoramento em Linguística – Teoria do texto. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa (retomado em Coutinho, 2003).
- COUTINHO, A. & Gonçalves, M. (2020). MD e outros funcionamentos discursivos: o caso de então e alors. In O. Loureda; M. Rudka (eds). *Marcadores del discurso y lingüística contrastiva en las lenguas románicas* (pp. 199-212). Madrid/Frankfurt: Iberoamericana Vervuert.
- COUTINHO, M.A., Tanto, C. & Luís, R. (2015). O conhecimento explícito dos textos e da língua. In E. Leurquin, A. Coutinho & F. Miranda (eds). *Formação docente. Textos, teorias e práticas* (pp. 133-164). Campinas, SP: Mercado das Letras.
- COUTINHO, M. A. & Miranda, F. (2009). To describe textual genres: problems and strategies. In Bazerman, Ch., Figueiredo, D. & A. Bonini (orgs.). *Genre in a Changing World. Perspectives on Writing* (pp. 35-55). Fort Collins, Colorado: The WAC Clearinghouse and Parlor Press. ISBN 978-1-60235-125-7. URL: <http://wac.colostate.edu/books/genre/>
- COUTINHO, M. A. & Correia, C. N. (2013). Uma leitura de Homero. In C. N. Correia & J. Markic (eds). *Descrições e contrastes. Tópicos de gramática portuguesa com exemplos contrastivos eslovenos* (pp. 121-135). Ljubljana, Slovenia: Univerza v Ljubljani.
- COUTINHO, M. A. & Miranda, F. (2005). Géneros de texto e formas de interação. In *Atas do Colóquio Internacional Linguagem e Interação*. S. Leopoldo-RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Brasil). Publicação em CD-ROM.
- CULIOLI, A. (1999). Pour une linguistique de l'énonciation. Domaine notionnel. Tome 3. Paris: Ophrys.
- CULIOLI, A. (1999). Pour une linguistique de l'énonciation. Formalisation et opérations de repérage. Tome 2. Paris: Ophrys.

- CULIOLI, A. (1990). Pour une linguistique de l'énonciation. Opérations et représentations. Tome 1. Paris: Ophrys.
- DE Mauro, T. (1972). Introduction. In Saussure, F. de. *Cours de Linguistique Générale* (éd critique préparée par T. de Mauro). Paris: Payot.
- DUCROT, O. (1984). *Le dire et le dit*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- FIDALGO, M. (2018). Text Linguistics and Text Revision: An Alliance Approach. In: M. A. Coutinho, A. Guilherme, J. Teixeira e B. Carvalho, eds., *Grammar and Text: Selected Papers from the 10th and 11th Fora for Linguistic Sharing* (pp. 28-41). Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholar Publishing.
- FIDALGO, M. (2014). Guia para revisores de texto. Uma proposta para o exercício de uma profissão pouco (re)conhecida. Trabalho de projeto, Mestrado em Consultoria e Revisão Linguística. NOVA FCSH. <http://hdl.handle.net/10362/13518>
- FAIRCLOUGH, N. (2013). Critical discourse analysis. In J. P. Gee & M. Handford (Eds.), *The Routledge Handbook of Discourse Analysis* (pp. 9–20). London and N.Y.: Routledge.
- FAIRCLOUGH, N., Mulderigg, J., & Wodak, R. (2011). Critical Discourse Analysis. In T. A. van Dijk (Ed.), *Discourse Studies. A Multidisciplinary Introduction* (2nd ed., pp. 357–378). LA, London and New Delhi: Sage.
- FONSECA, F. I. (1992). *Deixis, tempo e narração*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida.
- FONSECA, J. (1994). O lugar da pragmática na teoria e na análise linguísticas. In J. Fonseca (Ed.), *Pragmática linguística. Introdução, teoria e descrição do português* (pp. 301-314). Porto: Porto Editora.
- FONSECA, J. (1994b). Dimensão accional da linguagem e construção do discurso. In J. Fonseca (Ed.), *Pragmática linguística. Introdução, teoria e descrição do português* (pp. 105-131). Porto: Porto Editora.
- FONSECA, J. (1992). *Linguística e texto/discurso: teoria, descrição, aplicação*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- FOUCAULT, M. (1971). *Lordre du discours*. Paris: Gallimard.
- FOUCAULT, M. (1969). *L'Archéologie du Savoir*. Paris: Éditions Gallimard.
- FRANCKEL, J.-J., & Paillard, D. (1998). Aspects de la théorie d'Antoine Culioli. *Langages*, 52–63.
- GENETTE, G. et al. (1986). *Théorie des genres*. Paris : Seuil.
- GONÇALVES, M. (2015). La modalisation dans les sites web et les blogs touristiques portugais: quelles différences? *Travaux et Documents*, 131-138.
- GONÇALVES, M. (2014). Similitudes et différences textuelles dans les genres numériques: blog et site web. *Studii de lingvistica* 4,4 (2014): 75-91. URL: <https://novaresearch.unl.pt/en/publications/5341d49b-8fa7-4fc4-8940-865f7d969569> .

- GONÇALVES, M. (2008). La fragmentation dans la littérature portugaise contemporaine: indices énonciatifs, configurations textuelles et parcours interprétatifs. Doutorado em Linguística – Teoria do Texto, Co-tutela Université Paris VIII e Universidade NOVA de Lisboa.
- GONÇALVES, M. & Jorge, N. (2019). Textualizar a ciência no contexto português: processos textuais e genológicos. In *VI Encontro Internacional do Interacionismo Sociodiscursivo* [online]. Disponível em: <https://proceedings.science/isd-2019/papers/generos-textos-e-popularizacao-da-ciencia>
- GONÇALVES, M. & Magalhães, M. (2019). Corpus e gêneros textuais nas práticas de divulgação de ciência ou as novas hierarquias na construção do conhecimento. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, [online] (5), pp.145-157. URL: <https://doi.org/10.26334/2183-9077/rapln5ano2019a11>.
- GONÇALVES, M & Torres, M. C. (2017). Verbal acting, representations and enunciative responsibility in institutional websites | Agir verbal, representações e responsabilidade enunciativa em sítios web institucionais. *DELTA Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada* 33, 2(2017): 519-541. DOI: 10.1590/0102-445004027416165085
- GONÇALVES, M. & Leal, A. (2012). La question des types de discours. *Arts et Savoirs* 2, 2 (2012), 1-10.
- GONÇALVES, M. & Teixeira, C. (2014). A temática: estudo de relações para a análise de textos entre a semântica textual e o interacionismo sociodiscursivo”. *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies* 9 (2014), pp. 155-175.
- GONÇALVES, M. & Miranda, F. (2007). Analyse textuelle, analyse de genres: quelles relations, quels instruments? In *Autour des langues et du langage: perspective pluridisciplinaire* (pp. 47-53). Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- GUÉRON, J. (1999). Modularité cognitive et modularité linguistique en grammaire générative. In H. Nølke & J.-M. Adam (dirs). *Approches modulaires : de la langue au discours* (pp. 75-109). *Lausanne*: Delachaux et Niestlé.
- HALLIDAY, M. A. K. (2013). Halliday in the 21st Century. In Jonathan J. Webster (ed.) *Collected Works of M. A. K. Halliday*, vol. 11: London and N.Y.: Bloomsbury.
- HALLIDAY, M. A. K. (1970). Language Structure and Language functions. In J. Lyons (Ed.), *New Horizons in Linguistics* (pp. 140–165). N.Y.: Penguin Books.
- HALLIDAY, M. A. K. & Mattiessen, C. M. I. M. (2004). *An Introduction to Functional Grammar* (3rd ed.). London: Hodder Arnold.
- HAROCHE, C., Henry, P., & Pêcheux, M. (1971). La sémantique et la coupure saussurienne : langue, langage, discours. *Langages*, 24, 93–106.
- HARRIS, Z. S. (1952). Discourse Analysis. *Language*, 28(1), 1–30. <https://doi.org/10.2307/409987>

- JOAQUIM, C. (2019). A representação discursiva de mulheres e homens em posição de destaque: um estudo comparativo e exploratório. In: M. A. Marques e S. Guimarães de Sousa (eds). *Linguagens de Poder* (pp.133-156). V. N. Famalicão: Edições Húmus / CEHUM.
- JORGE, N. (2014). *O género memórias: análise linguística e perspetiva didática*. Doutoramento em Linguística, área de espacialidade Linguística do Texto e do Discurso. NOVA FCSH, Universidade NOVA de Lisboa.
- JORGE, N. (2011). A interpretação do agir em relatos de alcoólicos anónimos. In *Textos Seleccionados, XXVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, (pp. 282–296). Lisboa: APL. URL: <https://apl.pt/wp-content/uploads/2017/09/Jorge.pdf>
- JORGE, N., Coutinho, M. A., Fidalgo, M. & Rosa, R. (2019). Práticas Textuais 17|18: Um exemplo de apropriação de géneros textuais no Ensino Superior. In: F. Caels, L. F. Barbeiro e J. Vieira Santos, eds., *Discurso Académico: Uma área disciplinar em construção* (pp.182-199). Coimbra/Leiria: CELGA-ILTEC. e-ISBN 978-989-54679-0-7. URL: <https://www.ipleiria.pt/esecs/discurso-academico-uma-area-disciplinar-em-construcao/>
- JORGE, N., Coutinho, M. A., Fidalgo, M., & Rosa, R. (Eds.). (2018). Nota de abertura. In *Práticas Textuais 17|18* [versão PDF]. URL: <http://hdl.handle.net/10362/42697>
- KRESS, G. (2013). Multimodal discourse analysis. In J. P. Gee & M. Handford (Eds.), *The Routledge Handbook of Discourse Analysis* (pp. 31-50). London and N.Y.: Routledge.
- KRESS, G. (2003). Literacy in the New Media Age (review). In *Language*. <https://doi.org/10.1353/lan.2006.0242>
- KRESS, G., & van Leeuwen, T. (2006). *Reading Images: The Grammar of Visual Design* (2nd (1st e). London and New York: Routledge – Taylor & Francis Group.
- LEAL, A. (2011). *A organização textual do género cartoon: aspetos linguísticos e condicionamentos não linguísticos*. Doutoramento em Linguística – Teoria do Texto, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa.
- LEVINSON, S. C. (1983). *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LOUREDA, O. (2007). *La textlinguistik de Eugenio Coseriu*. In Coseriu, E. *Linguística del texto. Introducción a la hermenéutica del sentido* (O. Loureda, ed.) (pp. 19-74). Madrid: Arco/Libros.
- LYONS, J. (1977). *Semantics 1 e 2*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MADEIRA, A., Xavier, M. F., & Crispim, M. de L. (2010). Interpretação semântica e/ou pragmático-discursiva de sujeitos na aquisição de português L2. In *Textos Seleccionados, XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 513–529). Porto: APL.
- MAINGUENEAU, D. (2012). Que cherchent les analystes du discours? *Argumentation et Analyse Du Discours*. <https://doi.org/10.4000/aad.1354>

- MAINGUENEAU, D. (2011). Pertinence de la notion de formation discursive en analyse de discours. *Langage et Société*, 135, 87–99.
- MAINGUENEAU, D. (2005). L'analyse du discours et ses frontières. *Marges Linguistiques*, 9, 1–16.
- MAINGUENEAU, D. (2004). Retour sur une catégorie: le genre. In J.-M. Adam, J.-B. Grize, & M. A. Bouacha (Eds.), *Texte et discours: catégories pour l'analyse* (pp. 107–118). Dijon: Editions Universitaires de Dijon.
- MAINGUENEAU, D. (2002). Formation discursive. In Charaudeau, P & Maingueneau, D. (2002). *Dictionnaire d'Analyse du Discours* (pp. 269–272). Paris: Editions du Seuil.
- MAINGUENEAU, D. (2002). Positionnement. In Charaudeau, P & Maingueneau, D. (2002). *Dictionnaire d'Analyse du Discours* (pp. 453–454). Paris: Editions du Seuil.
- MAINGUENEAU, D. (2002). Scène d'nonciation. In Charaudeau, P & Maingueneau, D. (2002). *Dictionnaire d'Analyse du Discours* (pp. 515–518). Paris: Editions du Seuil.
- MAINGUENEAU, D. (1999). Analysing self-constituting discourses. *Discourse Studies*. <https://doi.org/10.1177/1461445699001002003>
- MAINGUENEAU, D. (1995). Présentation. *Langages*, 117, 5–11.
- MAINGUENEAU, D. (1993). Analyse du discours et archive. *Semen*, (8), 1–12. <https://doi.org/10.4000/semen.4069>
- MAINGUENEAU, D. (1976). Initiation aux méthodes de l'analyse de discours. Problèmes et perspectives. Paris: Hachette.
- MENDES, A. (2013). Organização textual e articulação de orações. In Paiva Raposo, E. (dir.), *Gramática do Português* (pp. 1691 – 1746). Lisboa: FCG.
- MIRANDA, F. (2010). Textos e géneros em diálogo. Uma abordagem linguística da intertextualização. Lisboa: FCT/FCG.
- MIRANDA, F. (2009). O discurso interactivo em diferentes géneros. *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, 3, 365–381.
- MIRANDA, F. (2007). *Textos e géneros em diálogo – uma abordagem linguística da intertextualização*. Doutoramento em Linguística – Teoria do Texto, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa (retomado em Miranda, 2010).
- MIRANDA, F. & Coutinho, A. (2015). Les propriétés différentielles des genres et leurs implications didactiques. *Le Français dans le Monde. Recherches et Applications* (58), 17–26.
- MOESCHLER, J. (2019). Mon tout dernier cours: la pragmatique demain. *Nouveaux Cahiers de Linguistique Française*, 33, 397–421. <https://doi.org/10.13097/axnw-wkp6>
- MOESCHLER, J., & Reboul, A. (1994). *Dictionnaire encyclopédique de pragmatique*. Paris: Editions du Seuil.

- MOROZOVA, M. (2019). *The role of discourse markers in text organization of the genre stand-up comedy in Portugal and in the United States*. Doutoramento em Linguística, área de especialidade Linguística do Texto e do Discurso. NOVA FCSH, Universidade NOVA de Lisboa.
- MORRIS, Charles (1938). Foundations of the theory of signs. In : *International Encyclopédia for Unified Sciences*, 1/2. Chicago : University of Chicago Press.
- NASCIMENTO, M. F. B. (2013). Tipologias textuais. In Paiva Raposo, E. (dir.). *Gramática do Português* (pp. 1747 – 1755). Lisboa: FCG.
- NØLKE, H. (1999). Linguistique modulaire : principes méthodologiques et applications. In H. Nølke & J.-M. Adam (dirs). *Approches modulaires : de la langue au discours* (pp. 16-73). *Lausanne*: Delachaux et Niestlé
- NØLKE, H. & Adam, J.-M. (1999) (dirs). *Approches modulaires : de la langue au discours*. *Lausanne*: Delachaux et Niestlé
- PAIVA Raposo, E. (1992). Teoria da Gramática. A Faculdade da Linguagem. Lisboa: Caminho.
- PAIVA Raposo, E. et al. (2013). *Gramática do Português*. Lisboa: FCG.
- PHILIPPE, G. & Adam, J.-M. (2015). Continuité et textualité. In Adam, J.-M. (dir). *Faire texte. Frontiers textuelles et opérations de textualization* (pp. 35-80). Besançon: Presses Universitaires de Franche-Comté.
- PINTO, R. (2006). *Argumentação em géneros persuasivos: um estudo contrastivo*. Doutoramento em Linguística – Teoria do Texto, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa.
- PRIGOGINE, I. & Stengers, I. (1993). Simples / Complexo. *Enciclopédia Einaudi* (pp. 98-111). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- PRUEKCHAIKUL, K. (2019). *Prática Publicitária como Construção Identitária: Análise Textual e Discursiva de Folhetos Bancários Portugueses*. Doutoramento em Linguística, área de especialidade Linguística do Texto e do Discurso. NOVA FCSH, Universidade NOVA de Lisboa.
- RASTIER, F. (2001). *Arts et sciences du texte*. Paris: P.U.F.
- RASTIER, F. (1990). La triade sémiotique, le trivium, et la tripartition linguistique. *Actes Sémiotiques* 9, pp. 1-39.
- RASTIER, F. (1989). *Sens et textualité*. Paris: Hachette.
- REBOUL, A. & Moeschler, J. (1998). Pragmatique du discours. De l'interprétation de l'énoncé à l'interprétation du discours. Paris: Armand Colin.
- RICOEUR, P. (1986). *Du texte à l'action. Essais d'herméneutique II*. Paris: Editions du Seuil.
- RODRIGUES, D. (2003). *Cortesia Linguística: uma competência discursivo-textual*. Doutoramento em Linguística – Teoria do Texto, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa.

- ROSA, R. (2020). *A noção de padrão discursivo: textos e gêneros em análise*. Dissertação e Doutorado em Linguística – Linguística do texto e do discurso, NOVA FCSH.
- ROSA, R., Fidalgo, M. Gonçalves, M., Leal, A. & Jorge, N. (2018). Organizadores textuais e plano de texto: a forma “e”. In *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, [online] (4), pp. 240-253. URL: <http://hdl.handle.net/10362/30455>.
- ROSE, D. (2013). Genre in the Sydney school. In J. P. Gee & M. Handford (Eds.), *The Routledge Handbook of Discourse Analysis* (pp. 209-225). London and N.Y.: Routledge.
- ROULET, E. (1999). Une approche modulaire de la complexité de l'organisation du discours. In H. Nølke & J.-M. Adam (dirs). *Approches modulaires : de la langue au discours* (pp. 187-257). *Lausanne*: Delachaux et Niestlé.
- SAUSSURE, F. de (2005). Cours III. (Constantin, E.) Notes préparatoires pour le Cours de Linguistique Générale 1910-1911 | Cours de M. le Professeur F. de Saussure. *Cahiers Ferdinand de Saussure*, 58, 71-289.
- SAUSSURE, F. de (2002). *Écrits de Linguistique Générale*. Paris: PUF.
- SAUSSURE, F. de (1996). Premier Cours de Linguistique Générale. In Komatsu, E. & Wolf, G. (éds.). *Premier cours de linguistique générale (1907) d'après les cahiers d'Albert Riedlinger*. Oxford/Tokyo: Pergamon.
- SAUSSURE, F. de (1972). *Cours de Linguistique Générale* (édition critique préparée par Tulio de Mauro). Paris: Payot.
- SAUSSURE, F. de (1922). Sur le nominatif pluriel et le génitif singulier de la déclinaison consonantique en lithuanien (1894). In Ch. Bally & L. Gautier (éds). *Recueil des publications scientifiques de Ferdinand de Saussure* (pp. 513-525). Genève, Droz.
- SEARLE, J. R. (1995). *The construction of social reality*. London: Allen Lane
- SEARLE, J. R. (1992). *The rediscovery of the mind*. Massachusetts: Mit Press.
- SEARLE, J. R. (1969). *Speech Acts: an Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SEARLE, J. R. (1979). *Expression and Meaning: Studies in the Theory of Speech Acts*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SIMONIN, J. (1975) Pour une typologie des discours. In Kristeva, J., J.-C. Milner & N. Ruwet (dirs) *Langue, discours, société*. Pour Émile Benveniste. (pp. 85-121). Paris: Seuil.
- SPERBER, D. & Origgi, G. (2005). Pourquoi parler, comment comprendre ? In Jean-Marie Hombert, Ed. *L'origine de l'homme, du langage et des langues* (pp. 236-253). Paris: Fayard. URL: <https://www.dan.sperber.fr/?p=266>.
- SPERBER, D., & Wilson, D. (1986). *Relevance. Communication and Cognition*. Oxford: Blackwell Publishers.
- SPINOZA (1965). *Œuvres III. Éthique*. Paris: Flammarion.

- TEIXEIRA, C. (2014). *A indução e a formulação de experiências. Análise linguística de textos da área do vinho*. Doutoramento em Linguística, área de especialidade Linguística do Texto e do Discurso. NOVA FCSH, Universidade NOVA de Lisboa.
- TORRES, M. C. (2016). *A configuração linguística do agir institucional em sítios web*. Doutoramento em Linguística, área de especialidade Linguística do Texto e do Discurso. NOVA FCSH, Universidade NOVA de Lisboa.
- VAN Dijk, T. A. (2007). The study of discourse: an introduction. In T. A. van Dijk (Ed.). *Discourse Studies* (pp. xix-xlii). London: Sage.
- VAN Dijk, T. A. (1980). *Texto y Contexto. Semántica y pragmática del discurso* (1ªed. 1977). Madrid: Cátedra.
- VAN Dijk, T. A. (1993a). Editor's Foreword to Critical Discourse Analysis. *Discourse & Society*, 4(2), 131–132.
- VAN Dijk, T. A. (1993b). Principles of critical discourse analysis. *Discourse & Society*, 4(2), 249–283. <https://doi.org/10.1177/0957926593004002006>.
- VASQUEZ Ruiz, S. (2016). *Géneros orales y enseñanza de E/LE en el contexto escolar portugués*. Doutoramento em Linguística, área de especialidade Linguística e Ensino de Língua. NOVA FCSH, Universidade NOVA de Lisboa.
- VERNANT, D. (2010). Introduction à la philosophie contemporaine du langage, du langage à l'action. Paris: Armand Colin.
- VOLOSHINOV, V. N. (1977). *Le marxisme et la philosophie du langage* (edição original 1929). Paris: Minuit.
- VOLOSHINOV, V. N. (1981a). La structure de l'énoncé. In T. Todorov, *Mikhaïl Bakhtine: le principe dialogique*. Suivi de *Écrits du Cercle de Bakhtine* (pp. 287-316) (edição original 1930). Paris: Seuil.
- VOLOSHINOV, V. N. (1981b). Le discours dans la vie et le discours dans la poésie. In T. Todorov, *Mikhaïl Bakhtine: le principe dialogique*. Suivi de *Écrits du Cercle de Bakhtine* (pp. 181-215) (edição original 1926). Paris: Seuil.
- VYGOTSKY, L. S. (2007). *Pensamento e linguagem* (edição original 1934). Lisboa: Relógio d'Água Editores.
- VYGOTSKY, L. S. (2003). La conscience comme problème de la psychologie du comportement. In *Conscience, inconscient, émotions* (pp. 61–94). Paris: La Dispute.
- VYGOTSKY, L. S. (1999). *La signification historique de la crise en psychologie*. Lausanne : Delachaux & Niestlé.
- WEINRICH, H. (1973). *Le temps: le récit et le commentaire*. Paris: Seuil.
- WODAK, R. (2013). Editor's Introduction: Critical Discourse Analysis. In R. Wodak (Ed.), *Critical Discourse Analysis: Vol. 1 (Concept)* (pp. xix–xliii). <https://doi.org/10.4135/9780857028020.d4>

O volume que aqui se publica perspectiva a Linguística do texto e do discurso como área de especialidade em Linguística. Interrogando áreas que se podem considerar num espaço de proximidade (como a Pragmática, a Linguística do texto e diferentes orientações no âmbito da(s) Análise(s) do discurso), o percurso desenvolvido evidencia questões de natureza epistemológica – que determinam a forma de entender *texto* e *discurso*, assim como *língua*. Neste sentido, destaca-se o contributo fundamental de Volochinov, Saussure e Coseriu, linguistas que partilharam os princípios de uma epistemologia interacionista social, e caracteriza-se o quadro atual do Interacionismo Sociodiscursivo, como opção suscetível de enquadrar o trabalho a desenvolver em Linguística do texto e do discurso.

ISBN 978-989-755-872-6



9 789897 158726